



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLEONICE FERREIRA DOS SANTOS

**MEMÓRIA CAMPONESA:
OS CONFLITOS PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
BARREIRAS (BA)**

GOIÂNIA – GO
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

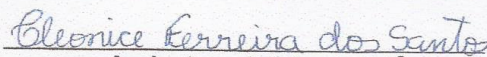
Nome completo do autor: Cleonice Ferreira dos Santos

Título do trabalho: Memória Camponesa: os conflitos pela Terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA)

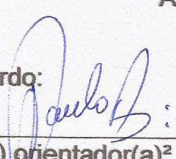
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 21/ 10/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

CLEONICE FERREIRA DOS SANTOS

**MEMÓRIA CAMPONESA:
OS CONFLITOS PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
BARREIRAS (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa

Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Ficha Catalográfica

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Cleonice Ferreira dos

Memória Camponesa: Os conflitos pela Terra e Educação do Campo no Município de Barreiras(BA) [manuscrito] / Cleonice Ferreira dos Santos. - 2018.

CLXV, 165 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Camponeses. 2. Conflitos por terra. 3. Educação do Campo. 4. Memória. 5. Reforma Agrária. I. Pietrafesa, José Paulo, orient. II. Título.

CDU 37

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CLEONICE FERREIRA DOS SANTOS – Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito (21/09/2018), às 15h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **José Paulo Pietrafesa**, orientador, doutor em **Sociologia** pela UnB; Prof. Dr. **João Batista Pereira de Queiroz**, doutor em **Sociologia** pela UnB e Prof.^a Dr.^a **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em **Ciências Sociais** pela PUC/SP; para, sob a presidência do primeiro e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: **“MEMÓRIA CAMPONESA: os conflitos pela terra e educação do campo no Município de Barreiras (BA)”** em nível de Mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Cleonice Ferreira dos Santos**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 19h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Presidente – PPGE/FE/UFV



Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz
Membro – UnB



Prof.ª Dr.ª Anita Cristina Azevedo Resende
Membro – PPGE/FE/UFV

Dedico este trabalho aos meus pais, Carlos Ferreira dos Santos e Maria José Lourenço (*in memoriam*), camponeses que passaram toda sua vida e criaram seus 10 filhos no meio rural, retirando da terra e das águas o sustento da família, ensinando-os que a humildade, a honestidade e o amor são as maiores riquezas desta vida. Ao meu filho, João Oseas dos Santos Macedo, razão de todos os meus esforços para que ele nunca perca a determinação, a esperança, o amor ao próximo e a fé. Ao professor José Adelson Cruz (*in memoriam*), exemplo de humanidade, bondade, profissionalismo e que, mesmo tendo sido curto nosso convívio, me fez encantar pela educação, o conhecimento e a pesquisa, mesmo em tempos tenebrosos. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o país, que abraçou a causa dos excluídos, violentados, expropriados do campo, mas enxergando na luta uma pequena luz no fim do túnel, a luz da esperança em uma justa redistribuição da terra e por um Brasil menos desigual. Aos assentados dos projetos de reforma agrária Ilha da Liberdade, Santa Rita I e II; ao projeto de colonização da Codevasf Tatu e Baraúna e; à comunidade Barroão de Baixo, pelo empréstimo de suas memórias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “*porque Dele e para Ele são todas as coisas*”, por me sustentar em graça e capacitar para conquistar o inimaginável e por isso posso dizer que até aqui me ajudou o Senhor.

Ao meu orientador professor José Paulo Pietrafesa, pelas ricas orientações, que geraram muita aprendizagem neste percurso.

À amiga Queina Lima, companheira de toda essa viagem de sonhos e de lutas, de angústia e também das alegrias e das boas colheitas. Meu muito obrigada pela pronta disponibilidade.

À Universidade Federal do Goiás - UFG, pela missão de formar cidadãos mais humanos, críticos e reflexivos para a docência, a pesquisa e extensão, por isso me possibilitou melhor aproveitamento de estudo e descobertas.

Aos docentes da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, campus IX-Barreiras, agradeço pela humildade e profissionalismo de me terem apresentado e inserido no mundo da pesquisa científica, em especial: Nilza Martins, Marilde Queiroz e Marcia Virginia. E aos professores Joaquim Soares Neto e Marcos Vanderlei que sempre estiveram dispostos a contribuir com esta pesquisa, meu muito obrigado.

Ao meu grande amigo, professor, advogado, conselheiro Ubiracy Pereira Lima, por ter acreditado em meu potencial e me feito sentir capaz de tornar o impossível em realidade.

A minha mãe na fé e intercessora pastora Maria da Conceição, seu esposo pastor Ivanildo Evangelista e suas filhas Marine e Samara. Muito Obrigada por tudo.

Às amigas do mestrado, em especial Heliane Braga e Viviane Assis, Regina Célia, vocês foram instrumentos de Deus para me acolher em terras alheias. Os amigos Rodrigo, Rosolino, Pítias e Paulo.

Aos professores da Universidade Federal do Goiás, em especial Anita Resende, Ilueu Coelho, Ivone Garcia e Sandra Limonta.

A Siquara (MST-OESTE), Pedro Neponuceno (STRB), Ignez Pitta, Martin (10envolvimento), Adenilde Oliveira (PPGE-UFG), Magda Gualberto (Secretaria de Educação de Barreiras), Carol (UMOB) e Vânia por colaborarem para que este trabalho se tornasse realidade.

Aos camponeses e camponesas dos projetos de assentamento de reforma agrária Ilha da Liberdade, Santa Rita I e II; projeto de colonização Codevasf Tatu e Baraúna; comunidade Barroão de Baixo. Minha imensa gratidão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Pequena memória para um tempo sem memória

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São tantas histórias que a História
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão

Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentam encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata

São vozes que negaram liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
É que é bem mais vida
São vidas que alimentam nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera nunca alcança

Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará
Ê ê, não quero esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta.

(Autor: Gonzaguinha)

RESUMO

Este estudo, com o tema *Memória Camponesa: os conflitos pela Terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA)*, analisa se os conflitos no campo contribuíram para a democratização ou a conquista da terra e educação para os diversos povos do campo no município de Barreiras-BA. Sobre a metodologia, a opção foi pela abordagem qualitativa para resgatar a memória coletiva dos camponeses e camponesas em três projetos de assentamento de reforma agrária, uma comunidade tradicional e dois projetos de irrigação da Codevasf. Foram coletadas informações de dois dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras (STRB); o atual e ex-dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) municipal; uma historiadora local, que fez estudos sobre essa realidade; e um coordenador de ONG regional. Foram utilizados os seguintes instrumentos e procedimentos de coleta de dados: questionário, entrevista semiestruturada e análise documental. Para o tratamento dos dados, foram analisadas as falas dos participantes da pesquisa, identificados anteriormente. Em seguida, as informações empíricas foram cruzadas com reflexões de pesquisadores, como Arroyo (1999, 2004, 2017), Caldart (2004, 2008, 2010, 2011, 2015), Candau (2016), Freire (1998, 2011), Halbwachs (2003), Martins (1981, 1982, 1983, 1985, 2001, 2003, 2010), Molina (2012), Taffarel e Munarim (2015), Oliveira (1990, 1996) e Prado Júnior (2014). De acordo com o estudo bibliográfico e a análise dos dados empíricos, foi possível perceber que a concentração fundiária permanece elevada no município, sendo, portanto, muito difícil para os camponeses terem acesso à terra. Ainda foi identificado que, em algumas situações, as redistribuições de terra resultaram de acordos entre camponeses e latifundiários e, em menor proporção, de conflitos envolvendo os sujeitos anteriormente mencionados. O estudo indicou que, mesmo diante de condições adversas, os camponeses resistem ao modelo fundiário perverso e conseguiram, mesmo sem assistência governamental (financiamento ou assistência técnica), produzir e viver em seus lotes. Em relação à educação do/no campo (que é uma das reivindicações dos camponeses), foi identificado que, ao contrário do que se propaga, o fechamento/nucleação de escolas onera ainda mais o município, pois tem sido gasto um montante exorbitante com o transporte escolar dos estudantes. Ficou evidenciado que o fechamento das escolas submete os alunos a perigos decorrentes das precárias condições das estradas e dos ônibus. Além disso, ocasiona a perda de vínculo sociocultural dos estudantes com a comunidade e enfraquece o movimento de luta por terra, posto que o fechamento das escolas contribui para o esvaziamento do campo, em um constante processo migratório das famílias em busca de políticas públicas.

Palavras-chave: Camponeses; Conflitos por terra; Educação; Memória; Reforma Agrária.

ABSTRACT

This study, with the theme *Peasant memory: the conflicts for land and Rural Education in Barreiras town (BA)*, analyses whether the conflicts in the rural region have contributed for democratization or the conquest of land and education for several peoples of the rural region in Barreiras town. About the methodology, the option chosen was the qualitative approach to rescue the peasants' collective memory in three agrarian reform settlement projects, one of them a traditional community and two irrigation projects of Codevasf. Information was collected with two leaders of the Union of Rural Workers (*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras*, STRB in Portuguese acronym); the current and ex leaders of the municipal Movement of Landless Rural Workers (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, MST in Portuguese acronym); a local historian, who made studies on this reality; and a regional coordinator of a NGO. The following instruments and procedures for data collection were used: questionnaire, semi structured interview and documental analysis. For data treatment, the speeches of participants of the research previously identified were analyzed. Next, empirical information were crossed with reflections by researchers like Arroyo (1999, 2004, 2017), Caldart (2004, 2008, 2010, 2011, 2015), Candau (2016), Freire (1998, 2011), Halbwachs (2003), Martins (1981, 1982, 1983, 1985, 2001, 2003, 2010), Molina (2012), Taffarel and Munarim (2015), Oliveira (1990, 1996) and Prado Júnior (2014). According to the bibliographic study and the empirical analysis of data was possible notice out that the land concentration remains high in the town, therefore, it is difficult to the peasants have access to the land. It was still identified that in some situations, the land redistribution was result from agreements among peasants and landowners, and in lower proportion, from conflicts involving the subjects previously mentioned. The study indicated that, even before adverse conditions, the peasants resist to the perverse land ownership model and they reached, even without government assistance (financing or technical assistance), producing and living in their plot of land. Regarding to the education in/of rural region, (it is one of the peasants' claims), it was identified that, on the opposite of what is propagate, the closing /nucleation of schools overtaxes much more the municipality, because an exorbitant amount is spent with students school transportation. It was evident that closing schools undergo students to jeopardies from the precarious conditions of streets and buses. Further, it causes the students loss of socio-cultural link with the community and weaken the movement of struggle for land, because the schools closing contributes for emptying the rural regions, in a constant migratory process of families searching for public policies.

Keywords: Peasants; Conflicts for land; Education; Memory; Land reform.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Assistência da Codevasf aos colonos nos projetos de irrigação.....	31
Quadro 2- Distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006	34
Quadro 3- Famílias de trabalhadores (as) rurais assentados no estado da Bahia (1994 a 2016)	38
Quadro 4- Conflitos no campo-Brasil (2007-2016)	65
Quadro 5- Camponeses assassinados na Bahia durante a ditadura militar	68
Quadro 6- Advogados e religiosos ligados à causa camponesa assassinados na Bahia	69
Quadro 7- Presença do poder público no campo.....	70
Quadro 8- Conflitos por terra na Bahia no ano de 2016.....	72
Quadro 9- Ocupações retomadas no estado da Bahia no ano de 2016.....	74
Quadro 10- Dificuldades enfrentadas pelos camponeses.....	92
Quadro 11- Municípios da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia que possui projetos de assentamento de reforma agrária conforme dados oficiais do Incra.....	106
Quadro 12- Escolas do Campo seriadas e números de alunos.....	121
Quadro 13- Escolas do Campo multisseriadas em funcionamento.....	122
Quadro 14-Escolas do Campo fechadas em 2003 e 2004.....	122
Quadro 15-Escolas do Campo fechadas de 2014 a 2018.....	126
Quadro 16- Gastos de 2017 com transporte escolar nas comunidades estudadas	127
Quadro 17- Conteúdos trabalhados nas escolas do campo.....	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (MOB)	39
Figura 2- Canal do projeto de irrigação da Codevasf nos povoados Tatu e Baraúna.....	42
Figura 3- Lavouras cultivadas nos projetos de irrigação da Codevasf, nos dias atuais...	45
Figura 4- Tanques para piscicultura de cativeiro no projeto Codevasf.....	45
Figura 5- Vista aérea da fazenda Palmeiras em Barreiras.....	47
Figura 6- Projeto de assentamento Santa Rita I.....	52
Figura 7- Projeto de assentamento Santa Rita II.....	52
Figura 8- Localização da pesquisa.....	76
Figura 9- Moradia no Santa Rita II.....	85
Figura 10- Entrada de um lote no Santa Rita I.....	85
Figura 11- Possibilidades de permanência da família na terra.....	89
Figura 12- Escola Municipal Domingos Mármore - PA Ilha da Liberdade.....	115
Figura 13- Escola Municipal Santa Rita I.....	116
Figura 14- Escola Municipal Santa Rita II.....	117
Figura 15- Escola do povoado Tatu.....	118
Figura 16- Escola do povoado Baraúna.....	118
Figura 17- Escola Municipal Luiz de Freitas.....	120
Figura 18- Etapas de ensino oferecidas nas escolas do campo.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
BR	Brasil Rodovia
CAFIR	Cadastro de Imóveis Rurais
CEAA	Campanha de Educação
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CEB	Câmara de Educação Básica
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODESVAF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DR	Doutor
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EFA	Escola Família Agrícola
EMITEC	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
FETAG	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Ha	Hectare
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Km	Quilômetro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOB	Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N.º	Número

PA	Projeto de Assentamento
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCANOR	Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONASCEC	Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PROGER	Programa de Geração de Emprego Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SECAD	Secretaria de Educação Continuada e Diversidade
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
STRB	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras
UMOB	União dos Municípios do Oeste da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INICIANDO O PERCURSO: resgatando fios de memórias.....	15
<i>Memória silenciada: produto do tempo e espaço</i>	<i>15</i>
Entrelaçando memória com o percurso metodológico.....	18
Organização e apresentação dos capítulos.....	20
CAPÍTULO I - MEMÓRIAS QUE SE CRUZAM: concentração fundiária no Brasil, no estado da Bahia e no município de Barreiras	23
1.1 Fragmentos de memórias da concentração fundiária no Brasil.....	25
1.2 Questões agrárias na Bahia: (des)fazendo os nós que o fio da história teceu.....	33
1.3 Memória do ontem e do hoje: as transformações da estrutura fundiária no município de Barreiras	39
CAPÍTULO II - CONFLITOS POR TERRA: reconstruindo o passado e tecendo o presente.....	55
2.1 Por onde tudo começa e não termina: memória dos conflitos por terra no Brasil.....	55
2.2 Rememorando os conflitos por terra na Bahia.....	68
2.3 Trilhando caminhos: a formação das comunidades da pesquisa.....	76
2.4 Reconstruindo o passado e tecendo o presente: os conflitos pela terra no município de Barreiras.....	81
CAPÍTULO III - HÁ TESOUROS ESCONDIDOS AO LONGO DO CAMINHO: o protagonismo camponês na luta por educação.....	94
3.1 Memória coletiva dos conflitos por Educação do Campo no Brasil.....	94
3.2 Tecendo fios de memórias: percurso dos conflitos por Educação do Campo na Bahia.....	104
3.3 Contando a história não contada: os conflitos por Educação do Campo em Barreiras.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS: arrematando os fragmentos da memória camponesa	136
REFERÊNCIAS.....	141

INICIANDO O PERCURSO: resgatando fios de memórias

Memória silenciada: produto do tempo e espaço

No fim das contas,
essa é a história dos homens sem História,
dos que vivem à margem da história oficial,
da história do poder e
dos poderosos,
dos que mandam.
(José de Souza Martins, 2010)

A partir desta analogia de José Martins, inicia-se a caminhada, entendendo que a história legitimada no Brasil é a da classe dominante, que influencia diretamente os rumos políticos do país, fazendo com que as memórias dos camponeses, na maioria das vezes, apareçam de maneira deturpada e folclorizada. Assim, os camponeses figuram como “matutos”, em outras passagens aparecem somente como mão de obra, desconsiderando a participação deles na construção do país. Trata-se de uma história que seleciona, que exclui determinadas classes sociais, enquanto os grupos da elite são os protagonistas, perpetuando o domínio sobre os bens materiais e imateriais aqui produzidos. Em virtude disso, os povos do campo foram e continuam sendo invisíveis aos olhos da sociedade e do Estado, restando-lhes resistir e lutar pela terra de trabalho, moradia, por educação e outros tantos direitos que lhes foram negados.

Com vistas a recuperar e dar voz a estes sujeitos, recorreu-se à memória camponesa, a partir de seu chão, para que eles fossem protagonistas e construtores da redemocratização do acesso à terra (através de seu uso e posse) e à Educação do Campo. Buscou-se, então, pintar o retrato do camponês em sua complexidade e realidade, não o enfocando somente como Trabalhador Rural Sem Terra, mas como homens e mulheres em sua cotidianidade, que pelejam pela posse da terra, travam conflitos em busca do direito de viver, de ser e de escrever sua história, como afirmou Freire (1987, p. 23): “[...] aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

Segundo Martins (2010, p.143), “[...] a memória não é substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas neste tipo de documento”. Embora seja uma memória camponesa esquecida, esta se entrelaça à história de seus algozes,

ou seja, os detentores do capital agrário, compostos por latifundiários, empresas e em alguns casos pelo governo, que, em muitas situações, se coloca como guardião do bem-estar do povo. Os eventos vividos por esses sujeitos precisam estar presentes em seu cotidiano, nos momentos da lida com a terra, nas histórias orais contadas de pais para filhos, nos versos, na mística, nas literaturas e também no meio acadêmico.

A memória coletiva e a história se entrelaçam, mas existem distinções entre as duas, pois a primeira “[...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2003, p. 102). É neste lugar de vida contínua que se encontra o camponês resistindo às regras do capital agrário, industrial, financeiro e hegemônico nas relações sociais contemporâneas, determinando a qual classe pertence os benefícios da terra e a educação. Assim, as memórias coletivas dos povos do campo configuram-se como uma força que insiste em existir como uma consciência viva no imaginário desses conflitos. Martins (1983, p. 17) mencionou que “[...] o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país [...]”, e precisa ser visto como sujeito político, econômico, social e cultural.

No cerne do campo brasileiro, existe uma diversidade de sujeitos. Estes compõem grupos que são reconhecidos atualmente como povos do campo, porém, nesta dissertação, optou-se por trabalhar com a categoria camponês¹, por ser bastante conhecida e difundida entre os próprios camponeses e os movimentos sociais, que, historicamente, têm abraçado as causas e lutas dessa categoria. Segundo Carvalho (2012, p. 2), “[...] apesar dessa diversidade, é possível se sugerir que existe uma especificidade camponesa [...]”, que perpassa sua cultura, suas tradições, sua relação com a natureza, sua posição político-social.

As vozes dos camponeses tecerão a discussão das memórias dos conflitos pela terra e Educação do Campo. Memória esta que é pretérita e presente, pois pulsa e se espalha por meio da oralidade que é passada de geração em geração, para que as vivências não se apaguem, mas fiquem eternizadas no imaginário do coletivo do campo e nos registros literários produzidos na sociedade.

¹ A diversidade da condição camponesa aqui considerada inclui os Sem Terra, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas, que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos, que agregam atividade agrícola; castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem dos fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, entre outros. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p.11)

É no campo que esses sujeitos constroem seus modos de produção e de sua existência e, no entrelaçamento de trabalho e vida, constantemente enfrentam conflitos pela Terra e Educação do Campo, visto que o sistema capitalista os submeteu à exclusão política, econômica, social e cultural. Os camponeses explorados e “expropriados” pelo “capital” travam continuamente suas lutas por um pedaço de terra para garantir melhores condições de vida para si e sua família. E é na labuta diária que eles estão resistindo a todos os tipos de marginalidade social e lutando para que seus direitos sejam respeitados.

Desse modo, segundo Pietrafesa (2015, p. 202), o “[...] conflito agrário se efetiva quando um movimento propõe novas e distintas formas de produzir o espaço e os saberes desses espaços no mundo rural [...]”. Pode-se reconhecer que os saberes produzidos no campo estão relacionados ao modo de vida e necessidades dos sujeitos que ali habitam.

Esses sujeitos lutam e resistem aos conflitos, que atualmente não são só pela terra, mas por outros direitos essenciais à manutenção de suas vidas, como a água, trabalho, saúde e educação. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem dado uma grande contribuição ao catalogar os conflitos por terra no campo ao longo de sua existência, sinalizando que existe um crescente número de pessoas envolvidas. Em 2007, atingiu “[...] 612.000 e 2016 entra para os anais da história como o ano mais violento dos últimos dez anos somando 686.735 [...]” pessoas envolvidas nesses conflitos (BOFF, 2016, p. 28).

Cabe mencionar ainda que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideram o *ranking* da escassez de terras, dos números altíssimos de conflitos e de famílias envolvidas. Em relação ao Nordeste, “[...] o processo de produção agropecuário é antigo nesta região, porém se verificam novos sistemas concentradores de terra, como, por exemplo, a porção Noroeste da Bahia que foi transformada em lavouras de soja” (PIETRAFESA, 2015, p. 103), estado onde este estudo foi desenvolvido.

É imprescindível mencionar que foi em meio à mobilização dos camponeses por direitos negados, inclusive o acesso à terra, que nasceu a Educação do Campo. Esta é, portanto, fruto da luta coletiva em busca da efetivação de políticas públicas que assegurem as condições necessárias para uma educação de qualidade vinculada aos interesses desses sujeitos e que lhes propiciasse a emancipação (CALDART, 2015).

Diante dessa dinâmica social, política e econômica, surgiu a questão norteadora do presente estudo: Os conflitos no campo contribuíram para a democratização do acesso à Terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA)?

Para a compreensão desta problemática, formulou-se o seguinte objetivo geral: analisar se os conflitos no campo contribuíram para a democratização do acesso à Terra e Educação do

Campo no município de Barreiras (BA). Como objetivos específicos, pretendeu-se averiguar como se deram os conflitos por terra e Educação do Campo no município de Barreiras; identificar qual foi o papel desempenhado pelos camponeses e pelos movimentos sociais do município de Barreiras, em relação aos conflitos por terra e educação do campo; e identificar se os conflitos por terra e educação do campo democratizaram os aspectos econômicos, políticos e sociais do campesinato no município de Barreiras.

Entrelaçando memória com o percurso metodológico

Optou-se pela abordagem qualitativa, pois, de acordo com Ghedin (2011, p. 59), esta “[...] carrega em suas raízes os estudos das correntes filosóficas pautadas no desafio de trazer para o plano do conhecimento, da ciência, a dialética da realidade”. E por meio dela pode-se ter uma compreensão detalhada dos significados e características situadas.

Como procedimentos metodológicos deste estudo, recorreu-se à análise documental como uma técnica que permite conhecer os dados registrados no ambiente da investigação, e que se trata, segundo Gil (2009, p. 46), de “[...] documentos de primeira mão, por não terem tido tratamento analítico [...]”. Assim, fez-se uma análise nos documentos, como livros de ata, ofícios expedidos e recebidos e outros registros, que contribuíram para validar a atuação dos movimentos sociais para o acesso do camponês à terra e à Educação do Campo, bem como para a superação dos conflitos agrários no município de Barreiras (BA).

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, cujo roteiro encontra-se anexado a esta dissertação. Essa forma de recolhimento de dados “[...] se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados” (GIL, 2009, p.117). Essa etapa da pesquisa empírica foi realizada com os dirigentes dos movimentos sociais do campo e com a historiadora barreirense Ignez Pitta. Foram aplicados questionários diferenciados com questões abertas e fechadas para os camponeses das áreas de assentamento de reforma agrária, comunidades tradicionais e projeto da Codevasf. Para Cervo (2007, p. 53), o questionário “[...] possui vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais [...]”. Sendo assim, foi escolhido por ser um instrumento de coleta de dados que se destina a levantar informações escritas a respeito do contexto individual e social desses sujeitos, com vistas a conhecer as opiniões sobre um mesmo problema em estudo. Portanto, anexado a esta dissertação, encontra-se o modelo de questionário utilizado.

Já o recorte geográfico deste trabalho foi o município de Barreiras, situado a 900 km de Salvador e distante 650 km de Brasília. Ele faz parte da Mesorregião Extremo Oeste da Bahia e do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-BA, que é formado por Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

O recorte territorial foi necessário porque se trata de uma dissertação de mestrado, e o tempo é insuficiente para abarcar a quantidade de escolas de PA em 417 municípios da Bahia. Realizou-se então uma pesquisa no *site* oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para identificar o número de projetos nos municípios da mesorregião onde este trabalho foi desenvolvido. No caso específico, dos 24 municípios que compõem a Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, foram identificados projetos de assentamentos em 16 municípios, conforme indica o quadro 11. De posse desse recorte, buscaram-se ainda, junto às secretarias de Educação e movimentos sociais de cada município, informações sobre a existência de escolas nesses Projetos de Assentamentos (PAs) e se houve a participação do coletivo de camponeses na construção das unidades escolares e implementação da Educação do Campo nos espaços estudados.

No desenvolvimento deste estudo, elencaram-se também: três projetos de assentamentos de reforma agrária (Santa Rita I e II e Assentamento Ilha da Liberdade), uma comunidade tradicional (Barrocão de Baixo) e dois projetos de colonização da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Tatu e Baraúna, sendo estes historicizados no capítulo II.

Para a escolha deles, foram delimitados os seguintes critérios: entre os projetos de assentamentos existentes, aqueles que têm escola funcionando e outro cujos assentados ainda se encontram na luta pelo direito de seus filhos estudarem no local onde moram. Já o Projeto de Colonização da Codevasf foi escolhido devido a sua localização, por estar mais distante da zona urbana e ainda não ter perdido as características de rural, como já aconteceu com os demais, e possuir escola em pleno funcionamento. Já o povoado Barrocão de Baixo foi selecionado por contar com uma escola funcionando e por trazer particularidades e tradições de comunidades tradicionais.

Esta pesquisa agrega, ainda, informações e memórias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras (STRB), a sede do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a

Agência 10envolvimento², cuja escolha se deu a partir do seguinte entendimento: os dois primeiros para disponibilização de acervo documental com os possíveis registros de mobilizações, estratégias e reivindicações do movimento camponês para o acesso à terra; e o terceiro para encontrar os arquivos da atuação da antiga CPT no município de Barreiras.

Como critério, determinou-se: ser morador da comunidade desde o período da ocupação, desenvolver agricultura de subsistência ou para fins comerciais, nos PAs de reforma agrária e colonização da Codevasf. Já os moradores da comunidade Barrocão de Baixo são aqueles que moram há mais de cinco anos no povoado e cultivam a terra. O número de sujeitos do sexo feminino foi superior ao masculino, ou seja, para cada três participantes dois eram mulheres. Os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do STRB foram dois, o ex-dirigente e o atual, na Agência 10envolvimento apenas um membro da diretoria. Participou também deste estudo a historiadora barreirense Ignez Pitta.

O primeiro campo foi realizado em 4 de outubro de 2017, nos assentamentos Santa Rita I e II, com participação de oito sujeitos. Dando continuidade a essa etapa da investigação, no dia 5 de outubro do mesmo ano, visitou-se o assentamento de reforma agrária Ilha da Liberdade, tendo quatro moradores participantes. No dia 7 de novembro do corrente ano, ocorreu o terceiro campo com aplicação do questionário nos projetos de colonização da Codevasf, Baraúna e Tatu, com cinco colonos e na comunidade Barrocão de Baixo com cinco moradores, totalizando 22 participantes. Estes foram identificados na dissertação a partir do lugar onde residem, os assentados de projetos de reforma agrária, colonos de projetos de irrigação da Codevasf e comunidade tradicional.

Dando continuidade à investigação, realizou-se, durante o mês de novembro, a fase de entrevistas, que teve os seguintes participantes: o presidente e o ex-presidente do STRB, o engenheiro da Codevasf, dirigente do MST, dirigente da Agência 10envolvimento e a historiadora Ignez Pitta, que, mesmo sendo informada da garantia do anonimato da pesquisa, autorizou, oralmente e por escrito, a divulgação de sua identidade.

Organização e apresentação dos capítulos

² Agência 10envolvimento foi criada em 1999, a partir do trabalho social da Diocese de Barreiras, para dar “Assessoria Permanente à Cidadania da Cáritas Diocesana”, e apoiar os conselhos municipais de cogestão e as associações de pequenos produtores rurais. Em 2006, a Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (ADES) passa ser a entidade mantenedora da Agência 10envolvimento.

Realizados os estudos teóricos e a inserção no campo empírico, este trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Memórias que se cruzam: concentração fundiária no Brasil, na Bahia e em Barreiras”, apresentam-se os seguintes itens: 1.1 “Fragmentos de memórias da concentração fundiária no Brasil”; 1.2 “Questão agrária na Bahia: (des)fazendo os nós que o fio da história teceu”. Esses itens tratam da concentração fundiária, das políticas de reforma agrária e, mesmo sendo de caráter teórico, apresenta as memórias do engenheiro e colonos do projeto Codevasf, da historiadora barreirense Ignez Pitta, do presidente e do ex-presidente do STRB. Na discussão presente no item 1.3, “Memória do ontem e do hoje: as transformações da estrutura fundiária no município de Barreiras”, fez-se o entrelaçamento da teoria com a empiria a partir dos estudos de Haesbaert (1997, 2004) Martins (1981, 1982, 1983, 1985, 2001, 2003 e 2010), Oliveira (1990, 1996), Prado Júnior (2014) Pietrafesa (2015, 2016, 2017) e as memórias dos participantes.

O segundo capítulo, “Conflitos por terra: reconstruindo o passado e tecendo o presente”, traz uma análise memorial dos conflitos pela terra no município de Barreiras. A memória foi abordada a partir de Arroyo (2017), Candau (2016), Halbwachs (2003), Haesbaert (2004), Martins (2003), Mitidiero JR (2017), Le Goff (2003), Oliveira (1990, 1996), Pietrafesa (2015, 2016, 2017), Porto-Gonçalves (2017), Stédile e Fernandes (2016). Este capítulo é formado por quatro itens, que trazem o histórico dos conflitos por terra no Brasil, na Bahia e em Barreiras, contexto deste estudo, sendo eles: 2.1 “Por onde tudo começa e não termina: memória dos conflitos por terra no Brasil”; 2.2 “Rememorando os conflitos pela terra na Bahia”; 2.3 “Trilhando os caminhos: a formação das comunidades da pesquisa”; e 2.4 “Reconstruindo o passado e tecendo o presente: os conflitos pela terra em Barreiras”. Portanto, a empiria alicerça-se nos relatos da historiadora Ignez Pitta, do presidente e ex-presidente do STRB, dirigente e ex-dirigente do MST em Barreiras, assentados dos PAs de reforma agrária e colonização da Codevasf e moradores da comunidade Barrocão de Baixo.

No terceiro capítulo, “Há tesouros escondidos ao longo do caminho: o protagonismo camponês na luta por educação”, há uma análise da contribuição dos conflitos para a democratização e acesso à Educação do Campo no município de Barreiras. O item 3.1, “Tecendo a memória coletiva dos conflitos por Educação do Campo no Brasil”, traz o histórico da oferta da educação rural e a trajetória do MST e seus apoiadores que lutaram e lutam pela conquista de leis e diretrizes que assegurem a educação para o camponês. No item 3.2, discute-se a criação de escolas em 16 PAs da Mesorregião Extremo Oeste da Bahia, e se esta educação foi implementada a partir da mobilização dos assentados e movimentos sociais do campo. O

item 3.3, “Contando a história não contada: os conflitos por Educação do Campo em Barreiras”, contextualiza as escolas situadas nos PAs Ilha da Liberdade, Santa Rita I e II, projetos de colonização Tatu e Baraúna e comunidade Barroco de Baixo para compreender se os conflitos por Educação do Campo contribuíram para o acesso e democratização do ensino e como aconteceu o processo de cerceamento do direito à educação nos espaços estudados. Para isso, utiliza-se a teoria dos principais autores: Arroyo (1999, 2004, 2017), Caldart (2004, 2008, 2010, 2011, 2015), Freire (1998, 2011), Molina (2012), Taffarel e Munarim (2015), com a empiria a partir das memórias do presidente e ex-presidente do STRB, dirigente do MST em Barreiras, assentados dos PAs de reforma agrária e colonização da Codevasf e moradores da comunidade Barroco de Baixo.

CAPÍTULO I

MEMÓRIAS QUE SE CRUZAM: concentração fundiária no Brasil, no estado da Bahia e no município de Barreiras

“[...] a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou dito mais simplesmente, de lembranças e Esquecimentos”.

(Joel Candau, 2016)

Neste capítulo, analisou-se a contribuição dos conflitos para a democratização do acesso à terra, tendo como prisma a concentração das terras no Brasil, na Bahia e no município de Barreiras, entrelaçando à memória dos sujeitos investigados, pois esta é reveladora das identidades, cultura e modos de vida e trabalho de um determinado coletivo social. Para Le Goff (2003, p. 426): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

A legitimação e acumulação desigual da propriedade da terra no Brasil são datadas do período colonial com as “Capitanias Hereditárias e o Regime das Sesmarias”, em que a renda da terra era exclusivamente privilégio dos nobres portugueses ou brasileiros. Portanto, o modelo agrário adotado pelos colonizadores portugueses impediu, sobremaneira, o acesso e uso da terra aos camponeses, contribuindo para o aumento da pobreza e dos conflitos no campo.

Nessa divisão de classe, mesmo após a “[...] abolição da escravatura”, os escravos e seus descendentes “ganham a liberdade para serem trabalhadores e não possuidores de terras” (PIETRAFESA, 2017, p. 1). Os indígenas também receberam suas sentenças quando as primeiras caravelas portuguesas ancoraram, pois estes eram vistos pelos brancos europeus como *seres sem alma*, restando-lhes a matança ou a expulsão de suas terras.

Essa perversa e excludente divisão fundiária se manteve até o fim do regime de sesmarias, quando então é implantada a Lei n.º 601/1850 (Terras Devolutas no Império), determinando que a aquisição de “[...] terras só se faria mediante a compra da coroa portuguesa” (BOFF, 2016, p. 27). Essa lei proibia a livre ocupação das terras devolutas e sua aquisição. Destarte, contribuiu para ampliar as desigualdades entre ricos e pobres e manter os latifúndios, dando início ao cativo da terra.

Deve-se considerar, ainda, que a primeira Constituição Imperial do Brasil, promulgada em 1824, tratou a questão da propriedade como um direito perpétuo e sua posse era destinada somente à nobreza. Na Constituição de 1891, “[...] a única alteração foi quanto à desapropriação por necessidade pública, mediante indenização prévia” (FERREIRA, 2007, p. 185). Portanto, esta não visava à redistribuição de terras para os camponeses, voltando-se para atender aos interesses do Estado, que, por meio dessa ação, conseguia obter renda através da propriedade pública.

As Constituições de 1934 e 1937 estabeleceram que o direito de propriedade deveria priorizar o interesse social ou coletivo. Entretanto, as desapropriações expressas nessas cartas atenderam exclusivamente a interesses militares em estado de guerra. E a propriedade da terra se referia somente ao uso das minas e demais riquezas do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial (FERREIRA, 2007, p. 185).

A Constituição de 1946 carregou, em seu bojo, o pensamento conservador da época, como afirma Ferreira (2007, p. 186): “Mais de 90% dos constituintes eram pessoalmente proprietários, ou vinculados por seus parentes próximos – pais e sogros – à propriedade [...]”. Assim, embora a Lei estabelecesse em seu artigo 141, parágrafo 16, “[...] promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”, as terras permaneciam concentradas nas mãos da elite rural.

É com a Lei federal n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, que se estabeleceu a redistribuição das terras devolutas por meio de uma reforma agrária no Brasil. Para Pietrafesa (2016, p. 116), essa lei, “[...] além de criar incentivos para realização de políticas de Projetos de Assentamentos (PA) rurais, que nomearam como sendo reforma agrária, estabeleceu um conjunto de metas a serem atingidas [...]”. E mesmo esses direitos tendo sido assegurados, os problemas no meio rural não foram solucionados. De acordo com Martins (1985, p. 37), “[...] acentuaram-se as correntes migratórias na direção da Amazônia Oriental, na direção dos Estados do Maranhão, de Goiás, do Mato Grosso e do Pará”.

Esse ciclo migratório é decorrente do latifúndio e da seca que expropriou as populações nordestinas. Atreladas a esses fatores, as propagandas governamentais

impulsionavam a migração dos camponeses para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida e do sonho da conquista da terra.

Cedendo a um clamor público de democratização do acesso à terra, é que as Constituições de 1967 e 1969 determinaram “[...] como finalidade da ordem social realizar o princípio da função social da propriedade, regulando inclusive a desapropriação da propriedade territorial rural [...]” (FERREIRA, 2007, p. 187). Nesse contexto, iniciam-se as desapropriações legais da propriedade para fins de reforma agrária.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo III, artigo 184, reafirmou e definiu a “[...] política de Reforma Agrária [...]”, objetivando, por meio da justa redistribuição de terras, diminuir as desigualdades de acesso e uso do solo, combater a concentração fundiária e amenizar os conflitos no campo em todo o país.

Todavia, mesmo sendo determinada a função social da terra nas Constituições da República de 1967 e 1969, essas leis não saíram do papel, posto que a concentração fundiária sempre foi uma barreira que impossibilitou a redistribuição de terras para fins de reforma agrária.

1.1 Fragmentos de memórias da concentração fundiária no Brasil

Este item tematiza a concentração fundiária no Brasil, tendo como base os períodos colonial, imperial e republicano e enfatizando como as questões fundiárias foram abordadas nas legislações brasileiras. Cabe mencionar que a concentração fundiária é um tema importante para tais discussões, que alcança grande amplitude, pois perpassa toda a história brasileira. Optou-se, então, discutir com mais profundidade a questão da redistribuição de terras em períodos específicos: no governo militar e nos governos democráticos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Vana Rousseff. Encontram-se ainda neste item dados empíricos, a partir da memória dos seguintes participantes: o engenheiro e os colonos do projeto Codevasf.

O “Brasil” tem aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial, mas a maior parte desse território concentra-se nas mãos dos grandes latifundiários, como agropecuaristas, empresas nacionais e internacionais e o Estado, enquanto uma considerável parcela de brasileiros ainda não conseguiu esse direito tão essencial, que é a terra para viver e dela retirar o seu sustento.

Desse modo, Prado Júnior (2014, p. 291) identificou que a maioria dos problemas brasileiros ocorreu “[...] por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração [...]”.

É necessário lembrar, ainda, que uma grande parcela das terras produtivas não foi aproveitada pelo agronegócio e nem pela agricultura camponesa de subsistência ou comercial. É possível identificar no Brasil, no início do século XXI, terras improdutivas concentradas nas mãos de uma minoria de brasileiros e até estrangeiros, fato este que vem se arrastando há séculos, ou seja, desde a colonização portuguesa. E isso tem provocado muitos conflitos entre o capital agrário e o campesinato.

A concentração da propriedade possui uma relação intrínseca com as questões econômicas, políticas e sociais, devido ao formato de distribuição de terras pela Coroa Portuguesa, no período imperial. No republicano, por sucessivos governos, houve apenas mínimas alterações nas políticas fundiárias. Assim, a propriedade da terra sempre pertenceu e ainda pertence à classe dominante brasileira. A respeito disso, Martins (1985, p. 9) esclareceu que “[...] a distribuição desigual da propriedade fundiária em nosso país chega a extremos absurdos, é garantida por pacto político [...]”.

A exploração territorial no Brasil teve início com a chegada dos portugueses que tinham como objetivo principal a exploração das riquezas minerais e extrativistas. E, a partir desses recursos naturais, visavam movimentar o comércio europeu daquela época. Esse modelo de concentração fundiária era a regra geral de todo o período colonial, passando pelo Império e tendo continuidade nos diferentes períodos da República no Brasil. Segundo Prado Júnior (2014, p. 82), “[...] naquele aglomerado heterogêneo e originário de raças e povos díspares – o branco, europeu, o negro africano, o indígena – reunidos pela colonização neste território que iria construir [...]”.

Para Oliveira (1996, p. 11), “Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram”. Mas foi do esforço do trabalho das mãos do escravo africano que vieram o crescimento e o avanço da grande propriedade fundiária. Os imigrantes de várias partes do mundo trouxeram, em suas bagagens, a fórmula que iria substituir a mão de obra escrava e contribuir para o desenvolvimento e expansão da indústria de propriedades rurais. Segundo Prado Júnior (2014, p. 85), a “[...] imigração, além de proporcionar mão de obra quantitativa e qualitativamente de grande valor, tornou possível, entre outros efeitos de maior relevo, o rápido incremento da produção cafeeira [...]”.

Do ponto de vista econômico, foi a força de trabalho do indígena, do escravo africano e dos imigrantes europeus e de outros continentes que ajudou a erguer este país, mas entrou para a história apenas como a massa trabalhadora rural a serviço dos grandes latifundiários, que detêm em suas mãos a maior parte das terras produtíveis do país. Prado Júnior (2014, p. 436) expôs que “A concentração da propriedade fundiária, permanece acentuada até nossos dias, gestou uma sociedade com profunda e persistente desigualdade econômica e social, a qual se revela na perversa reprodução da miséria [...]”.

A proclamação da República não trouxe mudanças significativas para as questões fundiárias do país, tendo em vista que as terras permaneceram concentradas e sob o poder da classe dominante e nem sequer houve a preocupação com uma legislação capaz de corrigir os erros cometidos contra a classe trabalhadora. Esse ciclo vicioso da concentração fundiária, na análise de Martins (1985, p. 20), indicou que

Com a proclamação da República, em 1889, as terras devolutas e as questões de terras passaram para a alçada dos governos estaduais. Essa decisão representou de fato um prêmio para as chamadas oligarquias regionais e a condição para a sustentação política do regime republicano, que entre outras bandeiras defendia a autonomia dos Estados. [...] as classes dominantes de cada estado podiam distribuir as terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos aos seus próprios membros, aos cabos eleitorais, clientes e protegidos.

Mais uma vez, o domínio sobre as terras brasileiras ficava centrado na mão da elite agrária, contribuindo para a não democratização do acesso à terra pelo restante da população. Outro fator que favorecia a acumulação de grandes áreas de terras públicas e privadas, com ou sem escrituras, foi a grilagem³, em muitos casos com a ajuda dos Cartórios de Registros de Imóveis e até da Receita Federal. Portanto, os órgãos que deveriam fiscalizar e impedir tais atos ilegais contribuía para expropriação e exploração dos povos do campo. Em decorrência disso, têm-se conflitos no campo que ocasionam a violência, expulsão e mortes de muitos camponeses em várias partes do Brasil. De acordo com Oliveira (1996, p. 12),

[...] os jagunços da história das classes dominantes que, desde os tempos da ditadura militar dos anos sessenta e setenta, vêm tomando a bandeira da guerra/destruição das

³ O termo “grilagem de terras” surgiu de uma prática antiga para dar uma aparência envelhecida a papéis. Os documentos forjados, que indicavam falsamente a posse das terras, eram colocados em uma caixa com grilos. Em pouco tempo, a ação dos insetos dava ao papel uma aparência envelhecida. A grilagem de terras pode ser entendida como toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros. Atualmente, a prática conta com as falhas nos sistemas de controle de terras brasileiros. A falta de um sistema único de registro de imóveis, que realize o cruzamento de dados de posse nas esferas municipais, estaduais e federal, e a falta de fiscalização sobre a titularidade de grandes propriedades facilitam a ação dos criminosos. Os “grileiros” usam registros em cartório de título de imóveis, em órgãos fundiários e na Receita Federal. Com o cruzamento de diferentes registros, a fraude ganha a aparência legal. (OXFAM /Brasil, 2016).

terras de trabalho dos posseiros dos povoados empoeirados, enlameados de sertão, e/ou da terra livre e do território sem cercas dos povos indígenas da Amazônia.

Nesse sentido, o domínio dos velhos coronéis é substituído pela expansão do agronegócio em todo o território nacional, por meio da modernização e mecanização da agropecuária no campo brasileiro. Para Oliveira (1996, p. 14), a centralidade do “[...] capitalismo é fundamental para o campo, as bases para sua industrialização estão lançadas, e o capital, feito ‘rolo compressor’, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução ampliada.” No caminho do capital, estão os povos do campo, que precisam encontrar outras alternativas para sobreviver ao jogo desigual entre a pequena e grande propriedade, sendo quase sempre vencidos e expulsos de suas terras ou até mortos. Prado Júnior (2014, p. 293) reforça esta ideia refletindo que:

Uma tal estrutura e distribuição da propriedade fundiária – aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização – faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadada e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado.

Outro fator que faz crescer a concentração fundiária no Brasil são as políticas governamentais, pois, segundo Martins (1985, p. 15), “[...] as grandes empresas capitalistas e os grandes grupos econômicos receberam enormes incentivos financeiros para se ocuparem da agricultura e da pecuária.” Vale ressaltar que essa política rompe com a velha estrutura de dominação e do poder dos *chefes da casa grande*, e favorece o empoderamento de uma nova oligarquia capitalista, representada pelas grandes corporações multinacionais, que exercem atualmente o domínio sobre o lucro da terra. Ainda nesse contexto de dominação das grandes empresas, encontra-se o emprego intensivo das técnicas e da maquinaria no meio rural, que contribui para o aumento do desemprego e para a expropriação dos pequenos proprietários, uma vez que estes são engolidos pela grande produção empreendida pelo agronegócio brasileiro.

Buscando fazer enfrentamento aos latifundiários e empresários do agronegócio é que os trabalhadores rurais sem terra, desde a década de 1960, adotam como estratégia de luta as ocupações de terras improdutivas, a fim de pressionar o Estado brasileiro a realizar a redistribuição das terras, dando fim ao perverso modelo agrário, que há mais de 500 anos vem gerando grandes desigualdades sociais, quando retira do trabalhador rural esse meio de produzir e permanecer no campo. Desse modo, realizar a correta política de Reforma Agrária seria, segundo Rêgo (2014, p. 438-439), “[...] o resgate da massa de trabalhadores rurais das precárias condições de trabalho, de subsistência e dos baixos padrões de vida”.

O mesmo autor considera ainda que “[...] a transformação da estrutura fundiária e concretização da reforma agrária” é a abertura para expansão da “legislação social-trabalhista” (RÊGO, 2014, p. 439). No caso presente, isso só seria possível por meio de estratégias que garantissem a segurança do camponês na terra.

Destarte, a transformação dessa estrutura fundiária brasileira só poderá ser combatida pela redistribuição de terras para aqueles que precisam dela para viver e trabalhar. A continuidade da concentração da propriedade revela também as contradições existentes nas políticas de Reforma Agrária. Isso porque a garantia da terra para esses sujeitos vai muito além da posse e sim do lugar de moradia e do trabalho, como meio de produzir o seu sustento. Ainda é um espaço de construção da sociabilidade, por meio das relações familiares e de vizinhança.

Partindo dessa lógica, a reforma agrária representa, para o camponês, a memória daqueles que lutaram e lutam por um pedaço de terra para terem autonomia de produzir os meios de vida e trabalho. Nesse sentido, eles ocupam as terras inativas como uma estratégia para forçar sua redistribuição. Segundo Oliveira (1985, p. 53), na década de 1980,

Os sem-terra acampam e ocupam terras numa luta cotidiana também pela Reforma Agrária. [...] o Estado brasileiro tem mostrado à sociedade a sua cara latifundista, pois o Plano Nacional de Reforma Agrária não saiu do papel, e os governos que sucederam Sarney trataram de “esquecê-la”.

Em decorrência da não efetivação da política de Reforma Agrária, o MST tem feito ocupações, protestos, marchas, manifestações, para exigir a redistribuição de terra no país. Essas são as estratégias utilizadas pelo movimento camponês para romper com o modelo desigual da propriedade fundiária.

Assim, cabe mencionar que o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), elaborado por empresários e militares, foi o primeiro plano que visava à redistribuição de terras devolutas e tinha o intuito de combater a concentração fundiária. Todavia, era uma política paradoxal, uma vez que beneficiava somente os grandes proprietários de terras. Conforme Martins (1985, p. 22),

Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. O estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferentemente lavradores com vocação empresarial.

Desse modo, grande parte das desapropriações que ocorreu no período de 1965 a 1981 foi fruto de enfrentamentos entre camponeses e proprietários de terras ou da crise social que o

país atravessava. Em virtude disso, foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que, em 1969, durante o governo de Castelo Branco, sofreu intervenção militar. A ação da gestão citada visava combater os problemas de corrupção envolvendo funcionários do governo acerca de assuntos relacionados à terra, sendo transformado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo ano.

[...] a influência sobre o INCRA, embora mantido formalmente no Ministério da Agricultura, passou para o Ministério do Interior e, mais tarde, da Secretaria de Planejamento. Essas não foram unicamente mudanças burocráticas. Elas representaram a perda da influência dos grandes fazendeiros sobre a política de terras do governo e representaram, também, a derrota da política de colonização, isto é, de distribuição de terras a pequenos e médios proprietários, principalmente ao longo das rodovias. Toda política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros. (MARTINS, 1985, p. 23)

Nesse período, ocorria também a política de desenvolvimento da agricultura e pecuária das regiões Norte e Centro-Oeste do país e muitos trabalhadores rurais, atraídos pela propaganda governamental, marcharam em direção aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e, principalmente, para a Amazônia Legal, termo criado pelos militares para atrair investidores da agricultura modernizada no país. De todo modo, grande parte da massa de camponeses que migrava para esses estados transformava-se em mão de obra para o capital agrário, visto que o governo militar e seus aliados utilizavam-se dessa política para “[...] impor uma doutrina ideológica através dos mais diversos meios de persuasão, necessários para combater os movimentos populares que lutavam em torno da realização da reforma agrária” (MACHADO, 2010, p. 78).

Esse período foi caracterizado por instabilidade da moeda, por sucessivas trocas de governos e também pela efervescência e expansão dos movimentos sociais e de classe, além das intensas propagandas governamentais para atrair muitos brasileiros sem terra para áreas despovoadas por meio de programas e projetos.

Uma destas políticas de redistribuição de terras desse governo foi a criação da Lei n.º 6.088, de 16 de julho de 1974, que institucionalizou a Codevasf. Esta empresa seria responsável pela implantação de projetos de irrigação para “[...] o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios”. Desse modo, os camponeses sem terra teriam o direito de acesso a lotes irrigados para desenvolverem suas lavouras, melhorando assim a renda familiar e a qualidade de vida no campo. O artigo 2º dessa lei estabelece que a Codevasf teria sede e foro no Distrito Federal, podendo se instalar e manter órgãos e setores de operação e representação nas seguintes regiões:

[...] os vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Paraíba, Mundaú, Jequié, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal, bem como nos Municípios do Estado de Alagoas que não se encontram no vale do rio São Francisco.

O artigo 9º, parágrafos IV e V, define que compete à Codevasf: “[...] projetar, construir e operar obras e estruturas de barragem, canalização, bombeamento, adubação e tratamento de águas, saneamento básico; projetar, construir e operar projetos de irrigação, regularização, controle de enchentes, controle de poluição e combate à seca”. Um desses programas foi o projeto de irrigação da Codevasf, que oferecia toda a infraestrutura necessária para a reprodução e produção no meio rural. Nesses termos, os sujeitos da pesquisa confirmam as condições disponibilizadas por esta política governamental, conforme dados trazidos no quadro 1.

Quadro 1 - Assistência da Codevasf aos colonos nos projetos de irrigação

Participantes		Instrumento utilizado
<i>Engenheiro da Codevasf</i>	<i>Então, com toda certeza a Codevasf disponibilizava toda assistência na produção, ajeitava as sementes para poder plantar, o maquinário para fazer o preparo do solo, a assistência técnica no desenvolvimento da cultura, organizava o processo de colheita e também viabilizava a comercialização, através de cooperativas, associações.</i>	<i>Entrevista</i>
<i>Colono do projeto Codevasf do povoado Tatu</i>	<i>A gente tinha assistência técnica nas plantações. Eles mandavam um técnico, um agrônomo para ensinar os colonos como era feito o preparo da terra, indicar algum remédio para a lavoura. Primeiro gradava a terra, deixava passar um tempo para aquele mato se misturar com o solo, depois passava a máquina mais duas vezes para poder fazer o sucamento da terra, porque é terra irrigada.</i>	<i>Questionário</i>
<i>Colono do projeto Codevasf do povoado Baraúna</i>	<i>Naquela época tinha os agrônomos da Codevasf, que vinha dar assistência técnica para os colono.</i>	<i>Questionário</i>
<i>Colono do projeto Codevasf do povoado Baraúna</i>	<i>No início da implantação do projeto a Codevasf distribuiu fôgo, botijão de gás, dava muita coisa.</i>	<i>Questionário</i>

Fonte: Pesquisa de campo/ Dados obtidos por meio de questionário em outubro e novembro de 2017. (Elaboração da autora).

As políticas públicas desse período, como os projetos de irrigação da Codevasf, foram de grande relevância para a redistribuição de terras e melhoria das condições de vida e trabalho do camponês, mas não o suficiente para romper com a estrutura fundiária estabelecida no país.

Decorrente da pressão exercida pelos movimentos sociais, o governo de Fernando Henrique Cardoso assentou, em seu primeiro mandato (1994-1998), o total de 287.994 famílias, e na segunda gestão, no período de 1999-2002, conseguiu assentar 252.710 famílias. Efetivamente, nesses anos houve o maior índice de desapropriações de terras para fins de reforma agrária no Brasil, representando o percentual aproximado de 540.704 famílias assentadas entre os anos de 1995 a 2002 (INCRA, 2016).

O governo de FHC buscou desenvolver um projeto de nação em sintonia com as exigências da política econômica e social do quadro internacional da época. Nessa conjuntura, foi criado o Banco da Terra para atender ao Programa Cédula da Terra (financiado pelo Banco Mundial para compra de lotes destinados a assentamentos rurais), o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER-Rural) (PIETRAFESA, 2016).

Este avanço na redistribuição de terra e renda para os povos do campo teve como fator a mobilização social contra a expropriação e a miséria instauradas historicamente no Brasil e reveladas no cenário mundial. Esses desdobramentos demandaram ação efetiva do governo, o que reverberou nos altos índices de assentamentos rurais em todo o país.

O governo de Lula tinha como propósito melhorar as condições de vida dos brasileiros e assim contribuir para que milhares de pessoas saíssem da linha da pobreza, a partir da ampliação de programas de redistribuição de renda durante os oito anos de governo. No que se refere às políticas públicas para o campo, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com ampliação e fortalecimento de programas já existentes, que resultou no assentamento de cerca de “614.267” em suas duas gestões (PIETRAFESA, 2016, p.125). Esse número poderia ter sido muito mais expressivo se o governo não tivesse adotado uma postura conciliativa com os empresários do agronegócio. Assim, ao invés de desapropriar terras improdutivas ou com dívidas para fins de reforma agrária, optou pela reforma agrária não onerosa: “[...] na qual as famílias são assentadas em terras públicas e não há desapropriação das terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista ou ambiental” (RAMOS FILHO, 2009, p. 249).

Mesmo sucedendo ao governo Lula, a gestão de Dilma Rousseff ficou conhecida na história social do país como um dos piores índices no que se refere à política de Reforma Agrária. Para se ter uma ideia, os níveis ficaram abaixo dos registrados até nos anos de 1994. Dessa forma, contabilizou-se o assentamento de 114,814 mil famílias de sem terra durante os quatro primeiros anos de seu mandato de 2011 a 2014.

É evidente que, apesar da quantidade de assentamentos rurais ocorridos entre 1960 e 2016, o Brasil ainda não conseguiu realizar sua reforma agrária, visto que a propriedade permanece concentrada com um pequeno grupo, justificando assim a quantidade de trabalhadores sem um pedaço de terra para desenvolver os seus modos de produção e de vida. Convém lembrar que, nesse período, foi realizada apenas uma política de redistribuição de terras por meio da pressão do movimento camponês, porém, grande parte desses projetos de assentamento foi implantada em áreas devolutas e públicas. De todo modo, a política agrária, expressa nas leis conquistadas por meio da pressão do movimento, não foi capaz de resolver os problemas fundiários brasileiros. E, no modelo agrário brasileiro que expropria e exclui o cidadão, a ideia de uma justa distribuição de terras se transforma em utopia para aqueles indivíduos que precisam dela para viver e trabalhar.

1.2 Questão agrária na Bahia: (des)fazendo os nós que o fio da história teceu

Neste item, abordam-se a concentração e o acesso à terra no estado da Bahia, levando em consideração como foi e como se encontra a questão do domínio e da redistribuição da terra, tratando especificamente da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (MOB), composta por 23 municípios e três microrregiões, a saber: de Barreiras, de Santa Maria da Vitória e de Cotegipe até 2017, ano de realização deste estudo (IBGE/2017). Desse modo, realizou-se uma breve discussão acerca dos índices elevados de concentração fundiária e de grilagem de terras nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, destacando-se ainda o município de Correntina, situado na Microrregião de Santa Maria da Vitória. Já o município de Barreiras, contexto estudado, será tratado mais detalhadamente no próximo item.

Quanto aos dados empíricos, estes foram obtidos por meio da memória oral dos seguintes participantes: a historiadora barreirense Ignez Pitta, o presidente e o ex-presidente do STRB, para assim juntar os fragmentos deixados pela concentração fundiária nas lembranças retidas pelos sujeitos da pesquisa. Arroyo (2017, p. 195) esclarece que: “Sempre devemos deixar falar a memória, por mais doloroso que nos resulte sua escuta”.

Como a Bahia é um dos estados brasileiros com grande extensão territorial, este espaço geográfico foi a porta de entrada para as primeiras caravelas portuguesas no ano de 1500, e posteriormente para outros imigrantes europeus. A partir daí, foram iniciados o “[...] povoamento e a exploração de riquezas pela coroa e também o processo de formação da propriedade privada do Brasil” (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 65). Esse modelo de dominação territorial forjado, a partir das capitânias hereditárias e posteriormente com o

regime de sesmarias, foi adotado em todo o território brasileiro por meio do parcelamento das terras para cidadãos portugueses ou brasileiros pertencentes à nobreza.

O estado da Bahia está dividido em 417 municípios e com um território equivalente a 6,64% de extensão territorial, sendo a quinta maior área e o quarto maior contingente populacional dentre os estados do Brasil, com aproximadamente 15 milhões de habitantes, somando 7,5% da população brasileira. O município mais populoso é Salvador, a capital estadual, com mais de 2,9 milhões, e o menor é Catolândia, no oeste baiano, com 3,6 mil habitantes, com base na estimativa do IBGE/2017.

Existe uma relação intrínseca entre as questões agrárias atuais e as dos períodos históricos. Nesses termos, ainda predomina, no estado da Bahia, a desigualdade quanto ao acesso à terra, principalmente se se considera a parcela mais pobre da população do campo e da cidade. Por ser um estado que apresenta diferentes variações climáticas e condições naturais, a ocupação do território baiano não ocorreu da mesma forma e na mesma proporção.

O movimento migratório sempre foi um dos fatores predominantes nos estados nordestinos. De acordo com o IBGE/2017, em 2013 o estado da Bahia atingiu o maior índice migratório, com mais 50.700 pessoas. Há ainda de considerar que a maior parte desses migrantes saiu das regiões semiáridas, onde sofria com a seca e as condições de pobreza. Segundo Durham (2004, p. 188),

Os migrantes explicam sempre a migração como uma tentativa de “melhorar de vida” [...] Limitam-se em geral a dizer que migraram porque “a vida lá era difícil”, “não tinha emprego”, “pagavam pouco” [...] a emigração é provocada por tensões que se manifestam no campo econômico e se traduzem em salários baixos, rendimento insuficiente da produção agrícola e falta de emprego remunerado como alternativa [...]. O trabalhador abandona a zona rural ou os pequenos centros urbanos quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que sua miséria é uma condição permanente [...].

Desse modo, os motivos da migração têm diversas naturezas, mas a principal delas é a concentração fundiária e riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada. Isso contribui para que os índices da concentração da terra evoluam gradativamente e de forma linear em diferentes períodos, fazendo com que a concentração da propriedade permaneça com poucas alterações. E isso justifica a distribuição desigual da terra para quem precisa dela para viver e trabalhar. Ao invés de se ter avanços no quantitativo de ocupantes, com base nos dados do quadro abaixo, entre 1970 e 2006. Infere-se, desse modo, que as ocupações foram combatidas tanto pelos latifundiários quanto pelo Estado brasileiro.

Quadro 2 - Distribuição de posse da terra conforme a condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,788	0,801	0,818	0,832	0,828	0,837
Arrendatário	0,812	0,805	0,794	0,855	0,849	0,881
Parceiro	0,841	0,853	0,817	0,785	0,809	0,830
Ocupante	0,808	0,791	0,772	0,736	0,757	0,785
Total	0,801	0,812	0,826	0,841	0,835	0,839

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2006. (Elaboração da autora).

Conforme dados do quadro acima, é possível perceber uma elevação do quantitativo de proprietários de terras, enquanto houve diminuição do número de ocupantes. Infere-se que vem ocorrendo uma reconcentração fundiária e, em decorrência disso, a condição de ocupante de terras tem diminuído a cada ano na Bahia.

Para exemplificar essa questão na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano apresenta-se Correntina, classificada no “grupo dos 1%” dos municípios com maior concentração fundiária devido à expansão do agronegócio na região, na década de 1980.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 apontam que Correntina apresenta os maiores índices de PIB municipal (R\$ 786.118.000) e PIB per capita (R\$ 25.096,34) entre o grupo de maior concentração fundiária. A população rural compõe 59,67% da população total da cidade. O índice de Geni para concentração fundiária teve uma pequena redução entre os Censos, passando de 0,940 em 1996 para 0,927 em 2006 (ou seja, ainda muito próximo a 1, o índice máximo de concentração). (OXFAM/Brasil, 2016)

Segundo os dados divulgados no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do Incra, no município de Correntina o latifúndio ocupa 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Essas informações aparecem no Cadastro Único para Programas Sociais de 2012, demonstrando que a miséria atinge 45% no campo e 31,8% da população geral do município. Além da agricultura irrigada, a pulverização de agrotóxicos na produção de grãos contribui para a proliferação de doenças, tanto entre os trabalhadores rurais quanto nos consumidores desses produtos, existindo ainda altos índices de desigualdades econômica e social. O mesmo relatório sinaliza que, “[...] no município, também há histórico de empregadores flagrados com trabalhadores em condições análogas à de escravo. Entre 2003 e 2013, 249 trabalhadores foram resgatados nestas condições” (OXFAM/Brasil, 2016).

Problemas semelhantes aconteceram nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, situados na Microrregião de Barreiras. Tal realidade se

materializa na extensão de algumas fazendas, como a Estrondo, em Formosa do Rio Preto, que, segundo Reimberg (2009, p. 1), configura-se como uma “[...] enorme área de mais de 230 mil hectares situada em terras planas e valorizadas, soma quase a extensão de um país europeu como Luxemburgo”. No caso presente, a extensão dessa fazenda confirma que a concentração da propriedade é reinante no estado da Bahia. Para o mesmo autor:

Pelo seu tamanho e pelos poucos beneficiários que aproveitam da imensidão de suas terras, o local poderia ser só mais um exemplo da histórica concentração fundiária. [...] casos de escravidão, desmatamentos ilegais e suspeita de grilagem tornam a fazenda Estrondo um símbolo da ocupação predatória do Cerrado (REIMBERG, 2009, p. 1).

Entende-se que a estrutura fundiária tem se intensificado na Bahia por meio desse modelo de exploração do solo que o agronegócio vem implantando ao longo de quase três décadas de ocupação do Cerrado no oeste baiano. Frederico e Bühler (2015, p. 211) afirmam que a “[...] concentração da posse da terra no oeste da Bahia é superior à média das já concentradas estruturas fundiárias do estado da Bahia e brasileira”. No caso da fazenda Estrondo, além do domínio da propriedade, o modelo de agricultura adotado exige a apropriação de áreas cada vez maiores para a produção em larga escala. Para os autores, “além da terra, há também uma concentração de crédito rural” (FREDERICO; BÜHLER, 2015, p. 211), que contribui para o melhoramento e aumento da produção. Além dos lucros obtidos com a renda da terra, existe ainda a predominância de crimes de grilagens, trabalhistas e ambientais. Contudo, o “[...] poder Judiciário tem feito ‘vistas grossas’ ou favorecido diretamente em suas decisões as operações fraudulentas dos grileiros que se apropriam de terras públicas” (SOUSA SOBRINHO, 2015, p. 308).

Não obstante, a omissão do poder Judiciário e do estado da Bahia foi determinante para a apropriação das terras públicas nos cerrados baianos, tanto por meio da grilagem como pela facilidade de compra das terras a preços baixos. A esse respeito, a historiadora barreirense Ignez Pitta traz a seguinte memória:

Se o governo da Bahia fosse um governo decente, ele teria vindo para cá, assumir essas terras que eram públicas, colocar aqui um Instituto de Terras e quem quisesse sua terra, essas terras teriam que ser medidas, respeitando as comunidades tradicionais. O que o nosso governo fez? Se omitiu. Mesmo sabendo que o nosso povo aqui estava sofrendo “verdadeiro genocídio”, estavam sofrendo extermínio lá no gerais. Nunca tomaram conhecimento de nada. Até porque, aquele povo que estava morrendo, o que vale aquele povo? Nada não é. Nós aqui não valemos nada para o governo do estado da Bahia. Nós aqui valemos menos do que “mel de engenho”. (Entrevista concedida em 13 de novembro de 2017)

Nesse sentido, o estado da Bahia, ao longo dos anos, não vem cumprindo seu papel na gestão e fiscalização para evitar os casos de apropriação ilegal das terras públicas pelos latifundiários agropecuários da região oeste. Corroborando o depoimento de Ignez Pitta, “[...] o Estado tem desempenhado, nesses processos fraudulentos, a viabilizar a apropriação capitalista da terra sobre as terras de trabalho camponesas dos geraizeiros [...]” (ALVES, 2015, p. 313).

Por sua vez, a apropriação das terras nos cerrados dos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães não foi diferente. Esses municípios anteriormente pertenceram a Barreiras, que se configurou pela concentração de “[...] terras agricultáveis propícias ao desenvolvimento da agricultura modernizada [...]” (ALVES, 2015, p. 242). A esse respeito, o ex-presidente do STRB mencionou que *os cerrados estão nas mãos dos latifundiários*.

Desse modo, os municípios dispararam o *ranking* da produção de grãos para exportação, e também na concentração da propriedade privada da terra. Tudo isso se deve à disponibilidade de linha de créditos empregada por bancos públicos e privados na agricultura modernizada no Brasil, enquanto os financiamentos para a agricultura camponesa, em muitos casos, dissolvem-se nas burocracias dos órgãos competentes. Mesmo diante das dificuldades encontradas no manejo da terra, a agricultura camponesa vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. Oliveira (2001, p. 189) observou que “[...] o acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas 5% tem acesso ao mesmo, ficando com apenas 30% do total”.

Semelhante sinalização foi feita pelo presidente do STRB ao mencionar que *o governo federal poderia beneficiar a agricultura familiar com o Pronaf, com esses recursos e às vezes beneficia, mas a burocracia para você ter acesso é enorme, é imensa!* O programa citado pelo entrevistado foi criado com o propósito de fortalecer a agricultura familiar. Entretanto, não tem cumprido seu objetivo, pois não tem se adequadado às necessidades que envolvem a realidade da agricultura familiar no que se refere a juros, prazos e exigências burocráticas. Tal fator se comprova com a seguinte afirmação do entrevistado: *o governo anunciou que liberou bilhões e bilhões para a agricultura familiar, agora quando o agricultor chega lá, a burocracia impera*. Ou seja, os camponeses não conseguem ter acesso ao crédito liberado por não terem como dar nenhum bem em garantia ao valor retirado e, assim, por não terem renda, não conseguem desenvolver suas produções. Desse modo, fica demonstrado ser necessário desburocratizar o acesso a créditos para que os camponeses consigam desenvolver seus plantios para se manterem no meio rural.

Cabe mencionar que o ex-presidente do STRB acredita que o Pronaf seja uma linha de crédito positiva ao afirmar que o *programa está voltado para a agricultura familiar, o Pronaf é um programa do governo federal. E eles têm acesso a essa linha de financiamento com juros baixos, com carências boas e longos prazos para pagar*. De fato, se por um lado as políticas de financiamento foram criadas para fortalecer a agricultura familiar, por outro, ainda é preciso desburocratizar os órgãos competentes de acesso a esse crédito.

Enquanto os camponeses esbarram na burocracia e não conseguem ter acesso aos créditos, os empresários do agronegócio concentram cada vez mais terras e riquezas, intensificando a estrangeirização do capital agrário e assumindo os rumos políticos do país. Não obstante a tudo isso, ainda contam com uma vigilante bancada capitalista/ruralista no Congresso e Senado Federal, defendendo o agronegócio e a expansão das fronteiras agrícolas. Esse grupo de defensores do capital rural invadiu o cenário político, sendo os principais formuladores de leis e decretos para o setor agrícola que os beneficiam diretamente e continuam impedindo a implementação da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Esse modelo agrícola adotado em nosso país inviabiliza a execução da reforma agrária. Assim, para romper esta hegemonia, a ocupação de terras tem sido a ferramenta de luta usada pelos povos do campo para pressionar o Estado, visando à democratização do acesso à terra. É por meio dessa ação que “[...] os camponeses conseguem realizar uma Reforma Agrária mesmo que conservadora” (FERNANDES, 2014, p.145). Isso pode ser comprovado no número de assentamentos na Bahia entre os anos de 1994 e 2017, a partir dos dados oficiais do Incra.

Quadro 3 - Famílias de trabalhadores(as) rurais assentadas no estado da Bahia (1994 a 2016)

ANO							
Até 1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
4.455	3.049	1.906	5.419	6.850	6.157	4.006	3.018
ANO							
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1.069	2.584	5.185	5.120	4.689	1.649	1.768	2.444
ANO							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	-
1.022	1.524	273	2.504	2.155	2.702	93	-
TOTAL:							69.641

Fonte: Incra/2017. (Elaboração da autora).

Os camponeses e os movimentos sociais foram bastante decisivos na conquista da terra e formação de “529 projetos de assentamentos de Reforma Agrária”, contribuindo para o

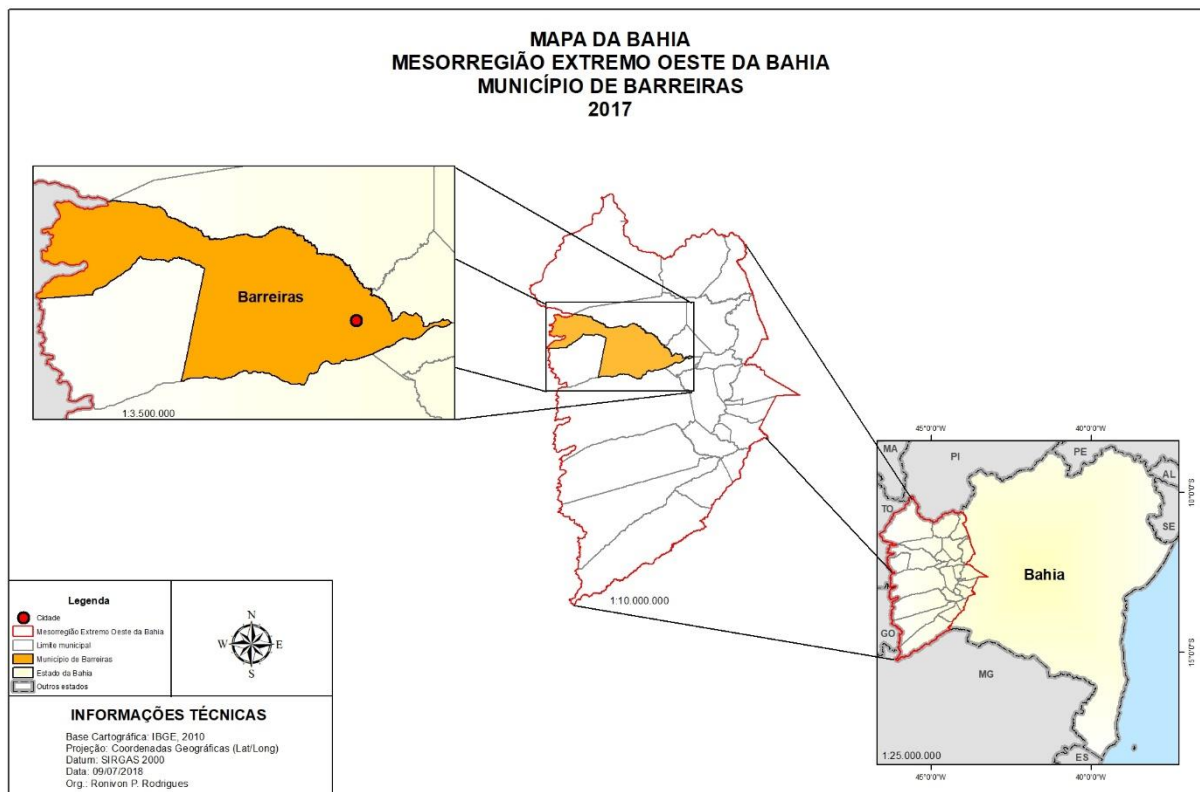
assentamento de “69.641 famílias” no estado da Bahia, entre os anos de 1994 a 2016 (SIPRA/INCRA, 2016). Pode-se inferir que, por meio do acesso e uso da terra, estes sujeitos estão construindo um projeto de campo menos desigual e com possibilidades para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

1.3 Memória do ontem e do hoje: as transformações da estrutura fundiária no município de Barreiras

Neste item, discute-se a estrutura fundiária em Barreiras, destacando as transformações ocorridas no município, a partir da década de 1990, com a chegada dos sulistas e a modernização da agricultura da região. Para maior compreensão das transformações ocorridas na estrutura fundiária do município nos últimos anos, recorre-se às memórias dos sujeitos da pesquisa. Portanto, para construção dessa memória, as entrevistas e a aplicação de questionários ocorreram entre os meses de outubro a dezembro de 2017.

O povoamento do município de Barreiras teve início em 1850 pelo barqueiro Plácido Barbosa que habitava em uma casinha junto ao porto, ocupando-se do recebimento e das descarregas das barcas que chegavam com mercadorias para serem transportadas por tropas de animais para localidades vizinhas do estado de Goiás ou para Fadas da Ribeira. O antigo lugarejo inicialmente foi chamado de São João das Barreiras até 1880. Seu crescimento era bem lento, com apenas 20 casebres de taipa ou adobe. No início do povoamento, Barreiras pertenceu ao município de Angical, por meio da criação da freguesia de 1881. Só em 1902 adquiriu o foro de cidade, por possuir mais de dois mil e quinhentos habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1 - Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (MOB)



Fonte: Base Cartográfica IBGE/2010, DNIT/2007. Projeção: Coordenadas Geográficas (Lat/Long). Datum SIRGAS/2000. Data: 09/03/2018. Org. Ronivon Pereira Rodrigues.

Esse município é grande em extensão territorial, visto que abarca uma área de 7.538,152 km², com uma estimativa populacional de 155,519 habitantes, incluindo urbano e rural (IBGE, 2016). A população do campo em 2010 somava 13.694 (IBGE, 2010). Todavia, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou em torno de R\$ 3.716,479 mil, e a renda per capita R\$ 24.145,84 mil no ano de 2015 (IBGE, 2015). Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,721 (PNUD,2013).

Considerando o IDH, infere-se que a arrecadação financeira do município não tem se revertido em benefícios sociais para a população, ficando concentrada nas mãos de uma minoria que detém também grandes extensões de terra. Esse fato inviabilizou e impede até hoje uma justa distribuição de terras para seus habitantes.

As terras barreirenses pertenciam aos proprietários locais com suas formas de exploração do solo, as técnicas agropecuárias, estando próximas do regime de estrutura fundiária da oligarquia brasileira. Sobre o processo de desenvolvimento desse município, a historiadora Ignez Pitta de Almeida, em seu livro *Oeste Baiano 2000*, afirma: “Fundada por Geraldo Rocha, a Sertaneja foi seu instrumento para implementar as ações que permitiram a Barreiras começar a desenvolver seu potencial ainda na década de 20, quando isso era restrito

às áreas próximas aos grandes centros” (ALMEIDA, 1991, p. 19). Para a mesma autora, a história de Barreiras se confunde com a história da fazenda Sertaneja, pelos feitos que seu fundador realizou para o desenvolvimento do município.

É também a partir das ideias de Almeida (1991) que se pode entender o início da concentração fundiária no município, ao contar um pouco do percurso da Sertaneja e de seu fundador Geraldo Rocha, sendo este detentor de muitas influências políticas dos grandes proprietários de terras em Barreiras.

Adquirindo vastas áreas de terras, a Sertaneja realizou significativo investimento na pecuária, ao importar de avião, quando não existiam estradas em Barreiras, valiosos animais de raças puras: reproduzindo-se aqui, os cavalos e gado de linhagens finas eram comercializados localmente com os criadores da região, que, dispondo desses excelentes reprodutores puderam melhorar a qualidade do rebanho.

Na Fazenda Água Doce, o Dr. Geraldo construiu uma sede magnífica, em que, por duas vezes hospedou Presidentes da República: Getúlio Vargas e Eurico Dutra, que visitaram Barreiras devido ao seu empenho.

A Faz. Água Doce era um verdadeiro centro de experimentação, onde até abelhas exportadas da Europa foram criadas. O Dr. Geraldo conhecia profundamente a nossa região fez dela uma descrição em seu livro “O Rio São Francisco, fator precípua da existência do Brasil”. Nessa obra, além de descrever as grandes potencialidades e problemas do Vale do São Francisco, fez abrangentes projetos de desenvolvimento agrícola, com base na irrigação e construção de represas, a fim de conservar as águas da chuva e manter o potencial hídrico. (ALMEIDA, 1991, p. 21)

Mesmo aparentando ser uma empresa séria que visava somente ao desenvolvimento da região oeste da Bahia, e principalmente do município de Barreiras, é necessário mencionar que, para conseguir terras, adotou a grilagem como lógica. Ancorou-se na figura dos jagunços que usavam de violência física ou intimidação para aterrorizar, expulsar e até matar aqueles que cruzassem seu caminho. Segundo Oliveira (1996, p. 15): “Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiários de nossos tempos”.

O domínio exercido pela Sertaneja no município superou décadas e gerações. Nesse sentido, o presidente atual do STRB narrou um fato ocorrido entre os anos de 1993 e 1994:

Eu, por exemplo, tive a oportunidade de participar de alguns desse tipo, por exemplo: Caroá, Maquiné, Olaria, Fazenda Beliza, Canabrava, que era de propriedade da Sertaneja, uma empresa muito poderosa aqui no nosso município que ameaçava os posseiros para que se retirassem das terras e a intervenção do sindicato foi muito importante para que eles, hoje, permanecessem na terra. Só que a gente fez de uma forma diferente. A gente não foi para a linha de frente para discutir os assuntos de interesse de resolver os problemas da terra. A gente foi para base da negociação. Houve a primeira negociação com o pessoal da Canabrava em que três posseiros estavam sendo expulsos, inclusive esses posseiros tiveram a sua roça, passado o trator por cima, passaram por cima da cerca e foi aí que começou as intervenções da Sertaneja querendo expulsar aquelas famílias dali. O sindicato, por sua vez, convidou naquela oportunidade, um fotógrafo, contratou um carro, foi lá, verificou que realmente o trator estava passando por cima da cerca e da roça e aí nós chamamos e

denunciamos ao Jornal A Tarde, o Jornal A Tarde inclusive é de grande circulação nacional e depois que a matéria saiu divulgada no Brasil todo, a Sertaneja nos procurou para a gente fazer um acordo, daí começou a nascer os acordos das três famílias e como de fato hoje, essas três famílias moram em terra negociada pelo sindicato e são próprias, são posseiros que tem o domínio sobre sua própria terra. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Para o dirigente da Agência 10envolvimento, [...] *historicamente Barreiras, na realidade foi muito marcada pela presença da Sertaneja. Aqui a Sertaneja dominava tudo.* Essa ação dos latifundiários narrada pelo entrevistado é também descrita por Oliveira (1990, p. 80), que menciona: “[...] ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra”. Esse tipo de apropriação também inclui influências econômicas e políticas, para determinar quem tem direito à posse e ao uso da terra.

O município inaugurou as primeiras iniciativas de redistribuição de terras na década de 1970, com as desapropriações de propriedades privadas e aproveitamento de terras públicas para implantação dos projetos governamentais de irrigação executados pela Codevasf. Através disso, uma parcela considerável de camponeses conseguiu ter acesso à terra, tendo então a possibilidade de viver do e no campo.

Desse modo, a Codevasf, ligada ao Ministério da Integração Nacional, no ano de 1970 financiou aqui no município o Projeto de Irrigação denominado de São Desidério - Barreiras Sul e, posteriormente, o Projeto de Irrigação Barreiras-Norte, que, segundo Alves (2015, p. 239), “[...] contribuiu para que a região se tornasse atrativa, a determinados grupos econômicos, sobretudo empresas associadas ao agronegócio”.

Levando em consideração a construção do projeto de irrigação São Desidério Barreiras-Sul, o engenheiro da Codevasf esclarece em qual período cada etapa aconteceu: *Então é um processo bem longo, mas a implantação ocorreu no final da década de 1960 para 1970 com a construção da barragem que fica lá em São Desidério, do canal principal por onde a água é conduzida [...].* Na observação *in loco* durante a pesquisa, foram constatados os canais por onde passa a água para a irrigação dos lotes, como atesta a figura 2.

Figura 2 - Canal do projeto de irrigação da Codevasf no povoado Tatu e Baraúna



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos em 07/11/2017.

Para o engenheiro da Codevasf, a estrutura física dos projetos pesquisados possui uma relação intrínseca com o município de São Desidério, mesmo este possuindo a menor parte do perímetro. Segundo ele, o projeto recebeu o nome São Desidério Barreiras Sul justamente *[...] por estar nos dois municípios e Barreiras Sul porque está no perímetro sul de Barreiras*. Sobre o assentamento, um dos colonos, o entrevistado, afirma que foi acontecendo por etapas:

Agora não houve a princípio o que seria data exata para a implantação do projeto Tatu e Baraúna, na época dos serviços do preparo dos lotes, eles iam ocorrendo gradativamente por setores, ao passo em que determinado setor ficava pronto, já começava o processo de assentamento. Com absoluta certeza houve uma diferençazinha de prazo e tempo entre Tatu e Baraúna, não foi tudo de uma vez só, não houve uma fundação específica, a implantação foi do projeto como um todo, a medida em que ia ficando pronto determinados lotes, já iam assentando os produtores. Então pode ter tido lote implantado no Tatu e Baraúna ao mesmo tempo ou no Angico que fica no município de São Desidério, então, assim historicamente eu não tenho uma data específica de fundação. Isso foi por volta de 1976 ou 1977, já estava ocorrendo o primeiro assentamento dos produtores. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Esses projetos no município foram criados com uma infraestrutura para que os colonos tivessem acesso à terra e qualidade de vida. Isso foi identificado durante os trabalhos de campo, quando se viu que a infraestrutura do projeto se manteve, pois, mesmo com alguma deterioração, as casas e outros espaços construídos pela empresa ainda apresentam resquícios que demonstram a qualidade dos materiais usados na sua construção. Acerca deste aspecto, o engenheiro da Codevasf menciona:

A política social da época reuniu a moradia dos produtores nas agrovilas, que era um local centralizado, onde o governo cumpria as exigências legais de dar acesso ao produtor a educação, a saúde, ao comércio, o transporte, uma infraestrutura básica,

social necessária. Então, se na época fizesse a moradia em cada lote, teria que ter um local centralizado para contar com essa estrutura social, de certa forma teria que ter essa estrutura montada em algum local. Como forma de viabilizar isso foram feitas as agrovilas e elas tinham toda essa estrutura: a escola, a área de lazer, o posto médico, o posto telefônico na época, a quadra poliesportiva, todas as residências, tudo isso foi construído pela CODEVASF. Além de construir, ela montou toda infraestrutura. Você imagina que o posto de saúde tinha todo aparato necessário, o que a CODEVASF não mantinha lá era o médico, o enfermeiro ou o professor, isso aí ela repassava para o município ou Estado. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Infere-se que os projetos da Codevasf, no município de Barreiras, apresentaram aspectos positivos e negativos, como toda política de governo implementada no Brasil. Se de um lado era oferecido aos colonos todo o financiamento, assistência técnica desde a preparação do solo até a seleção de sementes, armazenamento e comercialização da produção, do outro lado, parece que os camponeses não tinham autonomia para decidir o que plantariam, nem sabiam o valor e a forma de comercializar seus produtos. Tal situação é detalhada por um colono do povoado Baraúna, que menciona:

O caminhão vinha, pegava a colheita da gente e levava para a cooperativa. A Codevasf recolhia a safra, comercializava, retirava o que a gente devia dos insumos, sementes, preparo da terra, assistência técnica e o que sobrava eles devolviam o restante para a gente. Devolvia em dinheiro e no caso do feijão a gente tirava para o nosso consumo, aquele resto que chamava de pé de terreiro. (Colono do povoado Baraúna obtido por meio do questionário de investigação em 07/11/2017).

A esposa de um colono do povoado Tatu também fez uma narrativa da forma como a Codevasf se apropriava da produção agrícola nos projetos de irrigação:

Eita povo que judiaram da gente aqui! os colonos aqui sofreram no início. Nós para comermos feijão, eles davam só um saco e tinha gente que escondia o feijão embaixo da palha na roça para eles não levarem. O carro da Codevasf chegava e levava a nossa colheita, mas não sei o que eles faziam com ela. E deixava para cada colono um saco, mas alguns escondia no mato e pegava a noite. Nós plantávamos feijão, cebola, milho e arroz, e eles diziam que era para pagar as despesas na Codevasf. (Colono do Povoado Tatu, obtido por meio do questionário de investigação em 07/11/2017)

O discurso de outro colono participante da pesquisa confirma que era a própria Codevasf quem *recolhia e comercializava a colheita*, havendo muita semelhança com o que acontecia com os primeiros colonos nas fazendas de café e os agregados dos canaviais nordestinos. No caso presente, “[...] os excedentes podiam ser negociados com vendedores e intermediários da região ou com o próprio fazendeiro, que, muitas vezes, exigia direito de preferência na aquisição” (MARTINS, 2013, p. 133). Um colono do projeto de irrigação Baraúna afirma ainda que:

No final quem colhia feijão levava tudo para o depósito da cooperativa, lá eles vendiam e ficava distribuindo para os colonos de pouquinho, dava a feira. Não era assim, vendeu tome seu dinheiro. Ficava “matando na unha”. Eles tiravam para pagar os insumos, pagar hora da máquina, pagar os adubos. Só que tinha gente que colocava a produção todinha lá e não via o resultado, não sobrava nada. (Colono do povoado Baraúna obtido por meio do questionário de investigação em 07/11/2017)

Mesmo diante desse quadro negativo, há ainda de se considerar que essa política de governo foi bastante positiva para o comércio local, pois abastecia e aumentava a economia com os alimentos produzidos nesses projetos de irrigação da Codevasf, criando ainda postos de trabalho para os pequenos agricultores e suas famílias. Além disso, os camponeses beneficiados com esses lotes tinham um pedaço de terra para trabalhar, sustentar sua família e permanecer no campo.

Os colonos participantes da pesquisa afirmaram que, no início, não podiam escolher o que plantar, isso porque era a Codevasf quem decidia sobre as lavouras que seriam cultivadas nos projetos de irrigação. Segundo narrativa de um colono do povoado Baraúna,

[...] a plantação não era igual hoje que planta coco, manga [...], naquela época era feijão, era melancia na seca – na chuva na época do inverno era milho, arroz. E quando não deu mais certo o plantio de melancia, começou a dar uma morredeira, doença aí o pessoal parou. Este setor aqui da Baraúna as terras eram apropriadas para feijão, terra de barro, agora o setor 29, lá do lote de meu pai, as terras eram arenosas e apropriadas para melancia por muitos anos. (Colono do povoado Baraúna obtido por meio do questionário de investigação em 07/11/2017)

Já a esposa de um colono do povoado Tatu esclarece: *Hoje o que plantamos e criamos aqui é só para o consumo da família. A gente planta hoje um pouco de tudo: melancia, feijão, abóbora, mamão, mandioca, milho. Só que no início não era assim, plantávamos o que os técnicos diziam para gente plantar.* Então, a figura 3 confirma as memórias trazidas pelos sujeitos desta pesquisa.

Figura 3 - Lavouras cultivadas nos projetos de irrigação da Codevasf em 2017



Fonte: Weverson Lustosa/ Morador do povoado Baraúna, dez/2017.

De acordo com os colonos participantes, foram muitas as causas para as mudanças na produção do projeto, mas a principal razão está relacionada à comercialização, como a manga, pois as justificativas foram que a *febre da manga passou* e eles tiveram que experimentar novas culturas, inclusive a piscicultura de cativeiro. Para um colono do povoado Baraúna, [...] *veio a época da construção de tanques para criação de peixe de cativeiro, plantação de coco, manga que antes não tinha*. A nova cultura de peixes nos projetos de irrigação São Desidério Barreiras-Sul está “[...] ao lado de pés de coco, milho e mandioca, tanques escavados abrigam tambaquis, pintado e surubim, entre outras onze espécies de pescado” (CODEVASF, 2016, s.p.)

Figura 4 - Tanques para piscicultura de cativeiro no projeto Codevasf São Desidério/Barreiras Sul



Fonte: Weverson Lustosa/Morador do povoado Baraúna, dez/2017.

A mesma reportagem ainda menciona que, de acordo com a Codevasf, a produção de peixe nos projetos tem sido bem aceita pelos produtores, visto que “[...] o terreno tem boa quantidade de argila, é favorável à manutenção dos tanques, pois o consumo de água é baixo e

com pequeno teor de infiltração”. Além dos terrenos propícios para o cultivo do peixe de cativeiro, a “[...] produção de peixes no São Desidério/Barreiras Sul já alcança 1.543 toneladas por ano, sendo que mais da metade da produção é das espécies tambacu e tambatinga, com 971.706 quilos por ano” (CODEVASF, 2016, s.p).

Não obstante, a Codevasf contribuiu muito para o desenvolvimento da agricultura irrigada da pequena propriedade no município de Barreiras, colocando a região em evidência. Entretanto, este não foi o único agente responsável para o reconhecimento da região oeste, posto que a implementação do 4º Batalhão de Engenharia para a construção das BR 020 e BR 242 ligou Barreiras a dois importantes centros econômicos e políticos. A BR 020 ligaria Barreiras a Brasília e a BR 242 daria acesso à capital Salvador.

Conforme Martins (2001, p. 32), “[...] desde os anos 60, [...] a modernização forçada no campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente [...]” cresceu consideravelmente na América Latina e no Brasil. Esse modelo de campo perverso e “excludente” está posto desde a colonização europeia, não sendo diferente, a nosso ver, no município, pois este se desenvolveu econômica e demograficamente nas últimas décadas, atraindo inúmeros migrantes vindos do sertão baiano, vislumbrados pela possibilidade de postos de trabalho. Além desses, os migrantes sulistas têm sido atraídos para essa nova “fronteira agrícola” com vastas extensões de terras que eram compradas por baixo custo, e que são também propícias ao desenvolvimento de monoculturas. Cabe mencionar, ainda, que existem muitas incidências de aquisição dessas terras na região oeste, por meio de grilagem. Segundo Frederico (2012, p. 283), “[...] a grilagem das terras e a espoliação do campesinato levaram ao incremento do êxodo rural e abriu caminho para a implantação das paisagens monótonas da grande propriedade monocultora”.

Nesse sentido, foi a renda da terra a responsável por esse meteórico crescimento e desenvolvimento econômico, político, social e cultural, provocado pela expansão da agricultura. Os migrantes sulistas trouxeram, em suas bagagens, as novas técnicas de manejo da terra, financeiro, organização de sociedade e tradições culturais, até então desconhecidas pelos nativos da região. Desse modo, a vinda dos sulistas ocasionou externalidades ambientais e sociais, conforme menciona Ignez Pitta:

Olha que maravilha! Não pode mais plantar arroz aqui, porque não chove. Derrubaram as árvores do cerrado tudo, acabaram com a chuva e não planta mais arroz. Não é ótimo! Para quem não quer que as pessoas progridam é uma beleza, o arroz todo daqui tem que vim de fora. Antigamente aqui tinha até usina beneficiadora de arroz. Para você ver o benefício que o governo do Estado da Bahia fez deixando os sulistas invadirem, matarem as comunidades tradicionais e ficarem com essas terras imensas que eles têm aí. E não fiscalizar para saber se estão deixando as reservas florestais, se

estão respeitando as veredas, se estão respeitando as nascentes, se estão deixando os metros da mata ciliar, os metros determinados de um lado e do outro. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Os novos arranjos ocorridos na estrutura econômica, política e social não propiciaram apenas o enriquecimento da elite do agronegócio, mas também o prestígio e o poder sobre os órgãos que deveriam fiscalizar todas as formas de apropriação e uso dessas terras. Só assim se poderiam impedir as transformações negativas no campo social e ambiental citadas pela entrevistada.

A figura 4 retrata a vista aérea da fazenda Palmares, localizada no município de Barreiras, que possui 32.939,25ha de área total, sendo 16.166,75ha próprios, 542,50ha próprios da LandCo e 16.230ha arrendados. A área plantada na safra 2016/2017 foi de 24.334,76ha, onde foram cultivados 14.688,75ha de soja, 8.379,36ha de algodão na primeira safra e na segunda 950,76ha de milho e 315,89 de outras culturas (SLC AGRÍCOLA, 2016/2017). Adotando como parâmetro a área total somente dessa fazenda, pode-se inferir que a agricultura em larga escala tem devastado a vegetação nativa do cerrado, fato citado pela historiadora Ignez Pitta, quando menciona que *derrubaram as árvores tudo, acabaram com a chuva e não plantam mais arroz*.

Figura 5 - Vista aérea da fazenda Palmares em Barreiras-BA



Fonte: SLC Agrícola. Acesso em 03/012/2017.

A expansão dessa nova fronteira agrícola contribuiu para o crescimento agroindustrial, não só do município de Barreiras, mas também de São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, que sai da condição de distrito para um cenário impulsionado pelo desenvolvimento agrário, forjado na apropriação dos cerrados pelos sulistas.

O cerrado baiano tem se mostrado muito atrativo para sulistas e corporações internacionais por diversos motivos, como: a fertilidade do solo, grande volume hídrico, terrenos planos propícios à mecanização e mão de obra barata. Atrelado a isso, há estradas, portos e disponibilização de linhas de crédito em bancos públicos e privados para o desenvolvimento dos monocultivos. Para Haesbaert (1997, p. 134), a

[...] lógica financeira, de valorização do capital investido, ela atua tanto no sentido da valorização fundiária, como na intensificação do mercado de terras, quanto pela redução do valor real do investimento, garantido pela intervenção do Estado, especialmente através do crédito subsidiado.

As atividades econômicas da “nova fronteira agrícola” do cerrado baiano estão centradas, principalmente, no cultivo de monoculturas de soja, algodão e milho, o que faz com que Barreiras seja conhecida nacionalmente como a “capital do agronegócio”. Em decorrência disso, há uma ampla desvalorização da agricultura camponesa. Desconsidera-se que a produção de frutas, verduras e hortaliças gera postos de emprego, contribui para a geração de renda no comércio local, além de ajudar no sustento de muitas famílias do campo e da cidade, conforme escreveu Martins (1982, p. 41), na década de 1980:

A grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, justamente chamada de “lavoura de pobre”, o grande fazendeiro prefere produzir para a exportação, como sempre aconteceu e como tem sido especialmente estimulado pelo governo através da chamada política de incentivos (com vistas justamente a obter recursos externos destinados a aliviar os nossos dispêndios monetários no exterior, seja para cobrir despesas crescentes com combustíveis, seja para cobrir despesas permanentes com pagamentos de lucros e serviços das empresas multinacionais).

Desse modo, a agricultura de exportação está assentada na mecanização da produção, no uso excessivo de insumos agrícolas, degradação dos recursos da natureza e exclusão e exploração da reduzida mão de obra nordestina e de outras regiões do Brasil. Os trabalhadores eram atraídos pela propaganda das riquezas produzidas pelo agronegócio, marchando em direção ao oeste baiano em busca de melhores postos de trabalho. A esse respeito, Haesbaert (1997, p. 146) afirmou que, na década de 1980, “[...] migrantes do interior do Nordeste, iludidos com o emprego fácil no ‘Eldorado da soja’, acabam mesmo é alimentando as periferias miseráveis de cidades como Barreiras [...]”. Assim, as marcas deixadas por esse modelo agrário na sociedade local são irreparáveis.

No oeste baiano, a margem de ampliação do campesinato é mínima, como se tivesse sido congelada uma estrutura agrária perversa, a dos grandes latifundiários do

semiárido, frente à moderna concentração da terra promovida pelos novos empresários sulistas nos cerrados. (HAESBAERT, 1997, p. 146)

Segundo o mesmo autor, “além de exigir mão de obra mais qualificada, o que exclui a maior parte dos trabalhadores migrantes nordestinos, a agricultura moderna, principalmente a da soja, altamente mecanizada, incorpora no seu conjunto poucos trabalhadores” (HAESBAERT, 1997, p. 145). No caso específico de Barreiras, não é diferente do que acontece em outras partes do Brasil, com predominância do agronegócio, e que utiliza as técnicas modernas na maior parte do manejo da terra, plantação e colheita. Essa moderna agricultura não carece de muitos trabalhadores, visto que as máquinas substituem uma parcela considerável de postos de trabalho.

É possível inferir ainda que, mesmo diante das contradições existentes entre sulistas e nordestinos, o município seguiu seu curso, tornando-se um polo regional, com diversos bancos públicos e privados, grande variedade de lojas, empresas de venda e beneficiamento de sementes, transportadoras para escoamento da produção, “[...] formando os focos dinâmicos da economia e do território do agronegócio globalizado” (ELIAS, 2015, p. 27). Esse município se adaptou em todos os setores para favorecimento da agropecuária e na legitimação das principais atividades econômicas, desconsiderando outras formas, a exemplo da agricultura camponesa. Entretanto, apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, Barreiras ainda é uma cidade que não perdeu totalmente a essência da cultura local. Os traços histórico-culturais da região se mantêm, resistindo à modernização agrícola.

Assim, a expansão do agronegócio influenciou e muito o crescimento econômico do município, atraindo tanto o capital interno quanto o externo por meio das empresas nacionais e multinacionais. Elias (2015, p. 32) afirma que o “[...] domínio sobre as terras agrícolas, a tecnologia de produção, a logística, os trabalhadores, e as esferas locais de poder [...]” contribuem para as transformações sociais e culturais de determinados grupos.

Em virtude disso, todos os aspectos econômicos, sociais, demográficos e culturais do município foram transformados pela implementação do agronegócio. Isso começa com a agricultura modernizada e a concentração da propriedade nas mãos de grandes grupos econômicos, tingindo também o modo de vida local. Segundo Haesbaert (1997, p. 184),

No sul, nas localidades do interior de onde provém a maioria dos imigrantes [para Barreiras], as pessoas costumam colocar as melhores roupas quando saem para as compras ou simplesmente quando passam pelo centro da cidade. A rua e os espaços públicos (em especial a igreja, durante a missa de domingo) tornam-se um pouco a passarela onde desfila a riqueza (material) e a “finura” de cada um. Para a classe média, ir ao centro “de chinelo de dedo” é considerado vergonhoso. Tenta-se competir

em boa aparência e formalismo – os gestos e as falas muitas vezes são ensaiados e comedidos – qualquer deslize é logo denunciado. Ou seja, pretende-se que a rua seja também de ordem e disciplina, onde o indivíduo difunda, por extensão, predicados que cultiva dentro de casa.

Desse modo, as tradições trazidas pelos migrantes sulistas são difundidas na cidade e no campo de Barreiras, não só com as festas e as manifestações folclóricas, mas principalmente nas formas de dominação, de propriedade rural e de acumulação de riquezas.

Com a perpetuação da concentração fundiária no município, intensifica-se também a pressão dos movimentos sociais do campo e dos próprios camponeses, reivindicando terras de trabalho e moradia. No caso presente, não se pode deixar de mencionar o trabalho realizado pela CPT na luta por acesso e uso da terra pelas populações pobres do meio rural, porém, nas décadas passadas, foi marcada pela violência e expropriação do camponês no município de Barreiras. Como já se mencionou, não foram encontrados registros que comprovassem a atuação desse importante movimento social da história de luta pela terra no município. Porém, investigando sobre este órgão, descobriu-se que uma professora da Universidade do Estado da Bahia havia sido integrante da CPT aqui na região e, em conversa, ela fez o seguinte relato: *Fui ameaçada de morte por fazendeiros da época, e certa vez tive que fugir no meio da noite de uma cidade vizinha, para não ser morta*. Esse evento aconteceu enquanto ela exercia suas funções de militante da CPT.

A pressão exercida pelos latifundiários tinha propósitos claros, ou seja, disseminar medo para que os integrantes da CPT deixassem de exercer sua função de fiscalizar os casos de grilagem e violência contra os camponeses. Assim, a estratégia adotada é a ameaça com vistas a “[...] apagar a memória ou silenciá-la [...]” (ARROYO, 2017, p. 195), para coibir qualquer manifestação ou reação das pessoas.

Para romper o silenciamento e a expropriação, foi criado, em 8 de março de 1998, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Barreiras, encampando sua luta pelo acesso e uso da terra, exatamente no ápice da agricultura irrigada e ocupação dos cerrados barreirenses pelo agronegócio. O STRB também tem sido um pioneiro na luta por terra no município. A pressão exercida por esses dois movimentos desencadeou a criação dos projetos de assentamentos de reforma agrária: Espaço Rural – Vila 3 e 4, Ilha da Liberdade, Santa Rita I e II e o Acampamento Zequinha Barreto, pois muitas famílias, ainda que vivessem precariamente no campo, tiveram acesso e uso da terra por meio desses projetos de assentamentos. Martins (2003, p. 40) explica que “O desenvolvimento excludente propõe um

modo de vida marcado e demarcado por formas transgressivas de driblar suas consequências para se reincluir num padrão de relacionamentos sociais [...]”.

Assim, é por meio da contra-hegemonia exercida por estes movimentos sociais que os posseiros e agregados têm tido acesso à terra para viver e trabalhar. Nesses termos, o presidente do STRB menciona que o sindicato tem realizado negociações para que o direito à posse de terras desses posseiros fosse legalizado no município.

O sindicato fez um termo de acordo com a empresa, assinado pela empresa e o sindicato fez uma declaração de posse reconhecendo aquela pessoa como proprietário na condição de posseiro de determinada fazenda. Esse é o documento. A partir daí eles fazem o cadastro na Receita Federal usando o documento do sindicato? Faz o cadastro na Receita Federal e inicialmente esse é o documento? Agora se a empresa quisesse ela poderia desmembrar da escritura- mãe, a escritura daqueles posseiros que foi feito o acordo intermediado pelo sindicato. (Entrevista concedida em novembro de 2017).

Por meio dessa narrativa, identificou-se que os camponeses têm tido acesso à terra por acordos entre o sindicato e os empresários do agronegócio, porém, quando as negociações não são possíveis, eles lutam pela terra, pois, segundo o dirigente do MST do município de Barreiras: *Deus não cercou a terra para vender, Deus deixou a terra para que se beneficie dela e essa política que nós traçamos vamos praticar ela até o fim. Porque precisamos combater a burguesia, combater o capitalismo, combater esse modelo agrário que flui dentro do campo.* Entende-se, a partir dessa assertiva, que a intenção do MST é realizar a reforma agrária no país. Assim, o objetivo do movimento social supracitado tem sido de algum modo atingido, porque, mesmo ainda não tendo o título da terra, os camponeses já estão vivendo há mais de dez anos neste espaço e conseguiram construir suas casas e estão desenvolvendo seus cultivos em seus lotes, como demonstra a figura 6 abaixo:

Figura 6 - Projeto de Assentamento Santa Rita I



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos, em 04/10/2017.

Há ainda de se considerar que, ainda que seja uma região dominada pela concentração da propriedade e pelo agronegócio, os camponeses têm resistido a este modelo de campo modernizado que foi desenvolvido, com a chegada dos novos sujeitos sociais. Segundo o dirigente do MST, *aqui em Barreiras, no oeste a gente vê pouco, porque existe domínio do capitalismo, do agronegócio, enfim. Mas existe uma vontade, uma força, uma luta, uma coragem, uma determinação desse povo querer essa mudança.* Nessa busca, é que fazem as ocupações de terras e resistem vivendo em moradias improvisadas há onze anos, como se vê na figura 7.

Figura 7 - Projeto de Assentamento Santa Rita II



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos, em 04/10/2017.

As imagens evidenciam a resistência dos camponeses que ainda vivem na condição de acampados há mais de uma década, lutando para conseguir a tão almejada terra para viver e trabalhar. Estão esperando a demarcação dos lotes para, enfim, cercar e construir casas e ter acesso a serviços de educação, saúde, energia elétrica e água potável, uma vez que eles consomem água retirada direta do rio.

A falta de acesso a serviços públicos não é exclusivo dos moradores de áreas de assentamento, posto que nas comunidades tradicionais visitadas a realidade é praticamente a mesma. Isso mostra que, enquanto os empresários do agronegócio expandem suas áreas de cultivo e colocam o município em evidência, restam aos pequenos agricultores e camponeses continuarem sem acesso a direitos essenciais e vivenciarem processos de exploração e expropriação encabeçadas pelo capital agrário, que visa concentrar, em suas mãos, terra, renda e riqueza.

O próximo capítulo trata então dos conflitos por terra no Brasil, na Bahia e em Barreiras. Para recontar tais memórias, fez-se um recorte temporal dos eventos ocorridos em âmbito nacional, estadual e municipal, de modo que tais conflitos estivessem relacionados com a concentração da propriedade e modelo fundiário adotado no país.

CAPÍTULO II

CONFLITOS POR TERRA: reconstruindo o passado e tecendo o presente

“[...] Vamos companheiros, vamos lutar...

Tanta gente sem terra e sem comida

E sem ter uma casa pra morar

Sem emprego, mendiga o pão da vida

Mas um dia isso tudo vai mudar [...]”

*(Trecho da música: Vamos companheiros,
vamos lutar. Autores: Beija-Flor e Agábito)*

Este capítulo analisa se os conflitos no campo contribuíram para a democratização do acesso à terra no município de Barreiras, partindo das organizações dos quilombos como um meio de refúgio para escravos fugidos e libertos, sequenciados pelos sucessivos conflitos pelo direito de viver e trabalhar em uma terra livre da expropriação do capital agrário, até as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais e sindicais do século XXI. Não se inclui somente o acesso à terra, mas também a garantia de políticas públicas que assegurem aos trabalhadores rurais morar no campo com melhores condições de trabalho e de vida. Para tanto, destacam-se alguns eventos que marcaram o processo de luta pela terra no Brasil, inferindo-se que as tensões sociais no campo foram agravadas ao longo da história, resultantes da concentração fundiária presente no modelo agrário brasileiro, que possibilitou a determinados grupos produzir renda e riquezas, enquanto uma grande parcela da sociedade foi submetida à pobreza política, econômica, social e cultural. Discute-se ainda como ocorreram os conflitos pelo acesso e uso da terra no estado da Bahia e no município de Barreiras.

2.1 Por onde tudo começa e não termina: memória dos conflitos por terra no Brasil

Os conflitos no campo brasileiro e o papel desempenhado pelos camponeses e os movimentos sociais para terem acesso e usarem a terra são o palco deste capítulo. Após estudo de diferentes obras e autores, constatou-se que o Brasil, ao longo de sua história agrária, sempre

foi marcado por inúmeros embates pelo direito à terra, por isso foram eleitos os principais eventos ocorridos no campo. Esse registro foi materializado pela memória individual e coletiva, apanhada na literatura ou na realidade do contexto social estudado.

O ponto de partida foi a ideia de que o começo da situação de exclusão social se deu pela divisão fundiária iniciada pelos portugueses colonizadores e que esta estrutura se manteve, ou seja, não terminou, posto que ainda hoje os camponeses têm seu acesso à terra negado. E, em virtude disso, entram em conflito com o capital agrário, figurando-se na mídia burguesa como baderneiros ou perturbadores da ordem social. Estes, na verdade, lutam pela democratização do acesso à terra e para que suas memórias não sejam silenciadas e apagadas. Porto-Gonçalves et al. (2016, p. 74-75) identificaram os conflitos no campo como

[...] um fenômeno/conceito que permite o reconhecimento empírico de que há, pelo menos, duas perspectivas sobre uma determinada questão e, no caso da questão agrária, os conflitos por terra têm sido cada vez em maior número, o que mostra a centralidade teórico-política.

Reconhecer as lutas dos sujeitos sociais do campo pelo acesso e uso da terra é também criar meios para que suas memórias sejam conhecidas e as experiências vividas, transformadas em história da resistência camponesa para conservar os tempos de glória e também de guerra. E isso só será possível se “[...] fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (HALBWACHS, 2003, p. 101).

Para o mesmo autor, “[...] a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado” (*Ibid.*, 2003, p. 90). Portanto, nas memórias individuais dos sujeitos do campo juntam-se as peças de um passado vivenciado pela coletividade. Nesse caso, são as memórias daqueles que têm as marcas dos conflitos pelo acesso e uso da terra para desenvolver seus modos de vida e de produção.

Entende-se que não é qualquer memória, não se pode remexer suas lembranças e extrair seus sofrimentos, suas angústias vividas no campo, mas rememorar algo positivo que lhes ajude a valorizar suas experiências, como a “[...] memória dos valores: a vida, o esforço, a honradez, a persistência, os cuidados, o trabalho, a terra, a solidariedade, o nome, a dignidade” (ARROYO, 2017, p. 207-208).

Viver e trabalhar em uma terra livre sempre esteve presente no sonho e na história do povo brasileiro. Nesse sentido, Oliveira (1996, p. 11) destacou que “[...] os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas de desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Certamente, os indígenas

foram os primeiros a entrar nesse enfrentamento, uma vez que ainda no início da colonização resistiam e lutavam na tentativa de permanecer em suas terras. Quando fugiam para outras regiões, estavam dizendo que queriam viver na terra sem serem explorados.

Oliveira (1996, p. 11) verificou ainda duas realidades contraditórias para o uso da terra: “A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos ‘filhos do sol’ em busca da manutenção do espaço de vida no território invadido”.

No desenho que a história da classe dominante traçou, não aparecem as formas desumanas que os indígenas, os primeiros habitantes destas terras, foram e continuam sendo tratados. Oliveira (1996, p. 12) apontou que “Os indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações”. Os conflitos ocorridos e que ainda acontecem constantemente no campo são resultantes da expropriação do camponês, “[...] à custa do esquecimento e do alijamento dos trabalhadores rurais e de suas lutas, cada vez mais intensas e mais graves, com enorme saldo de mortos e feridos” (MARTINS, 2003, p. 9).

Ainda segundo Oliveira (1996, p. 12), “[...] simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para senhores fazendeiros rentistas”. Por meio da formação da mão de obra escrava, foi forjada uma relação desigual e excludente no território brasileiro. Consequentemente, os conflitos que a princípio eram por liberdade passam a ser também por um lugar de referência.

As sucessivas fugas das senzalas e as organizações e resistências nos quilombos eram a resposta dada pelos escravos aos senhores rentistas, donos do monopólio do café e do açúcar. Essas ações também alertavam à Coroa que o regime escravista estava falido no país, porque os negros não aceitavam mais aquela condição desumana de trabalho a que foram submetidos. A comunidade de Palmares resistiu, por quarenta e dois anos, a consecutivos ataques, sendo vencida em 1692 e seus integrantes foram mortos, presos ou desertados com invasão do “[...] bandeirante – Domingos Jorge Velho e outros destruidores da liberdade negra [...]” (OLIVEIRA, 1996, p. 12). Ainda de acordo com o autor,

[...] Ganga Zumba lutou, Zumbi morreu. Na terra da liberdade e do trabalho de todos nasceu, no seio do território capitalista colonial, o território livre, liberto, dos africanos/brasileiros escravos, mercadorias antes de trabalhadores, para a primitiva acumulação do capital já mundializado (OLIVEIRA, 1996, p. 12).

Os negros resistiram a toda forma de exploração e desumanização imposta por seus senhores. Refugiaram nos quilombos, espaços improvisados, onde tinham de lutar pela própria sobrevivência e contra os ataques expedidos por seus donos com a ajuda da Coroa para capturá-los.

Nessa conjuntura política, econômica e social de escravidão, foi sancionada a Lei de Terras, estabelecendo, no Art. 1º, que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Essa determinação demonstrou que somente a classe com poder aquisitivo podia ter acesso à terra no Brasil.

Mesmo com a promulgação da Lei n.º 601/1850 (Terras Devolutas do Império), a realidade dos escravos africanos se manteve sem alterações e somente foi mudada com a Lei Áurea de 1888, que estabelecia a liberdade deles. Mas a lei não lhes permitiu ser donos dos seus destinos, e não lhes deu a condição de cidadãos, excluindo-os de ter acesso à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde. Eles também foram impedidos de ter acesso aos bens culturais historicamente produzidos, inclusive o direito de ser autores de sua própria história.

Diante da negação de direitos a que foram submetidos, lutar foi a estratégia utilizada pelos negros e demais povos do campo para romper com a escassez da terra, contra todo tipo de exploração e expropriação. Como afirmou Oliveira (1996, p. 13): “Matam a possibilidade de criação e recriação do espaço liberto da produção familiar, matam/destroem o território liberto das posses livres e das terras de trabalho [...]”. O direito de posse da terra foi dado somente aos nobres europeus e seus descendentes, estabelecendo assim os pilares da desigualdade social entre branco-europeu e negros e índios.

Decorrente disso, ocorreu o conflito de Contestado (1912 a 1916), que teve como foco as questões políticas, marcando consideravelmente a história republicana do Brasil. No meio da disputa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, encontravam-se famílias que habitavam aquela região e que, com o apoio dos monges da Igreja Católica, resistiram lutando contra os interesses do governo e de proprietários rentistas que cobiçavam aquelas terras devido ao seu valor comercial, porque intencionavam construir uma “[...] estrada de ferro ligando o Rio Grande do Sul a Sorocaba” (RODRIGUES, 2015, p. 4).

Segundo Queiroz (1981, p. 299), o desfecho de Contestado se deu da seguinte forma: “Potiguara havia passado como um dardo incendiário pelo meio dos redutos, havia deixado em cinzas mais de 5000 ranchos desertos [...]”, sendo essa uma estratégia de silenciamento utilizada para pôr fim ao movimento de luta naquela comunidade camponesa, ou seja, dizimando todos os seus integrantes. Abordar Contestado é trazer as memórias de um lado sombrio vivenciado pelos camponeses na disputa pelo direito de permanecer em suas terras, sem sofrer os ataques

dos latifundiários rentistas. É também remexer as lacunas de um passado de negação e silenciamento por meio do extermínio daqueles que ousaram defender seu lugar de moradia e trabalho, sendo perseguidos por duas instâncias públicas que deveriam zelar pela vida e segurança da população, neste caso, a força policial e o governo.

A religiosidade popular e parte das lideranças da Igreja Católica sempre se fizeram presentes nos movimentos e conflitos no campo, em prol de os diferentes grupos de camponeses terem direito ao acesso e permanência na terra no Brasil. Nesse sentido, a fé e a luta estavam ligadas à vida e ao trabalho camponês. Como exemplo, cita-se “Santa Dica”, religiosa na comunidade de Lagolândia em Pirenópolis (GO), que, segundo Vasconcellos (1991, p. 80), “[...] seguiu as etapas previstas na prática social do sertão: para se tornar uma especialista no controle mágico das atividades humanas foi curandeira, milagreira, profetisa e santa”.

Entre 1922 e 1926, Santa Dica foi alvo dos ataques da Igreja, dos políticos, dos meios de comunicação e dos fazendeiros locais. O objetivo dessas ofensivas era confundir os moradores da comunidade e romeiros vindos de outras regiões a duvidarem das habilidades de a religiosa realizar curas por meio de remédios naturais, sua capacidade de liderança e autoridade naquela localidade. O que se pode inferir sobre a comunidade de Lagolândia é que, mesmo não sendo uma disputa pela posse da terra, estava ligada ao uso que sua população fazia dela para realização da cura dos doentes. E ainda o crescimento da comunidade incomodava os poderes da Igreja e da política, uma vez que, como afirma Curado (2009, p. 7), “O crescimento populacional era uma preocupação geral, pois se temia a implantação de uma nova comunidade cuja base fosse o messianismo”.

Oliveira (1996, p. 13) pontua que as “[...] memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista [...]”. De fato, as estratégias de ataques utilizados pelos “opressores” para o silenciamento dos “oprimidos” deixam marcas profundas na história de luta e resistência da população camponesa.

Mediante o enfrentamento como estratégia usada pelos camponeses para “[...] resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais” (MARTINS, 1985, p. 10).

As Ligas Camponesas surgiram na década de 1940 e foram marcadas por muitos conflitos por terra no campo brasileiro. Segundo Oliveira (1996, p. 13), as ligas “[...] sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta. A violência do golpe militar de 64 sufocou

o anseio de liberdade de morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro”. Ainda segundo Martins (1985, p. 21):

Durante essas décadas, a terra prevaleceu como instrumento de poder: os presidentes da República foram geralmente sustentados no poder central na medida em que reconheciam a interdependência e o poder local e regional dos chefes políticos, dos “coronéis” da política. Até 1930, isso implicou em tolerar a existência de exércitos privados desses chefes políticos, tropas de jagunços, o braço armado do fazendeiro. Tirar a terra das mãos desses “coronéis” era o meio de tirar-lhes as armas das mãos, já que tendo o monopólio da terra tinham também o domínio sobre a vontade de quem precisasse de terra para trabalhar, o agregado que também servia como jagunço.

Nas décadas de 1950 e 1960, as ações das Ligas Camponesas trouxeram mudanças profundas nas regiões Nordeste e Sul. Segundo Oliveira (1996, p. 12), “[...] os posseiros lutam numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra, contra o jagunço, gendarme de plantão do latifundiário especulador e grileiro das terras [...]”. Já na região Nordeste, esse movimento teve início na década de 1949, influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro, no estado de Pernambuco, e que, de acordo com Martins (1985, p. 76), “[...] desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes”.

Esse movimento ganhou mais força com o crescente engajamento e iniciativas de trabalhadores e trabalhadoras do campo, a princípio com o objetivo de organizar e fundar sindicatos rurais, sobretudo tendo a Igreja Católica como para base suas organizações. Surgiram muitas ocupações onde os sujeitos resistiam em suas terras, forçando o Estado a tomar posição acerca das condições enfrentadas pelo camponês para o acesso e uso da terra. Segundo Oliveira (1996, p. 23), “[...] a origem da expressão ‘Ligas Camponesas’ está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo Partido Comunista Brasileiro, durante seu curto período de legalidade na década de 40”. Ainda sobre esse movimento, o mesmo autor reforçou que

[...] o movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista do país (OLIVEIRA, 1996, p. 23).

Decorreu desse movimento a articulação dos trabalhadores rurais contra a cobrança abusiva do arrendo pelos fazendeiros e que, segundo Dourado (2014, p. 103), a “[...] recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado”. Também foi nesse estado de conflitos intensos que os camponeses de Trombas e Formoso

receberam o apoio de estudantes, intelectuais, militantes, políticos e, sobretudo, do Partido Comunista Brasileiro, resultando na criação da Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso para a aquisição das terras em litígios.

As Ligas Camponesas sofreram forte repressão em meados da década de 1960, período marcado por fortes conflitos em todo o território nacional. Nessa época, muitos trabalhadores rurais tombaram no campo ou foram perseguidos. Eles lutaram pela desconcentração fundiária, contra a ausência de políticas públicas que atendessem às populações do campo. Diante da conjuntura social existente no país, as Ligas Camponesas espalharam-se por todo o país, apoiadas pelo Partido Comunista e pela Igreja.

A influência exercida pelos latifundiários e a pressão do governo militar resultaram em forte repressão das Ligas Camponesas, seus líderes foram perseguidos ou mortos, contribuindo para o enfraquecimento e desarticulação do movimento.

As fortes perseguições, prisões e assassinatos ocorridos nos diferentes períodos no Brasil não calaram os povos do campo, porque o movimento renasce das forças daqueles que sobrevivem e não são abatidos nas batalhas. Desse modo, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada às ações missionárias da Igreja Católica e outras igrejas cristãs. Essa entidade vem desenvolvendo há 40 anos um trabalho de apoio aos trabalhadores rurais vítimas do modelo fundiário existente no país. A CPT foi legitimada em junho de 1975, em Goiânia (GO), durante “[...] o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, do qual participaram 67 pessoas, de 27 dioceses ou prelazias” (CANUTO, 2015, s.p.).

A CPT nasceu em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam (CPT, 2016). Depois de quatro décadas de existência, esse movimento se fortaleceu e aumentou sua bandeira de luta, vem reafirmando sua “[...] espiritualidade de caráter pastoral, o fortalecimento das comunidades e seu protagonismo, denunciando as ações que privilegiam o capital em detrimento dos direitos das comunidades camponesas” (CPT, 2016). Nesse sentido, as ações da CPT se modificaram porque a *luta de classe* no campo brasileiro apresenta-se sempre atual, sendo preciso incorporar, em sua agenda, a defesa de “[...] gênero, valorização e libertação da mulher camponesa e o fortalecimento da juventude” (CPT, 2016).

Já o MST surgiu da organização camponesa para reivindicar o acesso e uso da terra e outros direitos sociais. O primeiro embrião desse movimento partiu de uma “[...] reflexão profunda sobre o assunto e aproveitamos o apelido pelo qual já éramos conhecidos pela sociedade: ‘os sem-terra’” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 49). Desse modo, o MST

fundou legalmente sua base em 1984 na cidade de Cascavel no Paraná, em um período de grande efervescência política, ficando mundialmente conhecido pela luta empreendida no campo pela redistribuição de terras no Brasil.

Stédile e Fernandes (2012, p. 60) destacaram que “O MST é a continuidade de um processo histórico das lutas populares e um elo com as lutas futuras [...]”, devido à permanência desigual de distribuição da propriedade da terra no Brasil. Esse movimento inicialmente elege como bandeira de luta “[...] três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 33).

Na composição do movimento social no campo brasileiro, Martins (1985, p. 11-12) destaca “[...] três grandes frentes de lutas: dos *assalariados*, a dos *posseiros* e a dos *sem-terra*⁴ [...]”. Essas frentes se organizam para combater as forças desiguais historicamente estabelecidas, pois de um lado encontra-se o poder do capital, ou seja, uma força progressista que sempre dominou a agricultura e os diversos modos de produção capitalista; e de outro o camponês, o trabalhador, o pequeno agricultor e sua família, resistindo contra a expulsão da terra, contra a extinção dos modos tradicionais da agricultura de subsistência. Oliveira (1996, p. 48) identificou que

Entre 1980 e 1981 foram registrados 1.363 conflitos (467 em 80 e 896 em 81). Pará, Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Goiás lideravam as estatísticas. O número de famílias envolvidas chegou a cerca de 365 mil, o que significou o envolvimento de mais de 1.194 mil pessoas nos confrontos. A área total em litígio registrada somou mais de 40 milhões de hectares. Esta superfície representava cerca de 5% do total da área agrícola efetivamente ocupada.

A luta por direitos trabalhistas no meio rural, que até o referido período não havia se concretizado nem na prática e nem na lei, é de muitos trabalhadores. Segundo Martins (1985, p. 88), “[...] às vezes o direito até existe, como no caso das relações de trabalho rural, já regulamentadas em lei, mas divorciado da realidade do trabalhador”. O desafio desses trabalhadores para criar e disseminar as bases de luta, por meio das associações e sindicatos, é a falta de participação ocasionada pela distância de seus postos de trabalho. Por isso, os mesmos enfrentam o descaso da lei e a exploração dos fazendeiros e proprietários das indústrias presentes no campo, fazendo com que, muitas vezes, desenvolvam suas funções em ambientes precários e degradantes. Para o autor referenciado,

⁴ Neste trabalho, optou-se por utilizar a palavra Sem Terra sem a grafia do hífen. Então, o termo Sem-Terra será mantido apenas quando se tratar de citação.

Os assalariados temporários são, segundo todas as evidências, aqueles que têm tido mais dificuldades para se organizarem, apesar de serem também aqueles sobre os quais recai a mais iníqua exploração, sujeitos a jornadas de trabalho que, incluído o período do transporte, chegam a 15 ou 16 horas. Outras vezes, quando estão trabalhando em regiões muito remotas, muito distantes em relação à moradia, às vezes em outro Estado, voltam apenas uma vez por semana, ou a cada 15 dias, para lavar roupas e trazer dinheiro para a família. Isso dificulta ainda mais a possibilidade da organização, ao menos da organização formal característica do sindicato brasileiro, que é um sindicato de sede local, e que ainda não tem esquemas para acompanhar esses trabalhadores de grande mobilidade (MARTINS, 1985, p. 89).

É nesse contexto marcado pela desigualdade social que está inserido um número considerável de trabalhadores assalariados que vende parte de seu tempo e força de trabalho, tentando vencer a situação de privações e dificuldades econômicas que vivencia diariamente. Devido a isso, esses trabalhadores sujeitam-se à exploração dos latifundiários, às péssimas condições trabalhistas e à baixa remuneração. Certamente, por terem sido expulsos de suas terras, têm duas saídas: submeter-se aos trabalhos sazonais, ou resistir e lutar pela terra para que possam produzir e se reproduzir no campo.

Os posseiros tiveram um papel preponderante no processo de luta e resistência contra a expropriação realizada pelos latifundiários nas comunidades tradicionais habitadas e cultivadas pelos pequenos lavradores e suas famílias. Segundo Martins (1985, p. 91), “[...] os conflitos cobrem o país inteiro, ainda que com diferentes intensidades”, mas buscando a permanência nesses espaços, tendo em vista que a grilagem de terras tem se tornado um marco de ilegalidade, pois não é tratada pela justiça como um ato criminoso e não há punição para aqueles sujeitos que a praticam. Oliveira (1996, p. 64) observou que “O processo de grilagem é clássico. Junta-se à documentação para aquisição de terras ‘devolutas’ dos estados, duas certidões sempre ‘negativas’ da existência, naquela terra a ser titulada, de índios e/ou posseiros”. Prosseguindo tal observação acerca de como ocorrem os processos de grilagem, Oliveira (1996, p. 64) explicou ainda que

Essa falsificação tem em vista contornar dispositivos das constituições brasileiras que garantam o direito dos índios sobre suas terras e dos posseiros sobre suas posses. Depois dos documentos, na grande maioria falsos, o órgão competente dos estados (Institutos de Terras) expede os títulos de propriedade da terra requisitada, sem que ninguém, nem mesmo os técnicos (agrimensores, engenheiros, etc.) que assinaram as plantas de localização e de amarração tenham estado lá. São reconhecidos como “títulos voadores”, “títulos de prancheta”.

As disputas entre posseiros e latifundiários atingiram outro nível a partir do numeroso fluxo migratório para a cidade ou para o campo de outras regiões do país. Conforme mencionou Oliveira (1996, p. 63), “A luta pela liberdade e pelo acesso à terra tem feito trabalhadores sem-

terra migrarem”. Tal processo se dá por que os diversos sujeitos do campo buscam, em regiões remotas, um lugar para desenvolverem seu trabalho em suas próprias terras, que só se efetiva quando esta também é livre. São conflitos contra a hegemonia do capital agrário que lhes nega o direito de viver no campo, de trabalhar e desenvolver sua sociabilidade nesse espaço.

Por essas ações, o MST ganhou visibilidade nacional, uma vez que dissemina rapidamente seus ideais políticos e sociais. Parafraseando Martins (1985, p. 98), “[...] é possível distinguir dois grandes grupos de sem-terra”: o primeiro e mais antigo, que resultou das comunidades próximas das barragens de Sobradinho e Itaparica, no Rio São Francisco, no Nordeste; e o segundo, formado por lavradores não possuidores de terras para trabalhar, como “os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas, como geralmente são as dos colonos do Sul” (MARTINS, 1985, p. 99).

Diante de distintos grupos de sem terra que se juntam a esse movimento, a pauta de reivindicações do MST não se limita ao acesso e uso da terra, mas luta também para permanecer no espaço conquistado. Segundo Vendramini (2007, p. 127), os “[...] movimentos sociais levantam a bandeira da reforma agrária, propõem a redistribuição de terras e de riquezas, ocupam áreas consideradas improdutivas, exigem trabalho e escola para seus filhos”. Portanto, o acesso à terra é o primeiro passo para aquisição de outros direitos essenciais para melhores condições de vida no campo.

O uso da terra para fins de acumulação de riquezas trouxe consigo as tensões no campo, que são geradas pelo capital agrário e interferem sobremaneira nos modos de vida e trabalho de comunidades rurais habitadas por caiçaras, quilombolas, indígenas, posseiros, meeiros, arrendatários, boias-frias, ribeirinhos, quebradeiras de coco, atingidos por barragens, camponeses, seringalistas, assentados, geraizeiros e tantos outros que dependem da terra para morar, trabalhar e desenvolver a sociabilidade, tornando-se os protagonistas dos conflitos por um campo menos excludente. Segundo Pietrafesa (2016, p. 113),

As raízes históricas brasileiras são marcadas com fortes traços latifundiário e monocultor, que remontam à relação senhor-escravo e sua passagem à relação capital-trabalho, sob a égide da centralidade que a terra ocupou no cenário político brasileiro. É um marco que deve ser compreendido a partir da política fundiária e no enfrentamento do capital com os camponeses.

Há, desse modo, uma disputa entre os empresários do agronegócio e os camponeses. O primeiro grupo tem como objetivo o lucro, enquanto o segundo busca formas de desenvolver sua produção material e simbólica da vida. E, segundo Martins (1985, p. 100),

São geralmente trabalhadores que têm uma relação precária com a terra, como os parceiros e arrendatários, sujeitos à expulsão com a simples mudança da produção de gêneros alimentícios para a produção de cana ou soja e trigo, que são antes matérias-primas industriais. Sem terra, esse tipo de trabalhador não tem alternativa a não ser proletarizar-se, geralmente como boia-fria, isto é, o assalariado que mora na cidade ou no povoado e se sujeita a trabalhos temporários nas grandes fazendas, naquelas fases da produção para as quais a mecanização é impossível ou antieconômica, como é o caso do corte de cana. Quando acaba o trabalho próximo, tem que se sujeitar ao trabalho em regiões muito distantes e em condições precárias, com salários baixos.

Neste campo tão desigual, onde estão inseridos os camponeses que lutam pelo direito de acesso à terra para sua autonomia, viver do trabalho é também contabilizar o número de mortos nas batalhas pela permanência nesse espaço, cuja vítima é sempre o camponês, devido à vulnerabilidade social em que se encontra. Oliveira (1996, p. 13) observou que “Não morre unicamente o posseiro que ocupa as posses, morrem também as lideranças sindicais, aquelas que os apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc”. Portanto, a violência no campo não representa apenas as formas desumanas do capital, mas o descaso da justiça, posta como defensora do cidadão.

A luta dos camponeses sem terra não ficou restrita somente ao campo social e econômico, chegando à esfera política ao promover “[...] o aparecimento de uma realidade política inteiramente nova no campo” (MARTINS, 1985, p. 11). Suas demandas chegam ao Congresso Nacional por meio das reivindicações do MST e parlamentares e lideranças de esquerda envolvidos nas questões da terra no Brasil. Tais iniciativas resultaram na criação de leis que garantiram o direito à terra, incentivos fiscais para permanência desses sujeitos no campo.

Entretanto, essas ações ainda não romperam com concentração da propriedade devido ao modelo de estrutura fundiária existente no Brasil, além das políticas públicas que muitas vezes dificultam a redistribuição de terra para o desenvolvimento dos modos de vida e trabalho no campo. Oliveira (1996, p. 13) advertiu que “Os setores reacionários, proprietários/latifundiários/rentistas não abrem mão da necessidade de se implantar no campo o princípio ilegal, injusto e ilegítimo da ‘justa e prévia indenização’, contribuindo para a evolução de conflitos pelo acesso e uso da terra em todo território nacional”.

Cabe mencionar, ainda, que os conflitos entre camponeses e latifundiários foram sempre motivados pela exploração da renda da terra e expropriação do trabalhador rural. Tal fator decorreu de um processo de modernização da agricultura para fins de exportação e

aumento dos lucros e que, devido a isso, as tensões foram se modificando, principalmente com a implantação do agronegócio gerenciado por empresas multinacionais.

No quadro 8, encontra-se o saldo dos conflitos por terras em todo o Brasil, no período de 2007 a 2016, explicando que as tensões no campo tiveram grande evolução na última década do século XXI. Pietrafesa (2016, p.113) esclarece que “Este movimento de conflito direto acontece a partir do enfrentamento pelo domínio da propriedade e uso da terra e pela necessidade de trabalho por que passam milhões de brasileiros”.

Quadro 4 - Conflitos no Campo - Brasil (2007 - 2016)

Nº de Ocorrências	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Conflitos por Terra									
	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas Envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735

Fonte: Conflitos no Campo Brasil - CPT/2016. (Elaboração da autora).

O camponês luta contra toda sorte de opressão provocada pelo monopólio exercido pelos latifundiários e pelas grandes corporações que controlam todas as fases da produção agrícola e processamento da matéria-prima, com o auxílio de técnicas cada vez mais modernas. Segundo Pietrafesa (2016, p. 129), “[...] os novos campos de conflitos sociais, através das ações dos camponeses, de resistências ou de ocupação de terras, retomando a este setor o seu caráter de sujeito histórico, fazendo-se um sujeito político persistente [...]”. É por meio desses conflitos que os trabalhadores rurais poderão se transformar em sujeitos de direitos.

Nesse sentido, essa frente de luta pela terra foi transformada em debates políticos e sociais em diferentes espaços sociais em todo o território brasileiro. E sua motivação está relacionada à concentração fundiária, pois, segundo Pietrafesa (2017, p. 3), os “[...] movimentos sociais camponeses tornaram-se força capilar na realidade nacional se fazendo presente em todo território brasileiro. Esta força potencializa e qualifica os conflitos numa perspectiva de superação das raízes conservadoras [...]”.

Segundo Boff (2016, p. 26-27), a “[...] base da violência são quatro sombras históricas”, e que ainda estão presentes no imaginário social, sendo estas: “o passado colonial, o genocídio indígena, a escravidão e a Lei de Terras do Brasil”. Resultante disso, têm-se os

conflitos no campo envolvendo, de um lado, empresários do agronegócio, multinacionais e, de outro, os camponeses que, diuturnamente, lutam pelo direito de acesso, uso e permanência na terra.

Os ataques aos direitos dos cidadãos brasileiros foram produzidos e implementados por aqueles que deveriam zelar por sua garantia e permanência. No caso específico, estão o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, conforme esclareceram Mitidiero Junior et al. (2016, p. 89).

Esses ataques não se restringiram apenas à retirada dos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros, mas também à retomada do poder econômico e político com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Para os autores, o golpe trouxe uma nova linguagem para o cenário social, até então desconhecida da maioria dos brasileiros, visto que “PEC, PL, MP e Decretos, que antes ocupavam pouco espaço tanto na mídia como nas ruas, passando agora a fazer parte do dia a dia” (MITIDIERO JR et al., 2016, p. 90). Os autores reforçam essa ideia afirmando que:

Mas, nem por um devaneio dos menos lúcidos possíveis, pensamos que o ano de 2016 ficaria marcado por um Golpe Político/Parlamentar/Jurídico que jogaria no lixo da história a jovem democracia brasileira. Os ataques dos golpistas, agora, não eram mais pontuais como os realizados pela Bancada Ruralista, mas sim gerais, contra a grande maioria dos brasileiros. No âmbito do legislativo, de maio de 2016 até o final do mesmo ano, uma grande quantidade de ataques, marcados pela velocidade de tramitação, invadiu o cotidiano nacional e sentou-se à mesa dos brasileiros, infelizmente sem muita contestação pela população mais atingida: os trabalhadores (MITIDIERO JR et al., 2016, p. 90).

Segundo Porto-Gonçalves et al. (2016, p. 85), “[...] o Poder Judiciário brasileiro tem jogado um papel fundamental na reprodução dessa injusta relação de poder que tem na concentração fundiária um dos seus principais sustentáculos”. Assim, diante dessa crise política, judicial e social, só aumentou o número alarmante de violência no campo em todo o território nacional.

Isso resultou na morte de camponeses e lideranças de movimentos sociais, contabilizando, entre 2013 e 2016, 170 assassinatos, conforme descrito no quadro 4. É importante frisar que os conflitos no campo não decorrem somente da luta por terra, mas envolvem atualmente as disputas por água e novos campos de trabalho.

A análise feita nas tensões por terras ocorridas nos anos anteriores a 2017 e de acordo com os rumos políticos, econômicos e sociais que o país está enfrentando, esses conflitos tendem a aumentar, pois, segundo Porto-Gonçalves et al (2016, p. 86), “[...] o atual Congresso

Nacional é representativo das relações sociais e de poder da sociedade brasileira”. Desse modo, os povos do campo tendem a lutar para não perder seus direitos, suas terras e territórios.

2.2 Rememorando os conflitos por terra na Bahia

Este item traz os conflitos pelo acesso e uso da terra ocorridos no estado da Bahia, fazendo o entrelaçamento entre teoria e empiria, de modo a recontar a história de luta e resistência dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, recorreu-se à memória da historiadora Ignez Pitta, do presidente e ex-presidente do STRB e dirigente do MST em Barreiras.

A história dos camponeses no estado da Bahia é marcada por muitos conflitos, visto que os períodos colonial e imperial registraram guerras e revoltas pelo acesso e uso da terra no campo. A Guerra de Canudos, ocorrida no sertão baiano entre 1896 e 1897, tornou-se um marco de luta e resistência de sertanejos pobres que foram liderados pelo religioso popularmente conhecido como Antônio Conselheiro. O trabalho em Canudos era realizado por meio da cooperação do grupo, produzindo apenas o essencial para a manutenção da comunidade. Ghon (2003, p. 49) esclarece: “A fama de Canudos extrapolou as fronteiras da Bahia, atingindo os brios do governo federal. Em 1897, após quatro expedições militares, onze meses de luta sangrenta, com a morte de mais de oito mil pessoas [...]”.

Canudos foi considerado exemplo de luta e resistência, conforme narrado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, que denunciou o que vivenciou e acompanhou como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (CUNHA, 1984, p. 264).

Mesmo em desvantagem, os camponeses que lutaram na Guerra de Canudos deixaram um legado de resistência e luta, semeando a esperança da conquista da terra por parte daqueles que foram desde sempre alijados desse direito, inclusive pelo próprio Estado, que determinou a destituição dessa comunidade e sentenciou a morte daqueles que ousaram lutar para obter o direito de viver do/no campo. Segundo Fernandes (2001, p. 4), “Para os sertanejos, combater os republicanos tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares”.

O extermínio dos sertanejos de Canudos não pôs fim aos conflitos no campo, porque novos grupos de sem terra se organizaram para lutar pela desconcentração fundiária e contra toda forma de dominação e de exploração advinda dos latifundiários.

No século seguinte, ocorreu a conhecida Guerra do Cangaço, também no sertão da Bahia. Segundo Fernandes (2001, p. 5), “O cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis”.

Desse modo, eles lutavam contra a miséria e o cerco contra os camponeses, atuando nos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Esse conflito foi liderado por Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”. O cangaço ficou conhecido como um “[...] movimento banditismo [que] colocava em questão o próprio poder do coronelismo” (FERNANDES, 2001, p. 5).

Mesmo com toda repressão e extermínio de camponeses, os conflitos no estado baiano jamais cessaram, o que encaminhou para outras formas de lutas mais organizadas, como as Ligas Camponesas, na década de 1940, que movimentaram essa região na luta pelo acesso à terra e contra a estrutura fundiária historicamente estabelecida.

Cabe ainda mencionar que os períodos seguintes ficaram marcados por conflitos violentos, resultando em assassinatos de muitos camponeses⁵ e representantes dos movimentos sociais na Bahia. Nos quadros abaixo, é possível dimensionar os altos índices de violência praticados contra os povos do campo, motivados pela disputa por terras.

Quadro 5 - Camponeses assassinados na Bahia durante a ditadura militar

Nº	Nome	D/M/A	Local de origem/assassinato
01	João Fortunato dos Santos	05/12/1983	Posseiro da localidade de Cumuruxatiba, município do Prado.
02	Hildo Fortunato dos Santos	02/07/1985	Posseiro da localidade de Cumuruxatiba, município do Prado.
03	José Carlos Filho (“Zequinha”)	02/07/1985	Posseiro da chamada Fazenda Sarampo (Canavieiras-BA).
04	Raimundo Osmar Alves	02/07/1985	Posseiro da chamada Fazenda Sarampo

⁵ João Fortunato dos Santos e seu filho Hildo Fortunato dos Santos eram posseiros da localidade de Cumuruxatiba, município do Prado-BA, que, juntamente com outras famílias de posseiros, resistiam às pressões da empresa Bralanda Reflorestamento para saírem das terras. Segundo informações, a polícia, sem ordem judicial, tentou desalojar os posseiros que resistiram, quando mataram João e Hildo, tendo um policial morto, também, em 5 de dezembro de 1983. Esses e outros posseiros da chamada Fazenda Sarampo (Canavieiras-BA) lutavam pela sua desapropriação. Os posseiros, cercados, resistiram, tendo sido mortos os quatro já citados e dois pistoleiros. Após esses fatos, a polícia entrou nas terras. Travou combate com os pistoleiros, matando um e prendendo outro, que declarou que “o delegado de polícia José Antônio da Silva e as autoridades de Canavieiras estavam por dentro”, denunciando conivência policial. José Carlos Filho, Raimundo Osmar Alves, João B. Cordeiro Santos e João Mineiro ocupavam terras da Fazenda Sarampo. Segundo as fontes, pistoleiros a mando de Dely Dias dos Santos assassinaram os quatro camponeses.

			(Canavieiras-BA).
05	João Batista Cordeiro dos Santos	02/07/1985	Posseiro da chamada Fazenda Sarampo (Canavieiras-BA).
06	João Oliveira dos Santos	02/07/1985	Posseiro da chamada Fazenda Sarampo (Canavieiras-BA).
07	Romilton Ferreira dos Santos	06/05/1986	Posseiro que lutava por suas posses Na Maraú.
08	Rosival Ferreira dos Santos	06/05/1986	Posseiro que lutava por suas posses Na Maraú.
09	Manoel Ferreira dos Santos	06/05/1986	Posseiro que lutava por suas posses Na Maraú.

Fonte: Projeto Direito à Memória e à Verdade - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília-DF, 2013. (Elaboração da autora).

Quadro 6 - Advogados e religiosos ligados à causa camponesa assassinados na Bahia

Nº	Nome	D/M/A	Local de origem/representação social
01	Eugênio Alberto Lyra Silva	22/09/1977	Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa.
02	Hélio Pombo Hilarião	25/09/1977	Advogado de posseiros no município de Senhor do Bonfim.
03	Anfilóbio Moreira Dias dos Reis	18/01/1980	Advogado de vários sindicatos de trabalhadores rurais, e vereador pela Arena no município de Nova Soure.
04	Eduardo José Dias dos Santos	16/07/1984	Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João.
05	Josael de Lima	21/05/1986	Agente da Pastoral da Pesca/ Foi representante CPT/ diretor do Fundifran e candidato a prefeito de Barra do Rio Grande.

Fonte: Projeto Direito à Memória e à Verdade - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília-DF, 2013. (Elaboração da autora).

Pode-se inferir que os governos militares foram responsáveis por profundas marcas de violência no campo e um saldo de mortes de camponeses e suas lideranças na Bahia, sendo esse período também caracterizado pelo aumento das disputas entre os trabalhadores e capitais agrários. Portanto, concorda-se com Martins (2004, p. 111): “Os injustiçados morreram e seus descendentes já não têm condições nem de perdoar nem de receber a justa compensação moral e material pelas injustiças sofridas [...]”.

Na medida em que o capital agrário se desenvolve e amplia suas fronteiras, os trabalhadores rurais são forçados a se organizar e estabelecer suas agendas de luta. Em um momento de fortes tensões agrárias no estado da Bahia, nasceu o MST, que realizou algumas atividades de base nos municípios de Itamaraju, Itabela, Eunápolis, Guaratinga, Teixeira de Freitas, Itanhém, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, Alcobaça e Mucuri, em 18 de maio de 1986. (MST: 30 Anos de História na Bahia). Segundo Stédile e Fernandes (2012, p.19), “[...] o MST é a continuação de 500 anos e de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio.

É uma história camponesa, de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade”.

Certamente, o MST tem sido pioneiro no desenvolvimento de suas lutas. Para esses camponeses, o movimento de conquistar a terra é o primeiro passo para se libertar da tirania do capital agrário e das políticas fundiárias reinantes no estado da Bahia. A dimensão política e social que esse movimento ocupa no estado em questão está evidenciada nas ações de enfrentamentos e disputas para que seus integrantes tenham acesso a um pedaço de terra para viver e trabalhar.

Ao empreender as lutas pelo direito do acesso e uso da terra, o camponês se depara com a violência gerada pelo capital agrário e muitas vezes pelo aparato legal do Estado. No depoimento do ex-presidente do STRB, é possível identificar as ações do governo em uma das ocupações no município. Este afirma que: *[...] recebemos ordem de despejo, mas a partir de uma conversa com o secretário Anselmo, o senador Otto Alencar e a prefeita Jusmari ali no hotel Solar das Mangueiras sobre o processo de despejo das famílias acampadas, conseguimos reverter a situação.*

O fato narrado pelo ex-presidente do sindicato foi também citado em conversas abertas com os assentados durante as visitas de campo, demonstrando que o direito e o destino dos camponeses têm sido constantemente barganhados em troca de voto por políticos. Segundo um assentado do PA Santa Rita II, *[...] a prefeita Jusmari veio aqui e viu a nossa situação, ela prometeu nos ajudar, ela e o vereador Hipólito.*

Nesse sentido, diante da pressão política e judiciária, os camponeses se sujeitam à intervenção de governadores e prefeitos para reverterem tal situação, ao passo que há um jogo de interesses das duas partes: os assentados que precisam resolver o impasse e os políticos que encontram uma ocasião perfeita para troca de favores. Para Santos e Pietrafesa (2017, p. 9), os camponeses são vítimas do não cumprimento “[...] das políticas públicas e ainda são assediados pelos políticos locais em anos de eleição, apresentando promessas para tirar proveito da situação dos assentados e assim angariar votos para se elegerem”. Cabe mencionar ainda que, para a maioria dos participantes deste trabalho, existe um forte assédio desses políticos, como pode ser confirmado no quadro 7.

Quadro 7 - Presença do poder público no campo

Fala do participantes	Lugar de onde fala
<i>Aqui ainda não entrou nenhum benefício da prefeitura e nem do Estado. A ajuda que recebemos aqui foi só material para fazer a escola, mas ela nem funciona.</i>	Assentamento Santa Rita II
<i>Não tem nenhum apoio da prefeitura, cada um vive por sua conta. Eles só aparecem aqui em tempo de eleição.</i>	Assentamento Santa Rita I
<i>Aqui antes era péssimo, esse ano que vieram arrumar a estrada, graças a Deus que arrumaram a estrada. Outro incentivo nada até agora.</i>	Assentamento Ilha da Liberdade
<i>Não temos nenhuma ajuda da prefeitura, nem de vereador. A promessa é que vão vim, estamos esperando.</i>	Projeto Codevasf/Povoado Tatu
<i>A presença do poder público é péssima, pois só aparecem em ano de eleição e depois nos esquecem.</i>	Comunidade tradicional Barroão de Baixo

Fonte: Pesquisa de campo/Dados obtidos por meio de questionário em out. e nov. de 2017. (Elaboração da autora).

Acerca da ação do capital agrário apoiada pelas ações do governo do estado da Bahia, a historiadora Ignez Pitta faz a seguinte afirmação:

Ainda há conflitos, mas muita gente aqui perdeu suas terras. Muita gente, que inclusive tinha escritura, perdeu. Para mim todo esse conflito, todas essas mortes, todo esse extermínio que houve aqui, foi porque o governo da Bahia não quis assumir sua obrigação, de vim administrar as terras públicas. E demarcar aquelas que pertenciam às comunidades tradicionais. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

A força e a violência caminham juntas com as ocupações e enfrentamentos entre camponeses e latifundiários, como comprovado no discurso do dirigente do MST:

[...] a partir do meio dia nós fomos retirados às forças por um monte de pistoleiros que se diziam policiais, mas na origem, não eram, só eram pessoas mandadas pelos proprietários da fazenda Santa Fé, porque foi uma área vistoriada, decretada reforma agrária e de imediato essa área se encontrava com outro proprietário de outro estado, do Mato Grosso e fez com que nós saíssemos da área com um monte de pistoleiros. Enfim, nós pedimos uma audiência pública e fomos atendidos pelo doutor Gecino, ouvidor agrário nacional, desembargador e conseguimos uma audiência para que essa área fosse revistoriada, mas com a mudança desse governo, acabamos ficando sem força pra essa área ser vistoriada de novo. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

A memória dos participantes está ancorada nas ideias de Porto-Gonçalves et al (2016, p. 85), quando afirmam que: “Temos uma Justiça que está longe de ser lenta, ao contrário, é de dupla velocidade, pois seu tempo funciona de acordo com a conveniência dos ‘donos do poder’”. A nosso ver, tais ações têm o propósito de desarticular os movimentos camponeses, fazendo-os sucumbir, pressionando para que estes deixem de lutar pelo acesso e uso da terra.

Desse modo, a violência tem sido o instrumento para retirar os obstáculos que impedem a hegemonia do capital agrário.

O ano de 2016 foi marcado por muitos conflitos em todo o território brasileiro. O estado da Bahia também vivenciou a sanha daqueles que detêm a posse da terra e das riquezas produzidas no campo. No quadro 8, aparecem os municípios e o quantitativo de famílias envolvidas nos conflitos pelo acesso e uso da terra na Bahia, no ano de 2016, bem como respectiva caracterização: sem terra, posseiros, quilombolas, indígenas, camponeses de fundo e fecho de pasto, pequenos proprietários e geraizeiros.

Quadro 8 - Conflitos por terra na Bahia no ano de 2016

Município(s)	Nº famílias envolvidas	Categoria	Movimento social
Antônio Gonçalves		Quilombolas	Comunidades tradicionais
Baianópolis/Santa Maria da Vitória	30	Camponeses de fecho de pasto (*)	Comunidades tradicionais
Baixa Grande	60	Sem Terra	MST
Barra do Choça	58	Posseiros	Comunidades tradicionais
Barra/Buritirama	900	Camponeses de fundo de pasto (**)	Comunidades tradicionais
Barreiras	250	Sem Terra	MST
Barro Alto	500	Posseiros	Comunidades tradicionais
Bom Jesus da Lapa	63	Quilombolas	Comunidades tradicionais
Buerarema/Ilhéus/Uma	130	Indígenas	OI
Cachoeira	300	Quilombolas	Comunidades tradicionais
Camacan/Mascote	50	Sem Terra	MST
Campo Alegre de Lourdes	1800	Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Campo Formoso	55	Camponeses de fundo de pasto e Pequenos proprietários	Comunidades tradicionais
Casa Nova	636	Camponeses de fundo de pasto e Sem Terra	MST
Conceição do Coité	50	Sem Terra	MST
Correntina	101	Camponeses de fecho de pasto	Comunidades tradicionais
Curaçá		Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Eunápolis	885	Sem Terra	MST
Formosa do Rio Preto	1	Posseiros	Comunidades tradicionais
Gentio do Ouro	768	Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Ilhéus		Indígenas	OI
Itaberaba/Ruy Barbosa	100	Sem Terra	MST
Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique	450	Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Itanhém	100	Sem Terra	MST
Iuiú	480	Sem Terra	MST
Jacobina	150	Pequenos proprietários	Comunidades tradicionais
Juazeiro	462	Sem Terra	MST
Jucuruçu	130	Sem Terra	MST
Marcionílio Souza	100	Sem Terra	MST
Monte Santo	186	Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Nordestina	847	Quilombolas e Sem Terra	Comunidades tradicionais e MST
Oliveira dos Brejinhos	132	Pequenos proprietários	Comunidades tradicionais
Oliveira	30	Indígenas	OI
Ourolândia	200	Pequenos proprietários	Comunidades tradicionais

Pau Brasil	23	Sem Terra	MST
Piripá	62	Quilombolas e Geraizeiro	Comunidades tradicionais
Porto Seguro/Santa Cruz Cabralia	500	Indígenas	OI
Prado	275	Indígenas	OI
Remanso	115	Pequenos proprietários e Camponeses de fundo de pasto	Comunidades tradicionais
Santa Cruz Cabralia	30	Indígenas	OI
Santa Luzia	45	Sem Terra	MST
Santa Maria da Vitória	30	Camponeses de fecho de pasto	Comunidades tradicionais
Serra Dourada	92	Camponeses de fecho de pasto	Comunidades tradicionais
Simões Filho	43	Quilombolas	Comunidades tradicionais
Sobradinho	54	Posseiros	Comunidades tradicionais
Souto Soares	1.381	Pequenos proprietários	Comunidades tradicionais
Taperoá	154	Quilombolas	Comunidades tradicionais
Teixeira de Freitas	380	Sem Terra	MST
Tremedal	150	Geraizeiro (***)	Comunidade tradicional
Subtotal:	102		13.343

Fonte: Conflitos no Campo Brasil - CPT/2016. (Elaboração da autora).

Camponeses: (*) Fecho de pasto, (**) Fundo de pasto e (***) Geraizeiro⁶

Em muitos casos, os conflitos por terra ocorrem de forma velada no Brasil, assim a CPT presta um trabalho de utilidade pública, quando denuncia as violações dos direitos trabalhistas, a violência, as ameaças, as perseguições e mortes de homens e mulheres do campo, envolvidos nas disputas por terra, água ou outros recursos da natureza. Assim, para levar ao conhecimento da sociedade brasileira, a CPT criou o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e anualmente publica o relatório *Conflitos no Campo Brasil*, no qual registra os fatos ocorridos em todo o território nacional.

De todo modo, as tensões no campo sempre estiveram relacionadas com as questões econômicas, políticas e sociais do país. Os ataques aos direitos dos camponeses, em 2016, foram mais uma das crises políticas que o Brasil atravessava, como afirmam Mitidiero Junior et al. (2016, p. 92): “[...] ‘o pacote do veneno’ ganhou espaço logo após o Golpe”. Para os autores:

Em 2016, ano do Golpe, além dos desarquivamentos, novas propostas pipocaram do Legislativo e Executivo. Foram 11 novos projetos e propostas no âmbito das Leis e 29 projetos de Decretos Legislativos para reversão de conquista e reataque aos homens e mulheres do campo. Não há para onde correr, a sanha do coronelismo fundiário travestido de moderno agronegócio perpetua-se em toda história do Brasil, potencializando-se em períodos não democráticos (MITIDIERO JR et al., 2016, p. 90).

⁶ Os camponeses de fecho de pasto, fundo de pasto e geraizeiros são “[...] grupos culturalmente diferenciados que ocupam e/ou reivindicam seus Territórios Tradicionais, de forma permanente ou temporária, tendo como referência sua ancestralidade e reconhecendo-se a partir de seu pertencimento baseado na identidade étnica e na autodefinição”. (Decreto n.º 13.247/2011). As Comunidades de Fecho de Pasto estão localizadas em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com presença marcante de água. As Comunidades de Fundo de Pasto estão localizadas, em sua totalidade, no semiárido baiano, no ecossistema caatinga com grande escassez de água (GERMANI, 2009, p. 138).

Em um momento de tantas tensões pela retirada de direitos devido às instabilidades políticas e sociais, os camponeses vêm se organizando e retomando as ocupações em todo o território baiano, conforme o exposto no quadro 9. As matrizes dos conflitos pela terra assentam-se nas “[...] formas distintas da violência que o capitalismo exerce contra os lavradores do campo [...]” (MARTINS, 1982, p. 16). No entanto, as tensões por terras continuam acirradas no estado há 35 anos, considerando o estudo realizado pelo autor.

Quadro 9 - Ocupações retomadas no estado da Bahia no ano de 2016

Município(s)	Nome do Conflito	Famílias envolvidas	Mov. Social
Abaré	Área da UATVA/Faz. Reunidas Rio de Contas Ltda.	150	MST
Amélia Rodrigues	Usina Aliança	200	MST
Arataca	Fazenda Alto da Aliança e Araguaia	72	MST
Barreiras	Faz. Dona Júlia 2/Acamp. Capitão Lamarca	250	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Santa Terezinha	25	OI
Bom Jesus da Lapa	Com. quilombola Fortaleza	63	Quilombola
Caravelas	Fazenda Mato Verde	45	MST
Casa Nova	Fazenda São Judas Tadeu	150	MST
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	50	MST
Iramaia	Fazenda Lagoa das Tábuas	103	MST
Itaberaba/Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	100	MST
Itagibá	Faz. Serra Azul/Mirabela Mineradora	480	MST
Itanhém	Faz. Planície/Acamp. Padre José	100	MST
Iuiú	Fazenda Bial e Santa Maria	370	MST
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	130	MST
Lajedão	Canavial da Unial/Faz. Pingueira	260	MST
Nordestina	Acampamento São Jorge e Olhos d'Água	500	MST
Pau Brasil	Fazenda Favorita	23	MST
Planaltino	Área da Companhia de Ferro Ligas da Bahia/Ferbasa	40	MST
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	75	Índios
Santa Cruz Cabrália	Faz. Mangabeira/Aldeia Aratikum	30	Índios
Santa Luzia	Fazenda Conjunto Vitória	45	CETA
Teixeira de Freitas	Faz. São Benedito/Grupo JU Ungaro	280	MST
Uma	Fazenda Conjunto Presente	50	MST
Subtotal:	30	3591	
Total - Conflitos por terra - BA	132		16.934

Fonte: Conflitos no Campo Brasil - CPT/2016. (Elaboração da autora).

Em tese, entende-se que a memória da conjuntura política e social, em diferentes períodos da história das disputas por terras, jamais cessou no campo. Os 132 conflitos no estado da Bahia, envolvendo 16.934 famílias, atestam que os camponeses e os movimentos sociais do campo permanecem ativos e em estado de vigilância. “A luta das comunidades rurais certamente irá continuar, pois ela é uma injunção histórica para os dominados” (CRUZEIRO; VIANA, 2016, p. 182).

O saldo dos conflitos por terra no estado da Bahia é o que a CPT chama de “História de criminalização da questão agrária, de violências e morte contra os pequenos do campo, das águas e das florestas. Entrelaçadas a esses processos de opressão, temos as [...] resistências populares, quilombos, ocupações, acampamentos e retomadas” (CPT, 2016, p. 203). Nesse sentido, as ações do movimento e dos camponeses, mesmo representando um grande passo para a redistribuição de terras, ainda não se mostraram suficientes para desestabilizar por completo a hegemonia do capital agrário, que determina os rumos políticos, econômicos e sociais do campo brasileiro.

O direito dos camponeses de terem acesso à terra e a outros bens naturais tem sido constantemente escamoteado pelo agronegócio. Tentando romper então com essa lógica perversa, os povos do campo fazem enfrentamentos, pois querem viver no campo, seguindo suas manifestações histórico-culturais, querem ser autônomos praticando a agricultura de base camponesa/familiar sem serem explorados pelo capital.

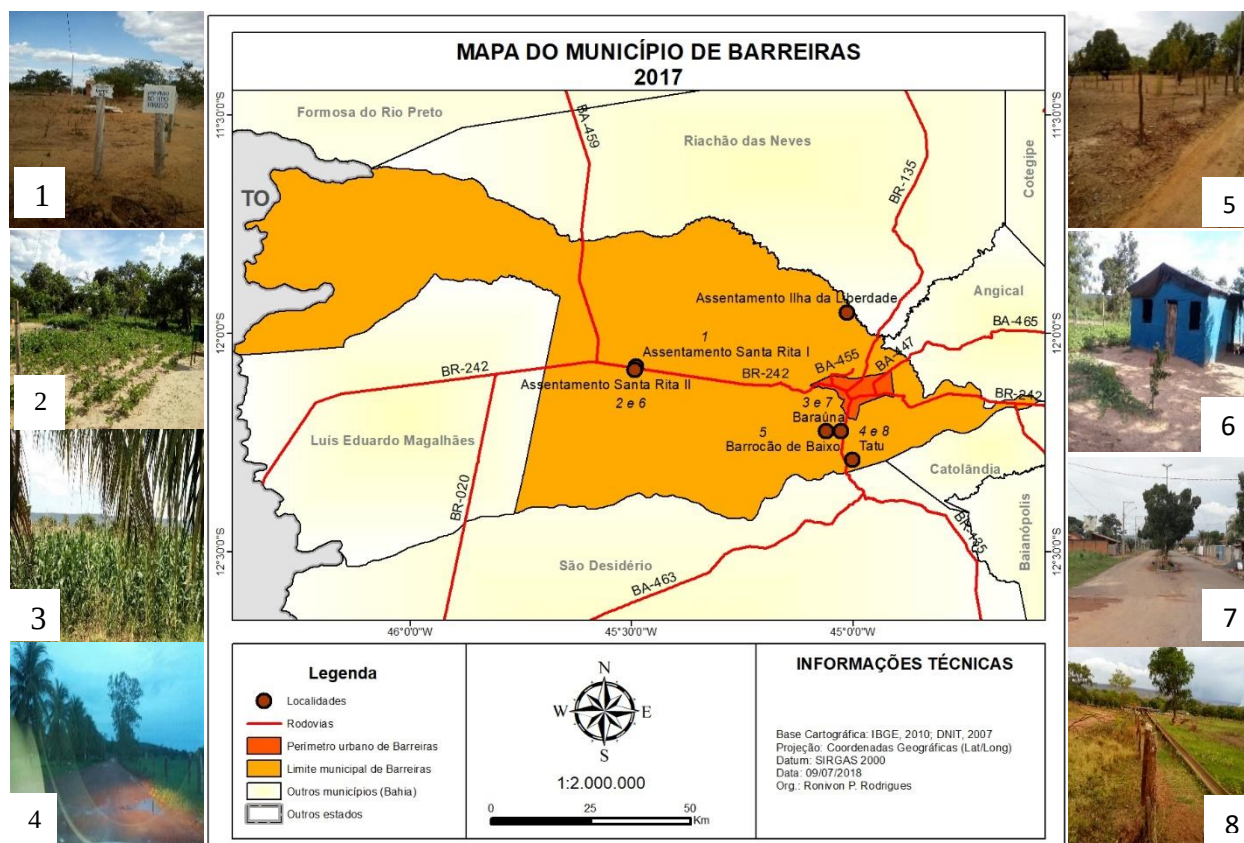
A memória desses sujeitos precisa aparecer como o elo dinamizador que interliga o vivido no tempo/espaço, compreendido por meio das representações individuais e coletivas, daqueles que, ao resistirem à “expropriação e a violência” do capital agrário, também criam e recriam suas relações sociais do passado e contemporaneamente.

2.3 Trilhando caminhos: a formação das comunidades da pesquisa

O meu lugar,
é cercado de luta e suor,
esperança num mundo melhor [...].
(Arlindo Cruz)

Neste item, retoma-se o percurso histórico dos projetos de assentamentos, Codevasf e comunidade tradicional, partindo dos aspectos representativos do tempo e do espaço, além dos modos de vida e trabalho de seus habitantes. Discutem-se ainda os relatos das principais atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas por esses camponeses.

Figura 8 - Localização da pesquisa



Fonte: Base Cartográfica IBGE 2010, DNIT 2007. Projeção: Coordenadas Geográficas (Lat/Long). Datum SIRGAS 2000. Data: 09/03/2018. Org. Ronivon Pereira Rodrigues.

A mística descrita nos versos de Arlindo Cruz serviu de ponto de partida para se recriar os espaços percorridos, representando o processo de formação e as particularidades dos PAs Ilha da Liberdade, Santa Rita I e II, projetos de colonização Tatu e Baraúna e comunidade Barrocão de Baixo. Evidencia-se nesse espaço a ressignificação do vivido por diversos camponeses que precisam construir seus territórios econômicos, políticos e socioculturais, mas também resistem para que não sejam expulsos pelo capital agrário de seus lugares de origem.

Neste estudo, faz-se necessário contextualizar a relação entre espaço/tempo em que os sujeitos estão inseridos e suas contribuições para melhor descrever, interpretar, analisar e recriar os modos de vida desses camponeses e suas experiências de sociabilidade no contexto desses conflitos.

O PA Ilha da Liberdade, criado em 21 de setembro de 2004, é liderado pelo MST e comporta 30 famílias, mas, para o Incra e o MST, somente 29 são reconhecidas e assentadas. Nas conversas abertas com os moradores, foram identificadas 30 famílias vivendo e trabalhando nesse local, porém, os dados não foram confirmados nos registros oficiais do Incra, sendo elucidado pelo ex-dirigente do movimento que *o legítimo dono da terra faleceu e o lote foi*

vendido pelos herdeiros sem comunicar o Incra e a direção do MST, e que seu atual ocupante não foi assentado. Sendo assim, o novo ocupante precisa ser avaliado pelo órgão competente para verificar se atende aos critérios da política de assentamento. Essa situação é também vivenciada por outros sem terra, que aguardam há anos a emissão dos títulos de terras para poderem ter acesso às políticas públicas para os projetos de assentamentos.

O PA Ilha da Liberdade recebeu o mesmo nome da antiga fazenda e essa decisão foi tomada em uma assembleia com os assentados. Para o ex-presidente do MST, [...] *o fato das 10 famílias de posseiros terem se juntado ao movimento e permanecido na terra e estes foram unânimes na votação em assembleia que decidiu o nome do assentamento.* Supõe-se que a escolha pela manutenção do nome tenha se dado pelo sentimento de apego e pela concepção sociocultural que aquele espaço representava para eles. Nesse local, as residências são de alvenaria, construídas com recursos do governo federal, visto que, segundo os moradores, no início do assentamento receberam um crédito “fomento” para a construção das casas.

No PA não tem água tratada e seus moradores utilizam as águas do Rio Grande para o consumo residencial e manutenção dos animais e plantas. A produção econômica está centrada na agricultura familiar de subsistência no período chuvoso e, durante as vazantes do rio, na criação de animais, como suíno, caprino e bovino, e também no trabalho como diaristas e empregados em empresas e fazendas vizinhas, região do cerrado e cidade. Os principais produtos agrícolas cultivados no assentamento são: milho, feijão de corda, mandioca, frutas e hortaliças, que são utilizados para o consumo da família, e o excedente é comercializado com terceiros, dentro do PA ou nas feiras livres da cidade.

Os projetos de assentamentos Santa Rita I e II foram ocupados no dia 22 de maio de 2008, sob a liderança do MST, cuja área tem capacidade para 60 lotes, mas só 43 famílias ocupam essas terras, sendo que 23 delas estão morando em seus respectivos lotes em casas feitas de alvenaria, 14 ainda moram em barracos e as demais famílias cadastradas ainda não moram na terra. Inicialmente, o acampamento recebeu o nome de Capitão Lamarca, em homenagem a Carlos Lamarca, um desertor do Exército brasileiro na ditadura militar, sendo morto entre as cidades de Ibotirama e Brotas de Macaúbas, no estado da Bahia, em 1971. Segundo o ex-dirigente do MST, após 20 dias de acampamento foi realizada uma assembleia e decidiu-se mudar o nome do PA, pois a ocupação dessas terras ocorreu no dia dos festejos de Santa Rita. Ainda no período de acampamento, houve uma divisão entre o grupo de sem terra e o MST, resultando na formação de dois PAs. Desse modo, o Santa Rita I passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG) e pelo STRB e o Santa Rita II ficou sob liderança do MST.

Cabe mencionar que, mesmo essas famílias tendo se juntado ao movimento de luta pela terra, um número considerável ainda não está morando no assentamento definitivamente devido não ter condições de manter o sustento da família, principalmente no Santa Rita II. Isso foi constatado em conversas abertas com os moradores que resistem à precariedade estrutural e material. Para estes, os principais motivos que levaram à saída dessas famílias para a cidade ou outros municípios foram a ausência de postos de trabalho e as dificuldades para produzirem sua própria subsistência na terra. Sendo assim, uma assentada do PA Santa Rita II fez a seguinte afirmação: [...] *meu marido trabalha como ajudante de mecânico na cidade, fica lá durante a semana e volta no final, mas muitas outras famílias moram na cidade e vem aqui de vez em quando olhar a terra.*

Os PAs Santa Rita I e II estão localizados à margem esquerda da BR 020, no sentido Brasília e direta na direção de Salvador, situado próximo ao Rio de Pedra de onde as famílias que moram mais próximo utilizam suas águas para as atividades domésticas, manutenção das plantas e dos animais, além de realizarem a pesca artesanal para o próprio consumo. Já os moradores do Santa Rita I utilizam água de poços artesianos por estarem mais distantes do rio. A produção econômica do assentamento vem da agricultura familiar de subsistência, como o milho, o feijão de corda, a melancia, a abóbora, as hortaliças, frutas, e também da criação de suínos, caprinos, bovinos, e dos animais criados no quintal: galinha caipira, coqueiro, etc., desenvolvendo ainda trabalho como diaristas e empregados nas fazendas do cerrado e na cidade.

Os projetos de irrigação do povoado Tatu e Baraúna foram criados na década de 1970 pela Codevasf - São Desidério/Barreiras Sul para fins de colonização. Atualmente, o povoado Tatu possui 1.172 pessoas e o Baraúna 1.537, conforme dados do censo IBGE/2010.

Ao questionar os participantes sobre a origem dos nomes dos projetos, foram dadas as seguintes informações: segundo os moradores, o nome Tatu vem da formação do solo daquele perímetro, pois tem a semelhança do tatu, um animal silvestre encontrado nos “biomas cerrado e caatinga” e que servia de alimento para os moradores do local (GOMES, 2010, p. 16). Outro relato da origem do nome do povoado é que, segundo os mais velhos, havia uma grande quantidade dessa caça no lugar onde o projeto foi construído. Corroboram o entendimento da origem do nome do projeto de irrigação Baraúna as palavras dos colonos, ao afirmarem que o povoado recebeu esse nome porque ali naquele lugar havia muitos pés de baraúna, uma planta “típica do bioma caatinga” e também a antiga fazenda onde o projeto foi construído se chamava Baraúna (SANTOS; AMADOR, 2013, p. 3).

Os dois projetos de colonização selecionados para fins analíticos encontram-se nas proximidades do Rio Grande, utilizado para a irrigação da lavoura e para os momentos de lazer

dos moradores. No perímetro onde os dois projetos estão localizados, havia antigamente riachos e lagoas, o mais conhecido e usado pelos colonos era o Riacho de Areia no povoado Tatu, mas que, segundo relato dos participantes, secou devido ao desmatamento da região. As águas desse riacho foram muito utilizadas para matar a sede dos animais, molhar as plantas do quintal e para o lazer das crianças, pois este estava localizado mais perto da comunidade.

As potencialidades econômicas dos projetos de irrigação Tatu e Baraúna estão voltadas para a agricultura irrigada, a pecuária leiteira, a produção de frutas e hortaliças e atualmente para a piscicultura de cativeiro. A produção é comercializada em supermercados e feiras no município, sendo que um número considerável desses colonos é feirante, ou seja, vende o que produz nas feiras livres da cidade. Para os produtores desses projetos, o que mais faz falta é o funcionamento de uma cooperativa de processamento de frutas para fabricação de sucos e polpas, além da fabricação de laticínios. Segundo alguns depoentes, durante a colheita das frutas, a exemplo da manga, eles veem enormes desperdícios e, em muitos casos, vendem suas frutas por baixo preço aos atravessadores.

O Barroão de Baixo é uma comunidade tradicional habitada por 974 pessoas, conforme dados do censo demográfico IBGE/2010. Sobre o período de criação desse povoado, nem os moradores mais velhos sabiam a exatidão de seus anos. Assim, não é possível saber a idade exata do local, somente uma ideia aproximada, o que encaminhou a deduzir que ele tenha cerca de 200 anos e que os primeiros moradores viveram lá na condição de agregados ou posseiros de fazendas. A origem do nome, segundo os moradores, está relacionada com a formação do solo dessa região, uma vez que o povoado está situado na parte baixa do perímetro e cercado por barrancos, tendo a presença de vários “grotões” devido à depressão do terreno.

Os camponeses dessa comunidade também utilizam as águas do Rio Grande para o consumo doméstico, criação dos animais e para molhar as plantas do quintal. Há ainda riachos e córregos nas proximidades da comunidade. Para a produção agrícola, eles aproveitam o período das chuvas e as vazantes do rio, centrada na agricultura familiar de subsistência com o plantio de feijão de corda, milho, mandioca, andu, batata doce, hortaliças e frutas. A pecuária leiteira é forte nessa região, assim como a produção dos derivados da mandioca, como farinha, tapioca, puba, beiju, petas e ginetes, que são comercializados nas feiras livres da cidade.

É a partir dos lugares aqui descritos que as memórias dos conflitos pelo acesso à terra são ecoadas nas vozes dos camponeses que reivindicam o direito de viver e trabalhar livremente nesse espaço, mas também resistem para permanecer nele, mesmo diante das “[...] contradições da luta pela terra expressa no conflito entre a resistência camponesa e a exploração capitalista do território camponês” (ROOS; FERNANDES, 2016, p. 41).

2.4 Reconstruindo o passado e tecendo o presente: os conflitos pela terra no município de Barreiras

Este item averiguou como se deram os conflitos por terra e o papel desempenhado pelos movimentos sociais do campo no município de Barreiras, procurando identificar se os conflitos trouxeram mudanças para a vida dos camponeses nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Para responder aos objetivos, realizou-se o entrelaçamento da teoria e da empiria por meio da memória dos seguintes participantes: dirigente da Agência 10envolvimento e do MST; historiadora barreirense Ignez Pitta; presidente e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRB); assentados dos projetos de assentamentos de reforma agrária; colonos dos projetos Codevasf e participantes de comunidade tradicional.

Para melhor entendimento dos conflitos pelo acesso e uso da terra em Barreiras, elegeu-se o sequenciamento dos acontecimentos espacial e temporalmente. Como já afirmado anteriormente, as disputas por terras são históricas neste município, pois a legislação e as políticas agrárias estabeleceram-se há cinco séculos, mantendo a mesma forma de aquisição de terras, como é o caso dos proprietários da fazenda Sertaneja, que por muitos anos intimidaram, coagiram e até mandaram matar posseiros e pequenos proprietários que cruzaram o caminho deles.

Na memória do atual presidente do sindicato, pode-se confirmar que

Além do conflito entre sessenta e oito famílias, Caroá, Maquiné, Olaria com a Sertaneja e que hoje são proprietários dessas terras, que inclusive foi até desapropriada pelo Incra e muitos posseiros conseguiram a terra. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

O presidente menciona outros conflitos envolvendo posseiros e latifundiários, inclusive com ocorrência de expulsão por meio de força policial, durante o período de domínio do regime oligárquico no município:

[...] mesmo assim teve o começo de uma ocupação ali num lugar chamado Caraíbas que é de propriedade dos Braga, a polícia foi lá, sim, para tirar o pessoal. É uma área inclusive que tinha muitos posseiros morando dentro dela e foram expulsos de lá. Esses foram expulsos e as pessoas que estavam indo para lá para lutar pela desapropriação, eles foram expulsos pela polícia. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

A existência do conflito é confirmada pela narrativa do ex-presidente do sindicato, quando afirma que

Houve sim, aqui em Barreiras, inclusive pessoas da minha família, meu pai foi ameaçado com um grupo de pessoas por um grileiro que tinha aqui na época. Era um ex-delegado aqui de Barreiras, isso tem muitos anos. Esses conflitos entre proprietários com mais condições e um posseiro pobrezinho. Isso houve sim, pontuais, mas houve. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Observa-se, ainda, que a grilagem de terras ocorre para atender aos interesses do capital agrário, acelerando o processo do fim dos territórios habitados por comunidades tradicionais ou indígenas, pois, segundo Haesbaert (2004, p. 175), a “[...] desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, seu ‘ponto de partida’, que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção [...]”. Para o mesmo autor, “[...] a própria desterritorialização tem múltiplas faces, não só econômicas, políticas e culturais, mas também, sobretudo, em termos das categorias sociais que envolvem [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 197).

Portanto, ela leva as “[...] comunidades tradicionais a se privarem do acesso e uso de diferentes espaços, essenciais em seu dia a dia, onde possam criar, extrair produtos, e, em muitos casos, produzir roçados” (CAMPOS, 2015, p.191). Desse modo, esses camponeses foram sucumbidos pela implantação da agricultura mecanizada, grilagem seguida de expulsão e compra das terras daqueles que possuíam escritura de pequenas áreas. Segundo Ignez Pitta, a ocupação do cerrado dissipou muitos geraizeiros que dependiam do cerrado para desenvolver seus modos de vida e de trabalho.

[...] no cerrado, quem está produzindo são os grandes agricultores que vieram do Sul, eles estão produzindo muito mais que nas outras regiões do município. Mas, tem razão, o solo aí do cerrado foi adubado com o “melhor adubo do mundo”, “sangue de gente que morreu, como mosca, aquelas pessoas tradicionais que moravam lá, que em todo lugar tem, aquelas comunidades”. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

A memória de Ignez Pitta evidencia os conflitos territoriais na transformação da agricultura modernizada no cerrado barreirense. Quanto ao extermínio das populações do cerrado, não foram encontrados registros dos fatos citados pela historiadora, mas não se recorreu aos registros policiais para constatação desses dados. Em meio aos conflitos de cunho econômico, político e social, desenvolveram-se também os conflitos na organização dos modos de vida e trabalho dessa população. Na observação de Campos (2008, p. 233), “[...] o surgimento de novas ocupações conduz à exclusão de ampla parcela daquela população menos preparada para absorver o impacto dos novos processos da atual fase da modernização capitalista”.

Relembra-se assim a memória dos conflitos ocorridos no município de Barreiras a partir do domínio dos velhos fazendeiros até a ocupação dos cerrados pela agricultura modernizada. Inseparáveis do processo de modernização no campo, estão os conflitos empreendidos pelos camponeses para a permanência no seu lugar de origem, e daqueles que lutam pelo simples direito do acesso e uso da terra para morar e trabalhar, tornando-se alvos da violência do capital agrário. Além disso, a memória citada pelo dirigente do MST confirma que

Já existiram vários conflitos na região, não no surgimento do acampamento desde 1999 para 2000, a militância andava escondida direto e não poderia sair na rua, era muito perseguida pelos fazendeiros da região, ou seja, pelos capatazes dos fazendeiros, inclusive um companheiro nosso chamado Toizinho, ele foi pego no município de São Desidério e foi largado na divisa de Minas todo espancado, sem saber onde estava, desacordado, foi ameaçado, se voltasse perderia a família e a vida também. Isso foi um problema muito sério para o movimento. E para a gente ver um companheiro que tinha uma vida saudável, uma mente muito boa, acabou criando uma depressão, até hoje se encontra meio atordoado pela violência sofrida por ele e pela sua família. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

As principais referências desses camponeses são as memórias de lutas, que são, ao mesmo tempo, “pretéritas e presentes” na vida daqueles que viveram todo tipo de expropriação e violência do capital agrário nos diferentes períodos de ocupação das terras no município. Arroyo (2017, p. 200) acrescenta que “[...] a memória do passado ensina o presente, a memória é a mestra da vida”. Assim, a experiência dos camponeses e movimentos sociais torna-se algo positivo, como expressa as palavras do dirigente do MST:

E outros companheiros também sofreram, que toda hora chegava carro ameaçando, dando tiros e saíam de casa às pressas, tinham que pular o muro de outra casa para se esconder, através da pressão dos fazendeiros da região que sabiam que moravam, dormiam, ou ficavam na casa de um amigo e tal. Existiam esses conflitos aqui, inclusive teve companheiro que foi vítima aqui dentro, foi preso, botaram droga dentro de casa, inventaram que ele estava vendendo droga, só para mutilar e desarticular o movimento, porque não tinha base nenhuma. Então tudo isso foi uma forma de pressão para o movimento. Mas o movimento cresceu, o movimento de lá para cá fez muitos assentamentos, foram muitas conquistas que tivemos aqui na região. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

A despeito de todas as pressões e violências sofridas pelos militantes sociais, é possível perceber que eles resistem às investidas da grande propriedade e se mantêm lutando em busca da efetivação de direitos negados, inclusive pela justiça e pelo governo, que deveriam ser os guardiões do “bem-estar social”, porém, trabalham a favor dos latifundiários, como se comprova no depoimento dos entrevistados. Segundo Ignez Pitta, a ocupação do cerrado foi permeada por grande truculência:

E eles chegavam lá e mandavam sair e quem não queria sair, passavam o tiro. E o nosso governo, Estado, achando tão bom não é, deixando, fazendo de conta que não estava sabendo, apesar de tudo que se mandava para lá. E esses conflitos já não estão mais existindo, porque já não tem mais gente para matar, porque se tivesse haveria. Alguém respondeu! Olha eu vou citar aqui um só para você imaginar: o pai de uma ex-prefeita de Barreiras, ele foi um dos que andou “praticando esse esporte de matar gente lá no cerrado”, conseguiram mais ou menos provar, deu entrada no processo, mas, depois conseguiram aí as “ajeitadeiras” e ele não foi condenado, saiu “impune”. Mas, é assim que deve ser minha filha, eu também acho que deve ser mesmo é assim. Esse “povo besta nordestino, que não presta para nada, deve mesmo é morrer no tiro”. E quem mata fica “por cima da carne seca”. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Considerando a memória da entrevistada, é possível perceber que foi por meio dos conflitos que os camponeses conseguiram permanecer ou conquistar a terra. A esse respeito, Martins (2003, p. 23) mencionou que a “[...] luta não é primeiramente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência”. Nesse caso, é sempre uma disputa desigual, porque primeiro o posseiro pobre ou comunidades tradicionais são expropriados pela violência do capital agrário, perdem o direito de viver e trabalhar na terra, além de perderem seu espaço de referência quando são expulsos ou reassentados em outro território.

Trata-se de relações sociais construídas nos espaços de referência desses sujeitos por laços familiares e de amizades, porque, mesmo não tendo acesso e uso da terra, essa cultura permanece enraizada nas relações de parentesco ou convivência. Quando questionados sobre como ficaram sabendo da ocupação das terras, 58% dos participantes responderam que souberam por meio de amigos, 25% foram avisados pelos parentes e 17% receberam essa informação do movimento social a que pertenciam. Nenhum dos participantes foi informado dessas ocupações pela mídia escrita ou visual, comprovando assim que os povos do campo não estão preocupados apenas consigo, mas também com seus parentes, vizinhos e amigos. No caso presente, as relações sociais desse grupo estão firmadas em “[...] uma sociabilidade pautada nas relações de parentesco, compadrio e vizinhanças, assentados nos valores tradicionais” (SILVA, 2003, p. 133). E, mesmo com suas vivências no universo da cidade, não perderam essas características, ou seja, não foram contaminados pelo individualismo e fragmentação da vida urbana.

Ao perguntar sobre os conflitos vivenciados na ocupação das terras nos PAs, cerca de 75% dos assentados afirmou não ter havido conflitos com o proprietário e vizinhos. Assim, pode-se inferir que isso não ocorreu devido ao jogo de interesses econômicos e políticos, como menciona o assentado do PA Ilha da Liberdade: *tudo foi amigável, o proprietário tinha interesse na venda da propriedade para o governo*. Para 25% dos participantes, durante as

ocupações houve conflitos entre alguns integrantes do movimento que tinham interesses contrários e representantes do capital agrário e governo, que tinham outras intenções para a área ocupada (Fonte: Dados da pesquisa Campo/2017).

Ainda se tratando dos conflitos por terras nessas áreas de ocupação, foi trazida a memória do presidente do sindicato:

[...] na questão do assentamento Santa Rita que é o mais recente, está em memória viva no município de Barreiras é, começou quando o pessoal ocupou, porque lá havia quantidade de uma área de latifúndio que inclusive, segundo as informações, os latifundiários deviam ao Banco do Brasil e, sabendo disso, o pessoal ocupou a área que hoje está em menção de ser desapropriada e legalizada pelo Incra para as pessoas que estão assentadas. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Confirma-se o discurso do presidente do sindicato e os relatos dos assentados do Santa Rita I e II, ao mencionarem que *recebemos ordem de despejo por parte do governo do Estado, mas os latifundiários também tinham interesse por ser uma área de terra localizada no cerrado barreirense*. Já o segundo conflito foi entre os próprios sem terra, que possuíam interesses contrários aos ideais políticos, econômicos, sociais e culturais do MST. De acordo com a assertiva de Martins (2003, p. 27), as “Pessoas que supostamente estão voltadas para objetivos comuns, ainda quando têm origens diferentes, não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesses [...]”. Um assentado do PA Santa Rita diz que as disputas foram [...] *com o próprio governo, tivemos ordem de despejo e fomos para a pista na BR 020, tocamos fogo em pneus e pedimos ajuda ao governador da Bahia, na época*. Ainda mencionaram outro conflito entre os integrantes do MST pela posse da terra.

Os conflitos entre os integrantes do MST, presentes nas memórias dos assentados, também foram identificados durante a pesquisa de campo, posto que as divergências entre integrantes do movimento geraram a divisão da área ocupada, sendo a parte de cima, hoje o Santa Rita I, coordenada pela associação de moradores, STRB, Fetag; já a área próxima ao rio, o PA Santa Rita II, permaneceu sob a coordenação do MST.

Desse modo, foram identificadas diferenças na forma de organização dos dois projetos de reforma agrária em questão, a começar pelo PA Santa Rita II, onde os assentados ainda moram em barracos. Já no Santa Rita I, os moradores contam com direitos básicos, como o parcelamento dos lotes, habitação, educação, energia elétrica, água e estradas. No primeiro caso, percebe-se a ineficiência dos órgãos competentes no sentido de disponibilizar tais serviços para esses camponeses. E no segundo, mesmo ainda não sendo o ideal, os assentados tiveram alguns avanços, entretanto, falta muito ainda a ser conquistado.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores do Santa Rita I são confirmadas também nas palavras de uma assentada:

Nós erámos para ter as coisas aqui e não vem nada. A presidente da associação vem com conversa bonita, mas não traz nada para gente. Aqui é Reforma Agrária, o governo liberou para morar, mas não pode desmatar a área do rio que é do IBAMA. O governo liberou só para gente trabalhar. Sempre na reunião vem um e outro falar, explicar sobre as coisas que vão chegar, mas o inverno vai chegar e ninguém vê um carro aqui passar, porque as estradas são ruins. (Assentado do PA Santa Rita I, obtido por meio do questionário de investigação em 04/10/2017)

Nas figuras 9 e 10, percebem-se as duas realidades distintas nos PAs em questão:

Figura 9 - Moradia no Santa Rita II



Figura 10 - Entrada de um lote no Santa Rita I



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos em 07/11/2017.

Percebe-se, neste trabalho, que as ocupações de terras para fins de projetos de reforma agrária em Barreiras iniciam-se com as negociações entre as lideranças do movimento social e os proprietários, quando se trata do bem privado. Já as terras públicas são discutidas com o Estado ou banco público que deteve sua posse. Dessa forma, muitos assentados nunca participaram desses acordos, como expressam a maioria dos sujeitos da investigação.

O mesmo não ocorreu com os ribeirinhos que, tradicionalmente, ocupavam a região hoje pertencente ao projeto da Codevasf, resultando em conflito e resistência por parte de seus moradores, que, com a ajuda do movimento social, lutaram para não perderem suas terras. Desse modo, para Stédile e Fernandes (2012, p. 92), “Se não aprendermos a resistir, estaremos sempre a reboque das ideias, dos discursos, da verdade que as elites procuram impor à sociedade”.

A fala do presidente do sindicato confirma que existiu a participação do movimento, mas também houve resistência de todos da comunidade, quando diz:

[...] tivemos conflito aqui próximo, num lugar chamado Barreiras Norte, Beira Rio, hoje pertence ao governo federal pela Codevasf. Só que quando a Codevasf chegou lá para desapropriar aquelas terras lá já existia esses posseiros. Já existia esses muitos moradores. Mas o início da posse lá era para pessoas que estavam lá há mais de trinta anos. É claro que outras famílias também, outras famílias se acoplaram lá junto com aquelas famílias. Na verdade, não era do governo. A terra antes de ser desapropriada, segundo as informações que a gente teve era da professora Alda, eram outras pessoas que eram donas. Eram particulares que hoje essas pessoas nem existem mais e as pessoas que moram lá, que vivem da agricultura familiar, das beiras de rio, das beiras de lagoa continuam lá, mas sob pressão da própria Codevasf para saírem. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

O ex-presidente do sindicato reforça quem são e por que esses camponeses ocupam aquela área:

Tem uma confusão com o pessoal da Codevasf, há anos atrás foi ocupada uma área da Codevasf, mas é um projeto digamos que mal feito pela Codevasf que acaba induzindo pessoas a procurarem as terras ociosas e acabarem ocupando. Na minha avaliação é isso – é um projeto mal feito da Codevasf, é uma área vizinha a vários bairros periféricos da nossa cidade, onde você vai encontrar pessoas com baixa escolaridade, que precisam de um emprego, pessoas que precisam sustentar suas famílias às vezes não tem um trabalho digno para sustentar suas famílias e ver uma área daquelas ali, uma área muito nobre, uma área que produz de tudo, uma área ociosa e a Codevasf não deu a devida atenção e acabou sendo ocupada. É uma área aqui no Barreiras Norte, tem uma gama de famílias muito carentes de emprego e condições para se sustentar. Ainda existe esse litígio aqui em Barreiras. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Cabe mencionar ainda que as tensões no campo em Barreiras continuam bem acentuadas. Embora em menor proporção e pontuais, elas permanecem presentes na memória desses sujeitos, tanto pela permanência em seu lugar de referência quanto pelo simples direito de ir e vir, como expõe o presidente do sindicato:

Na Cachoeira do Rio de Ondas recentemente ocorreu uma disputa entre os moradores de uma comunidade e um fazendeiro, por causa de uma estrada que atravessa a área da fazenda, dando acesso à comunidade. Os moradores tinham que fazer um desvio de mais de sete quilômetros para chegar em suas pequenas propriedades. O caso foi parar na delegacia, assim o sindicato interviu nas negociações entre os envolvidos. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Outro conflito recente no município ocorreu em 2016, quando o Poder Judiciário da Bahia, a pedido da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), emitiu uma ordem de despejo para retirar as famílias de uma comunidade tradicional próximo

ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Nas palavras do presidente do sindicato, percebe-se certa revolta ao afirmar que: *esta questão está na justiça, como é uma área próxima ao CTG e o governo não mexeu com os gaúchos, só com a comunidade que mora, trabalha e vive daquelas terras.*

No caso específico, trata-se de uma comunidade que ocupa uma área no entorno da BR 135, cujas terras pertencem ao governo. Este, por sua vez, ao invés de legitimar o direito de posse dos camponeses, executa a lei e resolve desapropriar a terra, negando-lhes as condições para viver e cultivar o solo. Desse modo, quando se trata dos interesses da classe dominante, “[...] temos uma Justiça que está longe de ser lenta, ao contrário, é de dupla velocidade, pois seu tempo funciona de acordo com a conveniência dos donos do poder. Basta observar a rapidez com que o Judiciário exara ordens de despejo ou de reintegração de posse” (PORTO-GONÇALVES et al., 2017, p. 85).

Os estudos realizados sobre conflitos por terra no Brasil, subsidiados por CPT (2016), Haesbaert (1997), Martins (1982, 1983, 1985, 2003), Prado Júnior (1985), Pietrafesa (2016), Stédile e Fernandes (2012) e Oliveira (1996), comprovam a sua existência pelo acesso e uso da terra em todo o território brasileiro, motivados pelo regime excludente da estrutura fundiária e amparados pelas políticas, leis e domínio do capital agrário, que violentam e expropriam as populações do campo. Sem dúvida, a investigação realizada entre 2016 e 2017, no município de Barreiras, assemelha-se com a comprovação da bibliografia utilizada.

É possível identificar, por meio dos autores que fundamentam este trabalho e pelos dados empíricos obtidos na investigação, que os conflitos por terra trouxeram muitas mudanças para a vida dos camponeses nos aspectos econômicos, políticos e sociais, a partir das reivindicações e estratégias empreendidas por eles e pelos movimentos sociais ao longo da história agrária do país, do estado da Bahia e do município de Barreiras. Os colonos dos projetos Codevasf, mesmo não estando diretamente ligados às ações que culminaram na conquista de suas terras, tiveram acesso ao lugar de moradia e trabalho, resultando na melhoria da qualidade de vida no campo. Ao serem tratados como sujeitos de direitos, tornaram-se protagonistas de sua própria história, conseguindo, em decorrência disso, “[...] reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar toda ideia de submissão” (CANDAU, 2016, p. 195).

Entretanto, nem todos tiveram acesso à terra de trabalho e não puderam contar suas memórias, mas resistiram à expropriação mesmo diante da escassez e da precariedade, como fazem os moradores da comunidade Barroão de Baixo, que adquiriram suas terras por meio de herança ou compra de outros camponeses que as possuíam, mas não dispunham de condições

financeiras para cultivar e, por isso, passaram-nas para a frente. Desse modo, mesmo eles não sendo vítimas da expropriação da agricultura modernizada, que em outras partes do município expulsaram e violentaram os camponeses, foram esquecidos pelo poder público local e nacional, pois suportam cotidianamente a precariedade que esse projeto de campo lhes oferece.

Ao legitimar a moderna agricultura, o Estado brasileiro negligencia os direitos essenciais dos povos do campo. Isso é confirmado pela moradora do Barroão de Baixo, quando disse: *A assistência do governo é pouca, não temos saúde, estrada, transporte de qualidade, apenas uma escola mantida pela prefeitura.*

Já os participantes dos projetos de assentamentos de reforma agrária protagonizaram direta e indiretamente os conflitos pelo acesso e uso da terra, pois estes são produtos da história de luta, sujeitos do movimento que defendem outro projeto de campo menos excludente e que repudiam a subordinação ao capital agrário. Segundo Pietrafesa (2016, p. 114), “[...] o camponês, organizado em movimentos sociais, tem se reafirmado como protagonista na disputa não apenas por terra, mas por um projeto político mais amplo que inspira os anseios da sociedade civil”.

Um assentado do PA Ilha da Liberdade relata que, para ter acesso à terra, precisou participar de um movimento social:

Me juntei ao grupo do MST, para adquirir meu próprio pedaço de terra, pois como posseiro, trabalhando para o fazendeiro nunca iria ser dono de um pedaço de terra para trabalhar. (Assentado do PA Ilha da Liberdade, obtido por meio do questionário de investigação em 05/10/2017)

De acordo com uma assentada do PA Santa Rita II,

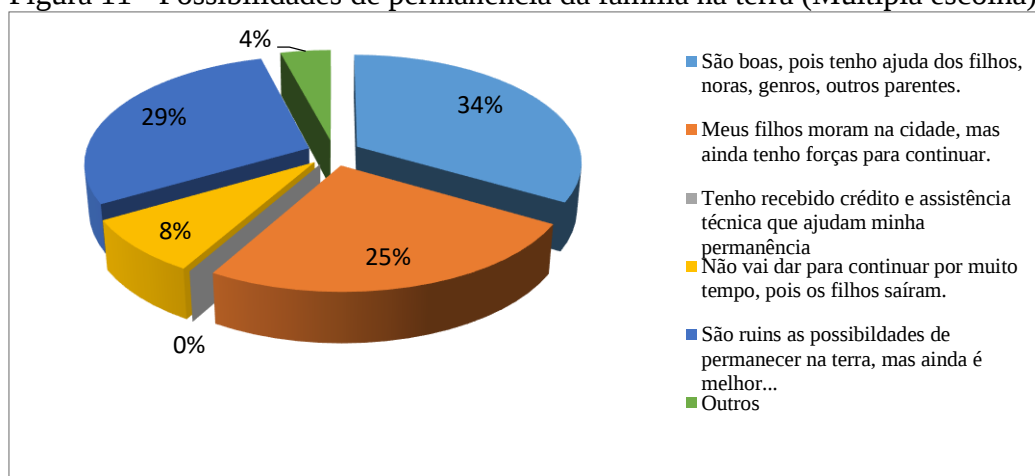
[...] nós viemos, fiquemos uns dias ali na prainha, depois de três dias chegou um homem dizendo que ali a gente não podia ficar e que a terra ali era dele. Depois fomos ali para perto da ponte, nove dias depois chegaram uns homens lá de noite, por volta de uma hora da manhã por aí, tiraram a gente, dizendo que eles eram os donos, que a gente tinha que sair e pegaram a gente e levaram lá para o posto, eu não sei nem quem eram. Depois o povo de MST vieram, pegaram a gente e levaram ali para beira do rio, ficamos ali acampados, tinha muitas pessoas e foram ali para cima nos pés de eucaliptos, mas eu disse: não eu vou ficar é aqui. Não vou ficar vai para aqui, vai para acolá. Depois vieram outros pegaram as pessoas aqui baterem um bocado, eu fiquei com medo esse dia, não sabia se corria para dentro dos matos, se ficava dentro do barraco ou se saía com as pessoas. Não sei se os donos da terra, não sei quem eram, eu não cheguei a vê-los; eles pegaram um rapaz que era responsável aqui pela gente, bateram nele, bateram em outros lá. (Assentada do PA Santa Rita II, obtido por meio de conversa aberta em janeiro de 2017)

No contexto dos conflitos pelo acesso e uso da terra, encontra-se, antes de tudo, uma luta de classe que vai muito além das possibilidades do campesinato, ou seja, a terra é

considerada um meio de produção. Desse modo, estão os jogos de interesses em lados antagônicos: em uma ponta estão os capitalistas do latifúndio e da outra, os trabalhadores rurais que precisam da terra para viver e também para produzir.

Diante de todos os conflitos e entraves vivenciados pelos camponeses do município de Barreiras, é possível inferir que eles têm o real propósito de continuar resistindo no campo. Frente a esta hipótese, questionam-se os participantes da pesquisa acerca da possibilidade de permanência da família no campo. Então, obteve-se o seguinte resultado por meio dos motivos relacionados na figura 12: para 34% são boas, pois tenho ajuda dos filhos, noras, genros, outros parentes; outros 27% responderam: meus filhos moram na cidade, mas ainda têm forças para continuar no campo; apenas 3% receberam crédito e assistência técnica que ajudam na permanência; para 3%, não é possível continuar por muito tempo, porque os filhos saíram para a cidade; e 33% dizem que as possibilidades no campo são ruins, mas ainda é melhor que viver na cidade.

Figura 11 - Possibilidades de permanência da família na terra (Múltipla escolha)



Fonte: Pesquisa de campo/ Dados obtidos por meio de questionário em out. e nov. de 2017. (Elaboração da autora).

A fala de um assentado do PA Ilha da Liberdade confirma que, mesmo enfrentando uma infinidade de dificuldades, os mais jovens sonham com uma vida melhor, ainda que seja em outros espaços:

O meu filho mesmo fez uma casa ali perto da minha, mas quando a gente conversa, ele diz, oh pai poderia comprar um terreno na rua, seria bem melhor, comprar um gado, uma coisa assim! então todo mundo tem o interesse de ter uma vida melhor. O “cabra” fica aqui trabalhando, ralando no cabo da foice para defender o pão que é difícil e o filho olha aí e diz! Não, não quero isso para mim não, quero uma vida melhor! (Assentado do PA Ilha da Liberdade, obtido por meio de conversa aberta em janeiro de 2017)

Por meio da narrativa, entende-se que o pai tem trabalhado diuturnamente para garantir a produção agrícola e a reprodução familiar no meio rural e tinha expectativa de que seu filho o sucedesse, perpetuando assim o campesinato. Entretanto, por testemunhar a vida árdua de seu genitor, permeada de luta e sofrimento, é que o filho pensa em deixar a vida no campo e se aventurar na cidade, porque pensa que nesse perímetro terá oportunidade de garantir uma vida com menos privação. Esse pensamento perdura há tempos e tem levado a juventude camponesa a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. No entanto, os jovens, por não terem escolarização e qualificação profissional, veem sua situação social piorar ao conseguirem trabalhos sazonais ou informais, recebendo um salário irrisório que os obriga a ocupar as periferias da cidade, onde predominam a violência e a negligência do poder público que não disponibiliza serviços essenciais para a população, como saneamento, saúde e educação. Tudo isso contribui, sobremaneira, para aumentar a vulnerabilidade social dos jovens camponeses que deixaram o campo buscando um futuro melhor e encontram uma realidade desanimadora que retira deles o sonho de ter e dar melhores condições de vida para sua família.

Para romper com a precariedade do serviço público no meio rural, os jovens têm migrado para a cidade e têm contribuído para que o campo se torne um perímetro envelhecido, onde predomina idosos, como esclarece o ex-presidente do sindicato:

[...] aqui no município de Barreiras é a questão de ir e vir – na época que militei dentro do sindicato, o deslocamento a questão das estradas é muito difícil aqui para as comunidades rurais. A questão de água também é muito difícil, devido a degradação de ribeirão, de riachos e de rios. Mas hoje já vejo certa modificação, hoje uma certa dificuldade é com relação a migração de muitos jovens da área rural que vem para cidade, então, hoje o campo se torna um campo idoso – e isso desde quando militei dentro do sindicato já observava isso, via muitos jovens saindo da área rural vindo para cidade. E teve um “boom” da construção civil, em todos os municípios – “minha casa minha vida”, casas populares uma série de empreendimentos que foi criado nas pequenas, médias e grandes cidades e houve essa migração, entre outros serviços que foram oferecidos. E hoje está o retrato aí, o espelho que a gente observa que o “campo está idoso”, há uma dificuldade desses jovens permanecerem no campo - e para o retorno dessa juventude para o campo será muito difícil. Aqui no município nós começamos a fazer um levantamento e nas reuniões que fizemos só aparece pessoas idosas, pessoas que estão lá plantando três hectares, que já tem 50 anos – que já é uma pessoa de sessenta anos e são pessoas que não aguentam mais plantar nem 5 hectares e ele reduziu a produção porque não aguenta mais. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

O participante está falando de um novo esvaziamento no campo, um novo “êxodo rural” no município de Barreiras causado pela ausência de recursos materiais, financeiros e também pela alteração no regime de chuvas decorrente de vários fatores, como poluição

climática, ocupação irregular do solo e o predatório desmatamento ocasionado pela expansão da moderna agricultura. Nesse contexto, a reflexão de Stédile e Fernandes (2012, p. 19) esclarece que “[...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas”. Isso porque, tanto nos postos de trabalho da agricultura modernizada quanto na cidade, em nossos dias só há espaço para mão de obra qualificada. Dessa forma, o camponês que migrou para a zona urbana permanecerá à margem das riquezas produzidas neste país, ou seja, passa a experimentar uma vida muito mais degradante do que a vivida no campo.

Interessante sinalizar que, segundo Castro (2013, p. 439), associar a juventude ao problema da migração tem sido uma tendência de muitos estudiosos. Entretanto, essa é uma questão complexa que deve ser analisada em sua radicalidade, porque não se trata somente do desinteresse do jovem em dar continuidade ao trabalho camponês, mas sim sobre suas condições efetivas de fazer o enfrentamento ao capital que o pressiona e o expropria, além de não ter assistência financeira nem técnica para desenvolver a produção no campo. Então, vendo fechadas as possibilidades de produzir e se reproduzir no meio rural, os jovens migram buscando melhores condições de vida para si e sua família.

Ainda analisando a fala do ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, entende-se ser realmente difícil trazer os jovens novamente para o meio rural. Porém, isso não é uma tarefa impossível, pois carece de políticas públicas efetivas, entre elas a disponibilização de terras, de financiamento, formação técnica, construção de estradas, escolas, entre outros projetos que analisem o potencial produtivo da região e permitam que estes sujeitos vivam no e do campo tendo qualidade de vida.

Menciona-se ainda ser necessário um trabalho de resgate da identidade camponesa para que os jovens reencontrem suas raízes e desejem voltar a viver no meio rural, fortalecendo assim o campesinato e garantindo a continuidade de novas gerações de camponeses.

Indubitavelmente, são muitas as dificuldades que serão enfrentadas para que isso se torne uma realidade, mas é necessário resistir ao capital agrário, que impede a todo custo a perpetuação do campesinato. Levantando cercas e expandindo a moderna agricultura, esta tem ocasionado a desterritorialização dos camponeses, aumentando a sua vulnerabilidade social. No quadro abaixo, são apontadas as principais dificuldades dos camponeses.

Quadro 10 - Dificuldades enfrentadas pelos camponeses

Participantes	Lugar de onde fala
<i>As dificuldades que enfrentamos são os longos períodos de seca, pois não podemos plantar e a água, mesmo tendo um rio a água vem de poço artesiano e no período da seca a água fica escassa.</i>	Assentamento Ilha da Liberdade
<i>Sobreviver aqui é difícil, por isso muitos foram embora porque não tinham como se alimentar, muitos desistiram, só ficaram 22 famílias de assentados. Aqui nós enfrentamos muitas dificuldades para produzir, pois falta semente e a chuva está muito escassa.</i>	Assentamento Santa Rita I
<i>Não aguento mais a lida da roça devido à idade, os filhos foram obrigados a sair em busca de trabalho, pois não temos como produzir na terra devido à escassez de chuva.</i>	Assentamento Santa Rita II
<i>O transporte para sair ou entrar no assentamento, pois ando mais de 10 km até a BR 020 para pegar carona ou transporte vindo de outros municípios, tem que pegar água no rio, falta de escola para nossos filhos estudar, falta de condições para construir a casa.</i>	Assentamento Santa Rita II
<i>Não aguento mais trabalhar e não tenho condições de pagar para ajudar na produção agrícola na terra.</i>	Projeto Codevasf/Povoado Tatu
<i>As condições são poucas, a falta de chuvas e o medo de fazer empréstimo e não poder pagar caso perca a produção pela falta de chuva.</i>	Comunidade tradicional Barrocão de Baixo
<i>A escassez de chuva, pois vivemos da roça e isso nos faz muita falta.</i>	Comunidade tradicional Barrocão de Baixo

Fonte: Pesquisa de campo/Dados obtidos por meio de questionário em out. e nov. de 2017. (Elaboração da autora).

No caso específico, é preciso construir outro projeto de campo que garanta aos seus habitantes não somente a entrada na terra, mas também sua permanência com melhores condições de moradia e trabalho, além dos serviços essenciais, como educação, saúde, estradas, linhas de crédito menos burocráticas. Para que todos esses direitos essenciais sejam alcançados, é necessário realizar uma justa distribuição de terras. Stédile e Fernandes (2012, p. 147) fazem o seguinte esclarecimento: “[...] nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância”. Portanto, o rompimento dessas cercas significaria a desconcentração fundiária, assunto abordado no início deste trabalho. Este contribuiria para a redução ou completa extinção dos conflitos agrários no país, tema tratado no capítulo II.

A última cerca é a da ignorância, com discussão no capítulo III, que abordará o imbricamento entre luta por terra e educação empreendido pelos camponeses e movimentos sociais no âmbito nacional, estadual e municipal, visando à garantia de implantação da escola do campo para que esses sujeitos tenham acesso aos processos de escolarização.

CAPÍTULO III

HÁ TESOUROS ESCONDIDOS AO LONGO DO CAMINHO: o protagonismo camponês na luta por Educação do Campo

Este capítulo analisa se, ou como, os conflitos no campo contribuíram para a democratização do acesso à educação aos camponeses do município de Barreiras (BA). Para tanto, iniciou-se sua estruturação com uma releitura, mesmo que parcial, dos conflitos ocorridos no Brasil, na Bahia e em Barreiras (BA). Fez-se este recorte para evidenciar as memórias que envolveram tanto a negação desse direito como as lutas empreendidas por esses sujeitos. Nesse sentido é que esta dissertação entende a construção da categoria memória, segundo a afirmação de Le Goff (2003, p. 477): “[...] é na memória onde cresce a história, que a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e futuro”.

3.1 Memória coletiva dos conflitos por Educação do Campo no Brasil

Não vou sair do campo
 Pra poder ir pra escola
 Educação do campo
 É direito e não esmola
 O povo camponês
 O homem e a mulher
 O negro quilombola
 Com seu canto de afoxé
 Ticuna, Caeté
 Castanheiros, seringueiros
 Pescadores e posseiros
 Nesta luta estão de pé
 Cultura e produção
 Sujeitos da cultura
 A nossa agricultura
 Pro bem da população
 Construir uma nação
 Construir soberania
 Pra viver o novo dia
 Com mais humanização
 Quem vive da floresta
 Dos rios e dos mares
 De todos os lugares
 Onde o sol faz uma fresta
 Quem a sua força empresta

Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa

*(Não vou sair do Campo:
Composição Gilvan dos Santos)*

A mística da música “não vou sair do campo, pra poder ir pra escola, Educação do Campo é direito e não esmola” deu início à jornada acerca das lutas empreendidas pelos camponeses e os movimentos sociais para que seja garantido o direito a esta modalidade de educação. Foi desse movimento que nasceu a “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia, em 1998 (CALDART, 2004, p. 13), que foi idealizada durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997. Essa conferência reafirmou que o campo existe e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo para quem vive nele e denunciar os graves problemas que acometem a educação do campo, como falta de escola e de infraestrutura, dentre outros (CALDART, 2002, p.11-12).

Dessas reivindicações foram formuladas as determinações do artigo 28 da LDBEN/1996 e, a partir delas, promulgadas as Diretrizes Operacionais (Parecer n.º 36/2001 e Resolução n.º 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), que, segundo Molina e Sá (2012, p. 326), demarcam a diferenciação entre Escola do Campo e Escola Rural. Evidencia-se assim que a Educação do Campo atende ao conjunto de sujeitos que vive e trabalha no campo e que, portanto, deve ter um projeto educativo que atenda às demandas dos camponeses e camponesas, permitindo-lhes acesso ao saber sistematizado e vivência à sua cultura e seus saberes.

Entre as ações de luta pela educação para os povos do campo, merece destaque a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, visto que esta reconhece a necessidade de ampliar a luta de modo a garantir não somente a educação básica, que compreende ensino fundamental e médio, mas assegurar o acesso ao ensino superior, suprimindo, desse modo, o termo básico que fazia parte da I Conferência. Além desse avanço, ocorreu também, durante esse evento, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) vinculada ao Ministério de Educação (MEC). Concomitante a isso foram construídas muitas propostas de políticas públicas para a Educação do Campo.

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), estruturado pelo Decreto n.º 7.352/2010, constitui-se um conjunto de ações voltado ao acesso e à permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo

(SECAD/2013). Destaca-se que, por meio da luta, a educação dos trabalhadores teve o reconhecimento e eles ganharam o direito de serem educados no lugar onde moram, pelo fortalecimento da ideia de educação do/no campo.

Mesmo sinalizando essas conquistas, fruto de muita luta social, faz-se necessário retomar a história e mencionar que, durante muito tempo, os camponeses foram alijados de seu direito à educação, além de constatar o secular desinteresse do Estado e da oligarquia agrária em oferecer escolarização para os moradores do campo. Estes são formados, majoritariamente, por antigos escravos, mestiços ou imigrantes que vieram, em sua maioria, para trabalhar e desenvolver a agricultura por meio da introdução de novas técnicas agrícolas.

Como esses sujeitos tinham um restrito poder político e organizativo e, portanto, não interferiam nos rumos das ações do Estado, negou-se o direito de acesso à educação aos povos do campo. As elites hegemônicas no controle deste Estado sabiam que não era vantajoso escolarizá-los.

Essa situação perdurou até a década de 1940 quando o governo brasileiro, buscando atender à exigência de países desenvolvidos, necessitou reduzir as taxas de analfabetismo, tanto no campo quanto na cidade, para obtenção de empréstimos, o que lhe permitiria transformar o país em uma nação desenvolvida.

A partir desse ideário, inicia-se a Educação Rural, que tem como alicerce uma proposta educacional totalmente desvinculada da realidade camponesa. Buscava-se, assim, uma escolarização mínima que não tinha como intuito emancipar os sujeitos, mas sim formar mão de obra para atuar nas indústrias das cidades. Desse modo, a Educação Rural, inicialmente, não promovia o enraizamento e sim a migração campo-cidade.

É imperioso mencionar que ocorreram mudanças nos objetivos da Educação Rural quando, no ano de 1946, criou-se o Decreto-Lei n.º 9613/1946, que propôs um ensino voltado para técnicas agrícolas, tendo como principal objetivo a preparação de mão de obra camponesa. Anteriormente, o propósito era formar um exército de mão de obra para atuar na cidade e não no campo.

Esse decreto estabeleceu, em seu Art. 1º, “[...] as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”. Foram criados, no Ministério da Agricultura, projetos de educação e saúde para a escolarização do camponês. Como resultado desta política educacional, encontrou-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, permanecendo até 1963, visando à “[...] transformação social e ao desenvolvimento do país” (FREITAS, 2009, p. 213).

O projeto de educação pensado para o campo, naquele momento, não buscava a emancipação nem a transformação das condições sociais dos camponeses, porque se pautava somente em interesses econômicos, estando diretamente atrelado ao capital internacional e voltava-se tão somente ao preparo da mão de obra. A esse respeito, Calazans (1993, p. 2) destacou:

A “educação rural” sob o patrocínio de programas norte-americanos tomou um grande impulso a partir do funcionamento da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). “O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo [...]. Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar ‘restrita’ ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura [...]”

A aspiração desse programa era fazer do camponês um típico “fazendeiro americano”, mas não obteve êxito por partir de uma realidade descontextualizada. Isso aconteceu também porque a agricultura brasileira era, até então, considerada rudimentar, se comparada à realidade dos países americanos que já haviam incorporado as máquinas na zona rural. Porém, Martins (2013, p. 142) afirma que “[...] grandes proprietários, no Brasil, já eram modernos no momento da transição para o trabalho livre [...]”, mesmo não dispondo de técnicas modernas.

Em 1947, o governo brasileiro iniciou o movimento de educação popular por meio da Campanha de Educação de Adultos para diminuir os índices de analfabetismo e assim obter créditos financeiros do capital estrangeiro. Nele figuraria a experiência das missões rurais de educação, que pretendia habilitar as pessoas para assinarem seu nome, passando para a condição de alfabetizados e, conseqüentemente, podendo votar, já que no Brasil os analfabetos não tinham direito ao voto.

Para diminuir as estatísticas negativas de escolarização no Brasil, foi criado o Decreto n.º 53.465⁷, de 21 de janeiro de 1964, que regulamentou o “Programa Nacional de Alfabetização

⁷ Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire através do Ministério da Educação e Cultura. Art. 2º Para execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do artigo anterior, o Ministro da Educação e Cultura constituirá uma Comissão Especial e tomará todas as providências necessárias. Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura escolherá duas áreas no Território Nacional para início da operação do Programa de que trata o presente Decreto. Art. 4º A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de: agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis. Art. 5º São considerados relevantes os serviços prestados à campanha de alfabetização em massa realizada pelo Programa Nacional de Alfabetização. Art. 6º A execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização ficarão a cargo da Comissão Especial de que trata o Artigo 2º. Parágrafo único. O Ministro da Educação e Cultura expedirá, em tempo oportuno, portarias contendo o regulamento e instruções para funcionamento da Comissão, bem como para desenvolvimento do Programa. Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 21 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

do Ministério da Educação e Cultura”, lançado, segundo Silva (2000, p. 19), no “I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de 1963 – Recife (PE)”.

Este programa se apoiou no método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire, baseado nas “palavras geradoras” surgidas da combinação de elementos básicos que propiciava a formação de outras palavras extraídas do contexto no qual os estudantes estavam inseridos, levando a “problematizar sua condição de oprimido”. Buscava-se, assim, romper com a fragmentação do conhecimento que contrapunha a “educação bancária”, na qual o conteúdo era algo pronto e acabado (FREIRE, 1987, p. 6).

A proposta educacional pretendia formar o ser humano em sua totalidade, desenvolvendo no estudante a criticidade e a autonomia na percepção de sua condição de oprimido e, ao mesmo tempo, ajudá-lo a lutar pela sua libertação. Entretanto, com o “Golpe Militar” foi interrompida a proposta de “[...] educação como prática libertadora [...]” (FREIRE, 1987, p. 21). Em um clima de repressão ideológica e política, foi instaurada a coerção social, perseguição, exílio, prisões e mortes de todos aqueles contrários ao projeto ditatorial do governo militar.

Naquele ano de 1964, o direito à educação da população pobre, principalmente no campo, permanecia sem muita alteração, ou seja, negligenciada pelo Estado. A ditadura militar, ao mesmo tempo em que usava a força e a repressão no campo político e social, também investia em propaganda como um mecanismo de inculcação ideológica. Contudo, foi nessa atmosfera de terror que nasceu a resistência em defesa de uma educação gratuita e laica para a população brasileira, por meio de “[...] fortes mobilizações sociais, coordenadas por movimentos pela redemocratização [...]” (PIETRAFESA, 2016, p. 120).

O governo militar desenvolveu várias campanhas de alfabetização, como a Cruzada da Ação Básica Cristã (ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (MENEZES; SANTOS, 2001, s.p.). Naquele ensino, eram utilizados métodos tradicionais, porém, só produziram uma outra categoria conhecida em nossos dias como analfabetos funcionais, que eram incapazes de entender o que liam e escreviam. A este respeito, Freire (1987, p. 56) mencionou que “[...] não tinha sentido ensinar ao nosso povo um puro bê-á-bá. Quando aprendemos a ler e a escrever, o importante é aprender também a pensar certo”.

Em 1980, foi criado o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais (PRONASCEC/RURAL) e o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR), ambos destinados a solucionar o problema do analfabetismo da população do campo. Segundo Leite (1999, p. 51),

Esse projeto tentou viabilizar novos conceitos sobre educação no meio rural, produzindo veemente crítica aos currículos urbanos introduzido na zona rural e, a partir daí, criar “autonomia” pedagógica de modo a valorizar o trabalho de professores e alunos, enfatizando a realidade campesina.

O objetivo desse programa era oferecer uma educação vinculada ao contexto e cultura dos educandos, ou seja, uma proposta educativa específica para o meio rural. Mesmo tendo avançado na educação oferecida aos povos do campo, esse programa não sofreu modificações até na metade dos anos 1980, quando ocorreram mobilizações populares em prol do direito e acesso à educação pública e laica, independentemente da posição social e do local onde viviam. É nesse contexto que ocorre o fim da ditadura militar e com ele a extinção do Mobral, campanha de alfabetização idealizada pelo governo militar, que visava erradicar o analfabetismo no Brasil.

Com a redemocratização e o fim do regime militar, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), de inspiração humanista e garantidora de direitos, institui o Estado Democrático de Direito com o objetivo de garantir o exercício dos direitos quer sociais, individuais, garantir a liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça. Em seu primeiro artigo, ficam claros os direitos destinados ao cidadão:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I- A soberania; II- a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

A Constituição de 1988 possibilita a participação dos sujeitos na elaboração de políticas públicas, incluindo a educação, e traz um marco significativo para a qualidade da educação, visto que seu artigo 205 estabelece:

Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Buscando concretizar um projeto de educação à luz dos artigos 208 e 210 da Carta Magna de 1988, e inspirada de alguma forma numa concepção de mundo rural como espaço específico, diferenciado e, ao mesmo tempo, integrado ao conjunto da sociedade, a LDBEN 9394/1996 estabelece que:

Art. 28. “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente. I-conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III-adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Embora haja a necessidade de se considerar que o texto final da LDBEN n.º 9394/1996 tenha sido fruto do arranjo entre coalizões de interesses (TEIXEIRA, 2002), em acordo estabelecido com o governo neoliberal, em muito ele se distanciou das reivindicações dos movimentos sociais. Nesse sentido, o legislador inovou ao submeter o processo de adaptação, adequação. Reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, mas sem recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país.

Nesse sentido, é do texto da LDBEN n.º 9394/1996, artigo 26, a concepção de uma base nacional comum e de uma formação básica do cidadão que contemple as especificidades regionais e locais:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Além disso, se os incisos I e II do artigo 28 da LDBEN n.º 9394/1996 forem devidamente valorizados, poder-se-ia concluir que o texto legal recomenda levar em conta as finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizagem dos estudantes e a cultura específica do campo.

Assim, buscando oferecer uma educação que incorporasse o artigo 28 da Lei supracitada, mas que fosse além de suas determinações, vinculando educação, trabalho e vida no campo, que desse aos sujeitos a oportunidade de viver em áreas rurais com acesso a serviços públicos e maior qualidade de vida, é que ocorreu a mobilização do MST, da CNBB, da UnB, da Unesco e do Unicef. Para tanto, foi realizada em 1998, na cidade de Luziânia (GO), a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo (CALDART, 2004, p. 13). Esse evento foi bastante significativo, conforme Vendramini (2007, p. 3):

Essa primeira Conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: *Educação do Campo* e não mais educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Essa mobilização buscou superar a educação rural por meio da implementação da Educação do Campo, passando a ser foco de pesquisa e formulação de políticas públicas para reparar o atraso histórico que lhe foi imposto. Para Arroyo (2004, p. 6), “[...] falar em política pública da educação do campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo, novas bases capazes de alicerçar o que o velho tratamento nunca garantiu”. Nesse sentido, a Educação do Campo não deve ser encarada pelos governantes como um fardo, como extensão da educação urbana, mas como educação que precisa de investimentos e propostas educativas que considerem a especificidade da diversidade camponesa.

É preciso superar, ainda, a imagem de escola do campo com estrutura física precária, de professores sem formação adequada para o ensino, de conteúdos e sujeitos descontextualizados de sua história e de seus modos de vida e trabalho. Portanto, que se cumpra o já estabelecido no artigo 28 da LDBEN n.º 9394/1996 e nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo como um documento norteador da identidade camponesa, da organização escolar, do currículo, da formação de professores, entre outras determinações relevantes a este segmento educacional. As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo representam um avanço no equacionamento para a Educação do Campo por se tratar da normatização de um ensino vinculado às demandas dos educandos camponeses, conforme é esclarecido em seu artigo 2º, parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2003, p. 22).

Esse artigo indica a necessidade de se vincular a educação do campo aos traços histórico-culturais, respeitando os diferentes povos, sendo preciso, assim, que a escola trabalhe os conteúdos específicos que contribuam para a formação de homens, mulheres e crianças do campo, permitindo-lhes valorizar as matrizes políticas, sociais e culturais. Para isso, é necessário cumprir o disposto no artigo 3º das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, que afirma:

O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a

universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2003, p. 22).

O artigo deixa claro que os educandos do campo são sujeitos de direitos e que, independente do perímetro onde estejam inseridos, estes devem ter acesso à escolarização. Em decorrência disso, a Educação do Campo é então incorporada aos cursos de formação de professores em nível de graduação e especialização *lato sensu* e *stricto sensu*. A partir daí, começou a ser formado um coletivo de educadores capaz de materializar a proposta educativa da Educação do/no campo.

Destarte, a formação docente é pilar essencial para a formação humana. A este respeito, Caldart (2004, p.148) mencionou que “[...] construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo”. Certamente, os educadores forjados na própria luta pela Educação do Campo seriam o ideal, tendo em vista que estes sujeitos, por pertencerem ao campo, são sabedores de suas tradições, cultura e demandas e poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Considera-se, ainda, que a autora não determinou que não possa haver outros educadores nessas escolas, porém, os professores vinculados ao campo teriam mais condições de formular e trabalhar com uma proposta educacional que contemplasse as demandas educativas dos estudantes da zona rural.

Nesse sentido, Caldart (2004) aponta para a necessidade de formar docentes que vivam no campo, pois eles conhecem as demandas dos camponeses e poderão ajudar a criar um sistema de educação vinculado ao meio rural, que evite o estímulo à migração campo-cidade.

Importante salientar que, independentemente de serem oriundos do campo ou da cidade, os docentes que irão trabalhar em escolas no/do campo necessitam receber, segundo Arroyo (2007, p.163), “formação colada ao território, à terra, à cultura e tradição do campo”. Dito de outro modo, o docente precisa conhecer o contexto, seus sujeitos e as matrizes camponesas onde irão atuar para, a partir disso, construir uma prática pedagógica socialmente referenciada, que não reforce processos de discriminação e visões negativas do meio rural. Acredita-se, dessa maneira, que é preciso ter certa identificação com o campo, querer trabalhar com a Educação do Campo e não assumir essa função por falta de escolha.

Essa visão de Educação do Campo foi reafirmada na II Conferência por uma Educação do Campo, ocorrida em Luziânia, em 2004, na qual o MST, ONGs, educadores/ trabalhadores do campo e universidades reivindicaram a educação do/no campo que articulasse os conhecimentos da vida com os escolares, propondo trabalhar a materialidade rural, os traços histórico-culturais dessa população para constituição de sujeitos emancipados, politizados,

capazes de lutar contra a lógica desta sociedade capitalista e excludente que vê a terra e as pessoas simplesmente como “[...] produção de mercadoria e produção da mais-valia [...]” (OLIVEIRA, 1990, p. 30).

Mesmo este espaço se encontrando em movimento, a Educação do Campo no Brasil tem sido caracterizada por avanços e retrocessos. Segundo o Inep/Censo Escolar/2017, cerca de “[...] 35.319 mil escolas do campo [...]” foram fechadas. Assim, para coibir esse processo, foi criada a Lei n.º 12.960/2014, que alterou a redação do artigo 28⁸ da LDBEN n.º 9394/1996. A aprovação dessa lei representa uma conquista, pois propõe a manifestação da comunidade como um dos critérios a serem analisados no processo de fechamento da escola. Em outros termos, se estabelece o diálogo entre comunidade e gestão municipal, gerando a possibilidade de reverter a decisão de fechamento das escolas.

Contudo, considerando os dados supracitados, infere-se que a Lei n.º 12.960/2014 não tem cumprido seu objetivo, haja vista que o processo de fechamento das escolas do campo avança absurdamente, cabendo, assim, uma crítica que somente a determinação legal não tem conseguido coibir o fechamento das escolas. Portanto, são necessárias ações mais radicais por parte tanto da comunidade, como dos movimentos sociais do campo, quanto dos defensores da Educação do Campo. Ainda é necessário criar estratégias de enfrentamento ao fechamento das escolas do campo, porque isso representa um retrocesso a uma conquista histórica dos povos do campo. Negar às populações do campo o acesso à educação é inadmissível e humanamente cruel.

Além do fechamento direto de escolas, outra estratégia adotada pelas gestões dos municípios é a política de nucleação, que tem dificultado o acesso de muitos estudantes ao processo de escolarização. Em virtude disso, cabe uma problematização maior: como é possível alcançar a meta nove do Plano Nacional de Educação-PNE? Isso porque essa meta determina “[...] a elevação da taxa de alfabetização da população de 15 ou mais para 93,5% e erradicação do analfabetismo absoluto e redução da taxa de analfabetismo funcional”. Segundo indicadores do PNE, a taxa de analfabetos funcionais é de 16,8%, distribuídos entre campo e cidade. Levando em conta que o campo detém os maiores índices de analfabetismo, pode-se inferir que o fechamento e a nucleação de escolas nesse perímetro dificultarão o cumprimento dessa meta.

¹ Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei n.º 12.960, de 2014)

3.2. Tecendo fios de memórias: percurso dos conflitos por Educação do Campo na Bahia

Este item buscou identificar qual foi o papel desempenhado pelos camponeses e pelos movimentos sociais em relação aos conflitos por educação do campo no estado da Bahia, que é o quinto maior em área territorial do Brasil, tendo 417 municípios e “568 projetos de assentamentos” de reforma agrária (INCRA, 2017). Diante disso, este estudo traz os dados referentes à criação de projetos de assentamentos nos 16 municípios da Mesorregião Extremo Oeste da Bahia (MOB) e das escolas existentes nesses PAs.

Pretende-se, com este estudo, saber se houve reivindicação dos assentados e dos movimentos sociais na criação e implementação das escolas nesses projetos de assentamentos de reforma agrária.

A Educação do Campo na Bahia, assim como em todo o território brasileiro, nasceu das lutas dos movimentos sociais e sindicais ou mobilizações dos próprios camponeses por meio de grupos compostos pelos pais e suas associações de moradores. Estes reivindicaram a efetivação das políticas educacionais que lhes garantissem o acesso à escola. Todavia, as mudanças na forma de pensar uma educação feita *no*, mas também *do*, campo nasce juntamente com o MST, ao vislumbrar que não basta só ocupar o latifúndio, mas também é preciso educar os ocupantes dessas terras, passando a lutar ainda por educação e demais direitos essenciais para se ter melhores condições de vida no campo.

Neste sentido, Caldart (2004, p. 28) menciona que

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita, sim, por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação desse traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os, ou ainda menos, pelos sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

Nas reflexões de Caldart (2004), fica evidenciado que os conflitos pela implementação da escola do campo não são um fato isolado. São tensões que estão atreladas a um projeto de campo menos cruel, em que os camponeses sejam sujeitos de direitos, que tenham liberdade para criar os mecanismos de libertação da opressão, sendo a educação um instrumento capaz de arrancar o opressor que vive dentro de cada oprimido (FREIRE, 1987). Nesse emaranhado

de contradições econômicas, políticas e sociais, desenha-se o tipo de educação que os camponeses e o MST julgam apropriado para o campo.

É por meio desse movimento que as políticas públicas de Educação do Campo foram formuladas e implementadas. Segundo Taffarel e Molina (2012, p. 573-574), são elas: “[...] o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Residência Agrária, Licenciatura em Educação do Campo, entre outras, todas elas resultado de longos processos de negociação e disputa com o Estado”. Em outros termos, foi devido às disputas constantes do MST com o Estado que a gestão pública cede e passa a oferecer a educação básica e também superior aos povos do campo.

Mesmo obtendo algumas conquistas, é preciso ter, segundo Taffarel e Molina (2012, p. 575), “[...] vigilância constante e resistência a inúmeros ataques das diferentes frentes: dos latifundiários, dos capitalistas monopolistas, do agronegócio, da mídia capitalista e de setores do Estado”. Os ataques visam coibir a elevação da consciência crítica dos povos do campo que, através da Educação do Campo, tem conseguido acessar conhecimentos científicos e obtido formação crítica que os instrumentaliza a fazer enfrentamentos às investidas do capital agrário, que intui expropriar os camponeses e assim monopolizar o meio rural.

Tentando evitar que os camponeses aumentem sua resistência e lutem pela democratização do acesso à terra é que o agronegócio pressiona os movimentos sociais usando a violência física ou psicológica para os camponeses venderem suas terras, contribuindo para o aumento do esvaziamento do campo e o agravamento dos problemas urbanos. Isso porque, segundo Pietrafesa (2016, p. 135), “[...] esvazia-se o campo, povoando-se as cidades em condições de precarização, violência e desemprego. Essa situação vivenciada reporta-nos à ideia de ‘favelização’ tão comum à cidade”.

O baixo número de estudantes ocasionaria diretamente o fechamento de escolas. Quando não consegue estimular o fechamento de escolas do campo, o agronegócio adentra esse espaço visando que esta instituição trabalhe a seu favor. Segundo Menezes Neto (2011, p. 31),

A educação para o campo, vista sob a ótica do agronegócio, realmente é uma educação proposta para a formação da força de trabalho e para inculcar ideologias, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes.

A partir da citação, constata-se que a educação na lógica do capitalista teria somente o propósito de formação de mão de obra, não visando, portanto, à formação humana. Para ele, não é interessante a criticidade, haja vista que esta dificultaria a efetivação do projeto econômico e social de exploração da natureza e dos seres humanos.

Para continuar exercendo sua hegemonia, o capital precisa controlar o projeto educativo das escolas situadas no campo para fazê-las trabalhar a seu favor. Tal interesse coloca em estado de alerta os camponeses, evidenciando ser preciso continuar lutando para não se perder os direitos duramente conquistados. Deve-se reafirmar a tríade da Educação do Campo (campo-políticas públicas-educação), articulando a luta por terra, por educação e por direitos negados, e impedindo que o agronegócio se aproprie da Educação do Campo, pois o capitalista visa esvaziar suas matrizes e retirar dos camponeses a chance de construir outro projeto de campo.

O agronegócio pretende retirar da Educação do Campo a perspectiva contra-hegemônica que lhe deu origem, pois entende que esse tipo de educação pode levar à emancipação e à transformação social. Para evitar a elevação dos níveis de consciência dos militantes sociais, o capital tem buscado controlar o projeto educativo das escolas do campo e quando não consegue investe na expropriação dos estudantes, pois sabe que isso leva ao esvaziamento do campo e ao fechamento ou total ausência de escolas.

Fazendo a contra-hegemonia é que os militantes sociais lutam pela implementação de escolas dentro dos acampamentos e assentamentos, de modo a garantir imbricamento entre a luta por terra e por educação, com uma escola que permita aos educandos terem acesso aos saberes historicamente construídos e terem formação para a luta social. Dito isso, foram expostos, no quadro 11, os projetos de assentamentos da MOB e o quantitativo de escolas implementadas a partir do protagonismo dos assentados, dos movimentos sociais, sindicais e religiosos nos municípios dessa mesorregião que possuem PAs de reforma agrária.

Quadro 11 - Municípios da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia que possuem projetos de assentamentos de reforma agrária, conforme dados oficiais do Incra

Nº	Municípios	Nº de PA	Nº de escolas
01	Angical	01	07
02	Barreiras	05	02
03	Coribe	05	-
04	Correntina	01	-
05	Cotegipe	03	02
06	Formosa do Rio Preto	01	02
07	Luís Eduardo Magalhães	01	01
08	Mansidão	02	01
09	Riachão das Neves	04	05
10	Santana	01	01
11	Santa Rita de Cássia	06	02
12	São Desidério	05	-
13	São Félix do Coribe	02	-
14	Serra Dourada	01	01
15	Taboca do Brejo Velho	01	-

16	Wanderley	02	02
Total:		41	21

Fonte: Incra/2017; Secretaria de Educação do Municípios/2018. (Elaboração da autora).

Desse modo, no PA Angical I, criado em 26 de maio de 1986, com a capacidade para 996 famílias, atualmente estão assentadas 922 (SIPRA- INCRA, 2017). Quando foi criado o primeiro projeto de assentamento de reforma agrária do estado da Bahia, precisamente na região oeste, ainda sopravam os ventos da ditadura militar e a vigência do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). É nesse contexto de grande movimentação das lutas sociais que surgiram as disputas pelo acesso e uso da terra. Entre os apoiadores e movimentos sociais que estiveram na linha de frente para a implementação do projeto de reforma agrária Angical I, estavam “[...] o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras e Angical, a Comissão Pastoral da Terra e Comissão de Direitos Humanos de Barreiras” (ARAÚJO, 2005, p. 128). As famílias assentadas estão distribuídas em uma área de 54000ha, dividida em sete vilas.

No que pese à oferta da educação, a partir de dados informados pela Secretaria Municipal de Educação, chegaram a funcionar sete escolas neste PA, que ofereciam desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e uma Escola Família Agrícola (EFA) para o atendimento educacional do Ensino Médio das localidades de Benfica, Cágados, Gameleira, Junco I e II, Ouriçangas, Santa Luzia, que fazem parte da área do assentamento, e também demais comunidades rurais ao seu redor. Essa educação é desenvolvida por meio do sistema de “alternância”, o que significa um grande avanço no campo educacional, devido ao protagonismo de luta dos movimentos sociais para conquista do direito à educação do camponês.

A partir da luta encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras e Angical e religiosos, liderados pelo padre Geraldo e pelo bispo Dom Ricardo da Diocese de Barreiras, criou-se, em 1990, a Escola Família Agrícola do município de Angical, para atender à grande demanda de estudantes camponeses fora da escola. Segundo Araújo (2005, p. 142), “[...] os documentos da escola referem-se à ausência de uma política educacional em todos os níveis (Federal, Estadual e Municipal), voltadas para os jovens do campo, dando-lhes condições de estudar sem retirá-los do meio em que vivem [...]”.

Já no município de Cotegipe existem três projetos, a saber: Rio Grande I, criado em 31 de dezembro de 1996, possui área de 7,536,50km² e capacidade para 180 famílias, estando assentadas 178 atualmente; a criação do São Francisco de Assis data de 21 de janeiro de 2003, corresponde a um área de 7.86800ha², com 186 famílias assentadas em todo o perímetro; o Rio

Grande II foi instituído no dia 20 de junho de 2005, compreende uma área de 1.861,36ha, comporta 32 famílias e todas se encontram assentadas.

Conforme informação da secretaria de Educação, existem duas escolas nos PAs, uma no Rio Grande I e outra no São Francisco de Assis. Essas instituições são mantidas pela gestão municipal para o atendimento educacional dos filhos dos assentados. Quanto à unidade escolar do Rio Grande II, esta foi nucleada e os estudantes foram transferidos para o Distrito de Jupaguá.

Essas escolas foram criadas a partir das reivindicações dos próprios assentados e suas associações de moradores, por meio de doação de terrenos para construção das escolas ou cedendo espaços já construídos para o funcionamento delas. Sendo assim, as escolas que funcionam até o momento do recolhimento dos dados foram criadas por meio de parceria entre as associações de moradores, lideranças religiosas, Agência 10envolvimento/Diocese de Barreiras. Observa-se que, do contexto das reivindicações dos assentados pela implantação de escolas, mesmo que em espaços improvisados, existem anseios da comunidade pela construção de instituições escolares com estrutura física mais adequada. Assim, a partir das ações coletivas desses sujeitos, em 2017 começou a ser construída uma escola modelo do PA Rio Grande II, totalmente financiada por meio de verba federal.

Ainda tratando dos PAs, segundo dados oficiais do Incra há somente um projeto de assentamento em Formosa do Rio Preto. O PA Nova Terra foi criado em 16 de dezembro de 2002, com uma área de 4.980,78ha e capacidade para 51 famílias, tendo sido assentadas até o atual momento 50. Durante o recolhimento de informações sobre criação de escolas em áreas de assentamento, detectou-se a existência do PA Novo Horizonte, que não se encontra registrado nos dados do Incra/2017.

De acordo com informações da secretaria de Educação, em cada um dos PAs funciona uma escola que atende aos estudantes do Ensino Fundamental I e II. Os dados informados evidenciaram que todas elas foram implantadas a partir de exigências dos assentados, pois, antes de existir escolas dentro dos assentamentos, os educandos enfrentavam muitas dificuldades em transporte escolar para estudar na cidade. Identificou-se ainda que as crianças desses PAs iniciam o processo de escolarização aos quatro anos na educação infantil, que funciona em classes multisseriadas.

Já no município de Luís Eduardo há o projeto de assentamento Rio de Ondas, criado em 30 de dezembro de 1996, em uma área de 12.500,00ha e capacidade para 300 famílias, sendo assentadas até o ano vigente 242, conforme registro de cadastro do Incra/2017. Os

assentados estão distribuídos em quatro vilas, e uma delas encontra-se em área do município de Barreiras.

O atendimento educacional das crianças e adolescentes do assentamento localiza-se na Vila I. A escola Municipal Henrique de Freitas Moreira foi criada antes da emancipação política do município, por meio da reivindicação de uma comissão de moradores junto ao gestor municipal da época, para a garantia do ensino para os filhos de assentados do PA Rio de Ondas, distribuídos nas vilas I, II, III e IV, que se encontravam fora da escola. No início da implantação dessa instituição no assentamento, as aulas eram ministradas em galpões e casas disponibilizadas pelos moradores. A unidade escolar atende à Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ⁹Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC), conforme o projeto político-pedagógico.

A respeito do Emitec, considera-se salutar mencionar que esse modelo está em desacordo ao movimento “Por uma Educação do Campo”, pois estabelece que a educação seja do e no campo, devendo ter vínculo com o contexto. Desse modo, um ensino com intermediação tecnológica não permite articulação dos conteúdos científicos com os saberes de tradição, não oportuniza a participação dos educandos na construção de seu projeto educativo, não permite a dialogicidade entre estudantes, o corpo escolar e a comunidade. Não oportuniza a relação da teoria com a prática, enfim, é uma educação totalmente tecnicista e mecânica que não proporciona a humanização e a emancipação dos sujeitos. Ao contrário, permite somente a aquisição de conteúdos mínimos para a sua escolarização e não propõe a educação em sentido amplo para os povos do campo.

Já no município de Mansidão existem dois projetos de assentamentos, o Nova Esplanada I, criado em 9 de dezembro de 2004, em uma área que corresponde a 9,964,72ha e capacidade para 159 famílias, encontrando-se assentadas 148; e o PA Nova Esplanada Capefe, fundado em 14 de dezembro do mesmo ano, com área de 9.715,24 e capacidade para 161 famílias, mas atualmente estão assentadas 136 (SIPRA-INCRA, 2017; GEOGRAFAR, 2015).

Os estudantes desses projetos de assentamentos recebiam o atendimento educacional em outra comunidade do campo, mas, devido ao número de educandos, a escola foi transferida para dentro do PA, de forma a evitar o deslocamento. Essa iniciativa parte dos próprios

⁹ O Ensino Médio com Intermediação Tecnológica é uma oferta estruturante da Secretaria da Educação da Bahia que faz uso de uma rede de serviços de comunicação multimídia que integra dados, voz e imagem, constituindo-se uma alternativa pedagógica para atender aos jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso) em relação a centros de ensino e aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio. Também atende localidades que tenham deficiência em profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. O Emitec prevê atendimento a todas as localidades dos municípios da circunscrição dos 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE). Este curso tem carga horária total de 3.000 horas/aula, distribuídas em três anos, nos turnos matutino, vespertino e noturno (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA, 2017).

assentados, que reivindicam do poder público o direito de seus filhos serem educados no lugar onde moram, sendo esta uma dimensão política do movimento “[...] já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola, e de preferência que não seja uma escola qualquer [...]” (CALDART, 2004, p. 226).

Observa-se, ainda, que a garantia da escola dentro do PA significa uma grande conquista para essas famílias, que conseguiram trazer a escola até seus filhos, diferente do que tem acontecido no campo de muitos municípios da Bahia, onde as crianças vão ao encontro da escola na cidade ou em outras comunidades rurais.

No município de Riachão das Neves, conforme dados do SIPRA-INCRA/2017, existem quatro projetos de assentamentos de reforma agrária. O primeiro deles é PA Rio Branco, fundado em 20 de novembro de 2000, possui capacidade para 250 famílias, distribuídas em uma área de 7.952,13ha, mas atualmente encontram-se assentadas 243; o PA Carlota foi criado em 2 de agosto de 2004 para o assentamento de 75 famílias, em uma área de 2.449,96ha, encontrando-se assentadas 74; a criação do PA Castelo ocorreu em 28 de dezembro de 2000, sua área é de 3.899,34ha, com capacidade para 60 famílias, atualmente vivem nesse espaço o quantitativo de 58; o PA Dom Ricardo, constituído em 14 de setembro de 2010, sua área corresponde a 12.681,48ha, no momento moram 175 famílias, mas possui capacidade para 182.

Em todos os projetos de assentamentos existem escolas, conforme a secretaria de Educação. As unidades escolares Demóstenes Torres, Duque de Caxias I e Castelo foram construídas pela gestão municipal. E as escolas Carlota e Dom Ricardo resultam das reivindicações dos assentados, por meio de suas associações de moradores, do MST e da Igreja, que construíram com recursos próprios ou doações de apoiadores locais. Quanto à manutenção do espaço escolar, recursos pedagógicos, administrativos e humanos, estes são custeados pela gestão municipal.

Já no município de Santana, os registros do cadastro Incra/2017 indicam a existência de um único projeto de assentamento, que é o PA Jacarandá, criado em 30 de dezembro de 1998, dispõe de uma área de 8,175ha, com capacidade para 249 famílias, encontrando-se assentadas 246.

Constatou-se, nesse PA, a existência de uma escola/anexo para garantia do atendimento educacional da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Quanto ao vínculo dos professores com a escola, segundo o informante da secretaria, uma parte deles é composta por assentados e mora na comunidade, mesmo ainda não sendo o ideal, mas já se aproxima dos princípios pedagógicos do MST, quando “[...] propõem vínculos que significam a possibilidade de a escola sair de si mesma [...]” (CALDART, 2014, p. 282).

No município de Santa Rita de Cássia, foram implementados seis projetos de assentamentos. O PA Senhor do Bonfim, criado em 3 de dezembro de 1987, dispõe de uma área de 21.700ha, com capacidade para 200 famílias, sendo que esse total encontra-se assentado em seus respectivos lotes; o PA Antônio Conselheiro II foi criado no dia 30 de março de 2000, sua área corresponde a 13.217ha, comporta 300 famílias, mas se encontram assentadas oficialmente 294, segundo registros do SIPRA-INCRA/2017; o PA Arco Verde, criado em 2 de agosto de 2004, com área de 3.755,60ha, garantiu o acesso à terra para 60 famílias, porém, encontram-se 58 assentadas; já o PA Faz. Reunidas Esplanada foi instituído em 23 de agosto de 2006, com capacidade para 63 famílias, distribuídas em uma área de 4.297,48ha, mas atualmente estão assentadas 60 (SIPRA-INCRA/2017).

Em 2005, foram implantados dois PAs de reforma agrária nesse município. O Primavera Capefe possui uma extensão de 9.198,02ha para abrigar um quantitativo de 129 famílias, encontrando-se assentadas 127, conforme dados do Incra/2017; e o PA Beira Rio, que dispõe de uma área de 9.877,01ha e capacidade para 129 famílias, contendo até 2017, conforme cadastro do SIPRA-INCRA/2017, 126 famílias assentadas.

De acordo com a secretaria de Educação do município, o atendimento educacional das crianças, jovens e adultos acontece em escolas dentro desses PAs: no Antônio Conselheiro funciona a Escola Municipal José de Anchieta e no Arco Verde, a Escola Municipal Eliseu Pereira Serpa. Trata-se, pois, de escolas/núcleos-modelo que têm sido implantados em muitos municípios do país com vistas à redução de gastos com várias escolas do campo. Opta-se então pela nucleação, retirando dos educandos o direito de serem educados em sua comunidade e assim enfraquece os vínculos entre eles e os espaços educativos. Quanto à participação dos assentados e de movimentos sociais na implementação dessas escolas, ainda que por meio de reivindicação, a secretária não soube informar. A escola do PA Antônio Conselheiro oferece educação do maternal ao 9º ano, enquanto a escola do PA Arco Verde o Ensino Fundamental Séries Iniciais em classe multisseriada. Já os estudantes das outras etapas de ensino desse PA são transportados para escola de outro assentamento ou cidade.

Em buscas no *site* do Incra, identificou-se a existência de cinco projetos de reforma agrária no município de São Desidério. O PA Tainá foi criado em 30 de julho de 1998, em uma área de 2.087,52ha e capacidade para 40 famílias, mas somente 33 encontram-se assentadas. Já o PA Vitória, formado em 19 de dezembro de 2005, possui extensão de 1.808,53ha e suporta um total de 29 famílias, estando todas assentadas, conforme os registros analisados. No PA Caxiado, criado em 26 de outubro de 2010, com uma área de 1.771,51ha, encontram-se 38 famílias assentadas, mas sua capacidade é para 46.

Já o PA Oscar Niemayer foi criado em 25 de setembro de 2014, em uma área de 2.229,13ha e capacidade para 40 famílias, porém, nenhuma foi assentada, segundo dados do Grupo Geografar/2015. Certamente, essas famílias ainda vivem na fase de acampamento, ou seja, garantiram o acesso à terra, mas ainda não foram assentadas pelo Incra. Quanto ao PA Águas Claras, este foi fundado em 5 de agosto de 2015 para o assentamento de 24 famílias, distribuídas em uma área de 998,59ha, e todas elas estão assentadas.

O atendimento educacional das crianças, jovens e adultos desses assentamentos é garantido em escolas/núcleos situados na zona urbana, no distrito de Roda Velha e outras comunidades rurais. Percebe-se que as escolas desses PAs foram nucleadas entre os anos de 2010 e 2017, resultando no fechamento de todas as unidades escolares dos PAs de reforma agrária.

No município de Tabocas do Brejo Velho, segundo dados do Geografar/2015, existe apenas o PA Senhor do Bonfim, que foi criado em 4 de dezembro de 2012, em uma área de 2.040,90ha para 39 famílias e todas elas estão assentadas.

Sobre o atendimento educacional das crianças, jovens e adultos desse PA, não foi possível saber onde o ensino acontece, visto que, segundo informações da secretaria de Educação, não existe escola nessa área. Desse modo, não foi possível saber onde acontece o ensino oferecido aos estudantes, se na sede do município ou em suas comunidades.

Nota-se, nos dados do Geografar/2015, a existência de um projeto de assentamento no município de Wanderley. O PA Campo Alegre foi fundado em 4 de agosto de 2004, com 6.991,82ha, com capacidade para 118 famílias, mas 117 encontram-se devidamente assentadas. Portanto, no decorrer da coleta de informações junto à secretaria de Educação, detectou-se a existência do PA Poço da Onça, que não aparece nos dados do Grupo Geografar e no cadastro do Incra/2017.

Cada um dos projetos de assentamento atualmente conta com uma escola para o atendimento educacional dos estudantes dessas localidades. No PA Campo Alegre, a Escola Municipal Nossa Senhora da Paz funciona em espaço doado pela associação de moradores. Esta foi criada por iniciativa dos assentados, quando procuraram a secretaria de Educação exigindo a obrigatoriedade da implantação do ensino. De forma semelhante à anterior, foi a criação da Escola Municipal Agnêlio Pelotínio do PA Poço da Onça, que surgiu da reivindicação da comunidade ao apelar para a Diocese de Barreiras e a prefeitura, sendo criada então em regime de parceria entre a Igreja e a gestão pública municipal.

As escolas desses PAs oferecem a Educação Infantil e Ensino Fundamental I em classes multisseriadas. Na segunda etapa do Ensino Fundamental, os estudantes são deslocados para a sede do município ou para outras comunidades rurais.

É possível identificar que, dos 16 municípios que possuem projetos de assentamentos de reforma agrária, conforme dados do Incra/2017 e Grupo Geografar/2015, em apenas nove confirmou-se a existência de escolas. Nota-se que a maioria dessas instituições foi criada a partir da mobilização dos assentados, por meio de suas associações, sindicatos, igrejas e movimentos sociais. Percebeu-se ainda forte presença de escolas organizadas com classe multisseriada nesses assentamentos.

As classes multisseriadas são uma das “[...] alternativas governamentais [...]” para garantia do processo de escolarização dos povos do campo (SANTOS; MOURA, 2010, p. 35). Contudo, ao invés de usar essa forma escolar de maneira crítica e criativa, a gestão pública municipal tem oferecido uma educação de péssima qualidade, por não construir uma proposta curricular para as classes multisseriadas, não investir em formação para os docentes que atuam com essas turmas, nem na infraestrutura física e pedagógica dessas escolas. Oferta uma educação idealizada para o meio urbano, totalmente desvinculada da zona rural, que desconhece as matrizes histórico-culturais de seus sujeitos.

É, pois, uma educação que visa à domesticação/alienação, à transformação do homem em objeto e não em sujeito e que não está centrada na libertação do homem, visto que não busca a transformação da sociedade (FREIRE, 2011, p. 36). Propõe-se assim a manutenção da ordem da mesma estrutura social, na qual existem sempre “exploradores e explorados”, incapaz, portanto, de levar os estudantes a pensar criticamente sobre as contradições de classe, a humanizá-los e a fazê-los lutar por sua emancipação.

Na contra-hegemonia desse tipo de educação é que os sujeitos do campo da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia continuam lutando agora não somente pela oferta da escolarização, mas pela permanência das escolas em suas comunidades.

Isso porque, atualmente, há uma política nacional de fechamento e nucleação de escolas no campo, com o argumento de redução de gastos ou garantia da qualidade da educação para os educandos do campo. Baseando-se no discurso de crise financeira, as gestões públicas municipais escondem os reais interesses que envolvem o fechamento das escolas, atendendo diretamente ao capitalismo, pois fazem uso do transporte escolar. Este, ao invés de reduzir gastos, acaba por onerar o município e beneficiar o setor privado, representado pelos donos dos transportes. Atendem também aos propósitos dos empresários do agronegócio, pois a nucleação

e/ou fechamento de escolas geram o esvaziamento do campo em decorrência da migração campo-cidade.

Ademais, a nucleação ou o fechamento das escolas no campo representam a desarticulação da comunidade na qual estão inseridas, posto que existe o imbricamento entre luta por terra e por educação, já que um campo esvaziado de sujeitos não demanda a existência de escolas. Desse modo, ao se fechar escolas nos assentamentos, pressionam-se os camponeses a deixar o campo em busca de escolarização. Tal realidade diminui as chances de permanência deles e isso fortalece o projeto hegemônico do agronegócio, que pretende transformar esse espaço somente em lugar de produção de lucro e mais-valia.

Assim, fazendo a contra-hegemonia é que os camponeses e movimentos do campo lutam constantemente para coibir a nucleação e ou fechamento de escolas. Infelizmente, os assentados dos municípios de Correntina, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho não conseguiram fazer esse enfrentamento e tiveram as escolas em suas comunidades fechadas. Esse fato representa um retrocesso de consequências desastrosas, uma vez que a escola dentro do assentamento é extremamente significativa, porque nela não acontece somente a escolarização, mas também a formação social e o fortalecimento das matrizes camponesas. Todos esses aspectos são muito relevantes para instrumentalizar esses sujeitos para lutarem pela educação e por outros direitos que lhes são negados.

3.3. Contando a história não contada: os conflitos por Educação do Campo em Barreiras

Uma vez anunciada a existência dos PAs nos vários municípios da região oeste do estado da Bahia, apresentam-se então as relações históricas entre as lutas por terra e as necessidades de educação do município de Barreiras (BA), na mesma região.

Este item traz o histórico das escolas dos projetos de assentamentos de reforma agrária, projeto de colonização da Codevasf e comunidade Barroão de Baixo. Para recriar essas memórias, recorreu-se aos registros encontrados em atas, portarias de criação de escolas e relatos dos assentados por meio de conversas abertas durante a pesquisa de campo.

Nessa mesma direção, pretendeu-se compreender como se deram os conflitos por Educação do Campo, identificando o papel desempenhado pelos movimentos sociais e se estes conflitos trouxeram mudanças para a vida dos camponeses do município de Barreiras, nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Para tal, recorreu-se à memória dos seguintes participantes: os dirigentes do MST; presidente e ex-presidente do STRB; assentados dos

projetos de assentamentos de reforma agrária; colonos dos projetos da Codevasf; e participantes da comunidade Barroão de Baixo.

Assim, procedeu-se um recorte temporal partindo dos anos de 1980 a 2001, período de maior criação de escolas do campo no município de Barreiras, segundo registros da secretaria de Educação e memória dos participantes. Segundo Caldart (2003, p. 70), “[...] a escola é um lugar muito próprio para recuperar e trabalhar com os tesouros do passado. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva [...]”.

A educação das crianças de assentamentos de reforma agrária, projetos de colonização e comunidade tradicional tem sido garantida pela gestão pública municipal e pelo governo estadual, em escolas situadas nas próprias comunidades, que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto as outras etapas são ofertadas em escolas urbanas.

Dessa forma, fez-se um marco temporal do processo de criação das instituições escolares das comunidades investigadas. Uma dessas instituições é a Escola Municipal Domingos Mármore, construída em 1987 pelo então proprietário da fazenda em regime de parceria com o município. E o nome da instituição é uma homenagem ao pai do fazendeiro. O principal objetivo da construção dessa unidade escolar dentro da fazenda era trazer a educação para os filhos dos posseiros/agregados que moravam e trabalhavam ali. Mesmo sendo uma escola pensada e criada sem a participação desses sujeitos, seus filhos e demais comunidades camponesas vizinhas tiveram acesso à educação.

No ano de 2001, a escola foi desativada por iniciativa do poder público municipal. Em 2004, a fazenda foi ocupada pelo MST e transformada no PA Ilha da Liberdade, sob a gestão do Incra. Além da conquista da terra, em 2009, os assentados e MST reivindicaram e garantiram a reabertura da escola. No mesmo ano, a unidade escolar ofereceu o Ensino Fundamental Séries Finais (6º ao 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo os estudantes da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano transferidos para outras escolas do campo ou da cidade.

Não obstante às dificuldades enfrentadas pelos educandos e suas famílias para o acesso à educação do/no lugar onde vivem, devido à precariedade estrutural e pedagógica das escolas do campo, eles vivenciam também uma realidade regida por interesses políticos, pois uma gestão teve o propósito de beneficiar essa comunidade e a subsequente não. Desse modo, a escola passou a oferecer somente a primeira etapa do Ensino Fundamental. Tal decisão levou os demais estudantes a terem de estudar na sede do município ou em outras comunidades. Em ambos os casos, precisam agora acordar muito cedo, passar longas horas fora de casa e arriscar-se aos perigos das estradas e de ônibus sucateados, que oferecem risco de morte para essas

crianças. Em outros casos, eles têm de caminhar longas distâncias a pé, porque o transporte não passa em certos locais.

O fechamento de escolas, a partir da política de nucleação, trouxe diversas e sérias consequências para esses assentados, conforme depoimento de uma mãe: *Eu tenho um menino aqui e todo dia levanto cedo, arrumo ele, boto no escolar, arriscando a vida porque aqui o transporte escolar é precário, dá até medo [...]*. Essa descrição refere-se à realidade vivenciada por 22 estudantes do PA Ilha da Liberdade, que sofrem todos esses infortúnios para garantirem sua escolarização, uma vez que essa escola atualmente oferece apenas o Ensino Fundamental I em classe multisseriada.

Figura 12 - Escola Municipal Domingos Mármore /PA Ilha da Liberdade



Fonte: Pesquisa de Campo/Cleonice F. dos Santos em 05/10/2017.

Segundo os sujeitos desse PA, a primeira materialização da escola foi em barracos semelhantes à moradia de todos os integrantes do grupo, conforme a memória de um assentado: *[...] quando chegamos aqui fizemos uma casinha de palha para funcionar a escola, porque nós não tínhamos recursos para comprar telha, nem bloco, nem nada [...]*. Caldart (2003, p. 61) mencionou que é preciso “[...] potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas do campo [...]”. É em consonância com esse momento que se *potencializam os elementos* para fortalecimento da luta por seus direitos, como no caso da garantia da educação de seus filhos.

Segundo os participantes, o prédio onde hoje funciona a Escola Santa Rita I foi construído em 2010 pelo poder público municipal, a partir das reivindicações dos assentados e MST. Essa escola recebeu o mesmo nome do assentamento e oferecia o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em classe multisseriada. Em 2017, atendeu 19 alunos distribuídos em uma classe multisseriada do 3º e 4º ano e os estudantes das outras séries eram transportados para o povoado Cerradão, conforme documento de previsão de matrícula da secretaria de Educação em 2017.

Figura 13 - Escola Municipal Santa Rita I



Fonte: Pesquisa de Campo/Cleonice F. dos Santos em 04/10/2017.

A Escola Municipal Santa Rita II, que recebeu o mesmo nome do assentamento, foi construída no ano de 2010, em regime de mutirão pelos próprios assentados, com material doado por políticos e empresários locais, tendo ainda o apoio do MST. Nesse sentido, a escola foi construída principalmente pelos esforços de todos da comunidade, conforme a fala de uma assentada desse PA: *Todo mundo aqui ajudou na construção, teve doação do material, todos ajuntaram lá e cada um ajudou, fazia uma coisa, outro fazia outra, até levantar essa escola que você tá vendo aí.*

Essa unidade escolar foi fechada no ano de 2014, por determinação da Secretaria Municipal de Educação, e as crianças e jovens do Ensino Fundamental Séries Iniciais são transportados para outra instituição localizada no assentamento Santa Rita I. Já os estudantes do Ensino Fundamental Séries Finais estudam no povoado Cerradão, distante 34 quilômetros de suas moradias.

O anseio dos assentados é que a escola seja reaberta e seus filhos voltem a estudar na escola do próprio assentamento. E tal fato foi percebido nitidamente nas conversas abertas com os moradores durante as visitas ocorridas entre janeiro de 2016 e outubro de 2017. Segundo um

assentado, em [...] *toda comunidade tem que ter uma escola, porque tem criança pra estudar e até adulto que queira estudar e todo lugar tem que ter uma escola, a prioridade em numa comunidade rural é uma escola.*

Figura 14 - Escola Municipal Santa Rita II



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos em 04/10/2017.

Sobre as escolas do Tatu e Baraúna, estas foram construídas pela Codevasf com vistas a garantir a educação para os filhos dos colonos, como afirma o engenheiro da companhia: *Me lembro que a escola foi construída pela Codevasf e o Estado se encarregava da outra parte, na época a DIREC 25, colocava os professores lá, depois foi o município o mantenedor dos profissionais de educação.* Em 1983, o estado da Bahia assumiu a oferta e a gestão do ensino dessas instituições e, em 1985, a escola de Baraúna foi municipalizada. A Portaria n.º 02/1990 determinou ao município assumir também a oferta da educação da comunidade do Tatu (BARREIRAS, 1990).

O atendimento educacional das crianças, jovens e adultos dos povoados Tatu e Baraúna, a partir da Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais, Finais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), está sob a responsabilidade do município. No ano de 2017, as duas escolas contavam com 519 estudantes matriculados. Já o Ensino Médio é garantido com Intermediação Tecnológica (EMITEC) pelo governo do estado da Bahia.

Figura 15 - Escola do Povoado Tatu



Figura 16 - Escola do Povoado Baraúna



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos em 07/11/2017.

Como mencionado anteriormente, as escolas situadas nos povoados Tatu e Baraúna foram construídas pela Codevasf, não havendo conflitos ou reivindicação, muito menos participação da comunidade na sua implementação.

Entretanto, o mesmo não ocorreu na comunidade Barrocão de Baixo, pois, segundo uma moradora, [...] *tem uma escola aqui que foi o padre Hidelbrando e a comunidade que construiu. Tem 2 salas, pois a escola antes era embaixo de um pé de pau*. Desse modo, percebe-se que a implantação da escola surgiu pela iniciativa da comunidade e da Igreja, que, sabedores da relevância da educação na formação e aquisição de direitos sociais, iniciaram a escolarização das crianças e jovens de maneira improvisada (embaixo de um pé de pau). Esse relato demonstra a negligência do poder público com a escolarização dos povos do campo, pois, mesmo sabendo que havia crianças, jovens e adultos que precisavam ser educados, não lhes garantia esse direito. Em decorrência disso, a população teve de se mobilizar e lutar pela implementação de escolas, como menciona o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Olha, no Barrocão de Baixo houve conflito entre a comunidade e o prefeito. O prefeito na época era Baltazarino Araújo de Andrade que hoje é falecido né. Ele deixou de pagar os professores pra atender o simples capricho de sua prepotência né. Ele era muito prepotente e, ou a pessoa bebia no prato dele ou não bebia. Por isso, por questões políticas, cortou salário dos professores lá e a comunidade se reuniu, com o apoio do sindicato e fez com que a comunidade pagasse os mesmos professores, mesmo com a ausência do município, foi a comunidade quem garantiu a educação naquele povoado. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

Assim, por meio da memória desse participante, percebe-se que o gestor municipal primeiro negligenciou o direito à educação a essa população, deixando de pagar o salário dos professores, o que contribuiu para a suspensão das aulas aos estudantes dessa comunidade. Isso

implica dizer que a posição política desse gestor sobrepõe a constitucional, já que, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Além do descumprimento da lei, percebe-se ainda, nas atitudes desse prefeito, o “abuso do poder”, quando se aplicou a punição aos docentes prejudicando diretamente os estudantes e suas famílias.

Em resposta a essa situação, a comunidade se organizou com o apoio do sindicato para encontrar uma solução, mas não conseguiu reverter esse quadro politicamente. Em decorrência da negação do direito à educação por parte da gestão municipal, os pais cumprem seu dever com escolarização de seus filhos, pagando os salários dos professores, para que eles não fiquem sem aula. No entanto, isso demonstra que os sujeitos do campo estão sempre reinventando e criando alternativas de resistências e até suprindo a ausência do Estado, no que diz respeito à garantia de seus direitos. De todo modo, a educação, para os sujeitos dessa comunidade, nasceu de suas mobilizações, seja por meio do engajamento aos movimentos sociais e sindicais, ou mesmo em pequenos grupos de moradores, como mencionou Arroyo e Fernandes (1999, p. 6) acerca da existência de “[...] uma mobilização local, regional e nacional procurando garantir uma educação básica do campo [...]”.

Foi para atender à reivindicação social que a gestão pública construiu, em 1988, a escola Luiz de Freitas. De acordo com os respondentes desta investigação, os moradores não foram consultados e não participaram da escolha do nome da instituição escolar. Ao questionar se os participantes sabiam quem foi Luiz de Freitas, todos disseram que ele possuía uma chácara próximo do povoado, porém, sempre morou na cidade, aparecendo ali somente para acompanhar, vistoriar os serviços e momentos de lazer em sua propriedade.

Essa escola municipal oferece o Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais às crianças, jovens da comunidade e de outras localidades próximas. E ainda oferece a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, possui 281 alunos matriculados nos três segmentos de ensino.

Figura 17 - Escola Municipal Luiz de Freitas



Fonte: Pesquisa de campo/Cleonice F. dos Santos em 07/11/2017.

A década de 1980 foi marcada por conflitos sociais em todo o território brasileiro. Dentre eles, encontram-se diversas mobilizações e lutas por Educação do Campo, empreendidas pelos movimentos sociais e sindicais. Esse segmento educacional “[...] nasce das lutas sociais, pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos, no contexto de uma sociedade capitalista [...]” (CALDART, 2009, p. 148).

Este movimento de luta por Educação do Campo produziu muitos resultados em todo o país, assim como em Barreiras, confirmado pela quantidade de escolas criadas em muitas comunidades camponesas. Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação, na década de 1980 foram construídas e implementadas cerca de 28 escolas, em 1990, 31, e no ano de 2001, 3, totalizando 62 unidades escolares no campo. De todo modo, a escola, no decorrer de vinte anos, chegou onde esses sujeitos estavam, direito este defendido pelo MST e pelo Movimento por uma Educação Básica do/no Campo, para que o filho do camponês não “[...] seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola [...]” (CALDART, 2008, p. 75).

Além dos camponeses, agregam ainda a essa luta por um novo projeto de educação justa para os trabalhadores e trabalhadoras do campo: intelectuais, pesquisadores, políticos, professores universitários e docentes, que vivenciam o dia a dia e a precariedade da escola do campo, mas também o “[...] significado histórico e político que perpassam as principais lutas de resistência camponesa [...]” (CALDART, 2015, p. 3).

O número de escolas no campo diminuiu consideravelmente nos últimos anos, pois os dados evidenciam que, até o ano 2000, havia 59 instituições, chegando em 2017 com um total de 27 escolas, distribuídas nas comunidades rurais do município. Mesmo com uma estrutura

física, material e pedagógica precária, o número de alunos matriculados no ano de 2018 soma 2.973, sendo 2.396 nas escolas seriadas (ver quadro 12) e 577 nas de classes multisseriadas (ver quadro 13), conforme os dados da secretaria de Educação.

Quadro 12 - Escolas do Campo seriadas e números de alunos

Nº	Nome da Escola	Povoado	Nº alunos/2017
01	Escola Municipal Adroaldo Fernandes Moraes	Cerradão	264
02	Escola Municipal Antônio Machado	Vau do Teiú	294
03	Escola de 1º Grau do Povoado Barreiras Sul	Barreiras Sul	99
04	Escola de 1º Grau do Povoado de Braúna	Baraúna	416
05	Escola Municipal Dr. Abílio Farias	Mucambo	335
06	Escola Municipal Luiz de Freitas Lima	Barrocão de Baixo	281
07	Escola Manoel Rocha Filho	Km 32	160
08	Escola Santa Luzia	Rio de Pedra	321
09	Escola Municipal São João	Riachinho	123
10	Escola de 1º Grau do Povoado Tatu	Tatu	103
Total de alunos			2.396

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras. (Elaboração da autora).

Pode-se perceber que o maior quantitativo de escolas do campo no município são de classes multisseriadas, conforme registra o quadro 13. No entanto, são estas que sofrem maior incidência de fechamento, pois perpassa, no imaginário dos governantes, que a melhor solução para os estudantes dessas escolas é a transferência deles para outras comunidades rurais ou para a cidade. Mesmo a LDBEN n.º 9394/1996 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo garantindo que a escola deve estar no lugar onde o estudante vive, já no discurso da gestão pública municipal de Barreiras é que as escolas com classes multisseriadas “[...] não possuem diretora, têm apenas uma professora e uma auxiliar de serviços gerais, que acumula as funções de zeladora e merendeira, e não funcionam com estrutura pedagógica adequada à Educação do Campo, além do quantitativo de alunos” (BARREIRAS, 2017). Esse argumento tem sido recorrente para o fechamento de escolas do campo, que será tratado mais adiante.

Quadro 13 - Escolas do Campo multisseriadas em funcionamento

Nº	Nome da Escola	Povoado	Nº alunos/2017
01	Escola Municipal Capitão Marcolino	Vau da Boa Esperança	60
02	Escola Municipal Domingos Mármore	PA Ilha da Liberdade	22
03	Escola Municipal Duque de Caxias	Bezerro	38
04	Escola Municipal Malha do Jatobá	Malha do Jatobá	31
05	Escola Municipal Maria Madalena	Engenho Velho	69
06	Escola Municipal Monteiro Lobato	Campo Erê	19
07	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Faz. Cabeceirinha	30
08	Escola Municipal Prof. ^a Camerina Dias Melo	Arraial da Penha	20
09	Escola Municipal Rui Barbosa	Placas	22
10	Escola Municipal Sagrado Coração de Maria	Alto da Bela Vista	33
11	Escola Municipal Salustiano Ayres	Rio de Ondas	49
12	Escola Municipal Santa Rita	PA Santa Rita I	19
13	Escola Municipal Santo Antônio	Tabua da Água Vermelha	36
14	Escola Municipal Santo Antônio	Faz. St ^a Cruz/Chico Preto	21
15	Escola Municipal São João	Barroão de Cima	69
16	Escola Municipal São José	São José CTI	14
17	Escola Municipal Senhor dos Aflitos	Cantinho Sr. dos Aflitos	13
Total de alunos			565

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras. (Elaboração da autora).

A educação tem sido um direito negligenciado pelo Estado, considerando as desigualdades encontradas na oferta do ensino, principalmente nas comunidades rurais habitadas por assentados, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais de todo o país. Desse modo, infere-se que a conquista da escola para os sujeitos supracitados ainda esteja atrelada às lutas sociais no campo.

Rocha e Hage (2010, p. 18) mencionaram que “[...] parte dessas pequenas comunidades rurais, as escolas multisseriadas, representa a única presença explícita do Estado materializado e capaz de assegurar às populações do campo uma formação [...]”, ainda que no imaginário social esse tipo de organização escolar seja visto como uma anomalia. A despeito da representação negativa, são as classes multisseriadas que têm permitido aos camponeses ter “[...] acesso a conhecimentos, cultura, valores e a memória coletiva [...]” (ROCHA; HAGE, 2010, p. 18).

Os anos de 2003 e 2004 foram marcados por retrocessos no que diz respeito à garantia da educação nas comunidades rurais do município, que, segundo Taffarel e Munarim (2015, p. 45), são consequências da “[...] política recessiva e cortes orçamentários”. Em decorrência disso, a gestão pública municipal fechou 23 escolas, conforme o quadro 14.

Quadro 14 - Escolas do Campo fechadas em 2003 e 2004

Nº	Nome da Escola	Decreto/Ano de criação
01	Esc. Antônio Francisco do Nascimento	398/1997
02	Esc. Municipal Antônio dos Santos Bonfim	-
03	Esc. Municipal Bertulino Neres	439/1999
04	Esc. Municipal Boqueirão do Siríaco	106/1999
05	Esc. Municipal Dr. Geraldo Rocha	01/1990
06	Esc. Municipal Boqueirão do Rodrigues	29/1984
07	Esc. Municipal Joaquim Cardoso de Carvalho	-
08	Escola Municipal Bom Jesus	04/1987
09	Esc. Municipal Dr. Hans Werner Derschum	266/1999
10	Esc. Municipal Dr. Jorge Barata	90/1996
11	Escola Municipal Landolfo Alves	01/1990
12	Esc. Municipal Feliz	29/1984
13	Esc. Municipal Francisco Alves	04/1988
14	Esc. Municipal Francisco Rocha	12/1991
15	Esc. Municipal Gonçalo Branco	01/1990
16	Esc. Municipal José Joaquim	41/1992
17	Escola Municipal Limoeiro	-
18	Esc. Municipal Padre Anchieta	29/1984
19	Esc. Santo Antônio (Boca dos Gerais)	264/1984
20	Esc. Municipal São José (Mantiqueira)	29/1984
21	Esc. Municipal São Luiz	41/1992
22	Escola Municipal São Miguel	-
23	Esc. Municipal São Tertuliano Rodrigues	01/1990

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras. (Elaboração da autora).

O crescente índice de fechamento de escolas no Brasil torna-se assunto da mobilização e pauta de reivindicação dos movimentos sociais. Como consequente, foi criada, em 2014, a Lei n.º 12.960, para “coibir atos autoritário, abusivo, arbitrário e criminoso” (BRASIL, 2014) no fechamento de escolas, principalmente no campo. Esses atos vêm sendo praticados de forma velada pela administração pública em muitos estados e municípios apoiados pela política de nucleação escolar. Como afirmam Taffarel e Munarim (2015, p. 47): “A última lista divulgada pelo MEC (Inep) aponta que 4.084 escolas municipais e estaduais foram fechadas no decorrer de 2014 [...]”.

Para orientar e reduzir os atos da administração pública estadual e municipal, essa lei altera o Art. 28 da LDBEN n.º 9394/1996 e determina que o “[...] fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas [...]” deve acontecer mediante justificativas das secretarias de Educação, após análise e manifestação da comunidade. Porém, em muitos casos, esse coletivo do campo não participa da decisão, assim as medidas são tomadas de maneira arbitrária pela administração pública.

Refletindo sobre esta questão, “[...] é necessário resistir, lutar e avançar frente a esse crime que continua sendo executado – **o crime de fechar escolas do campo**” (TAFFAREL; MUNARIM, 2015, p. 47). Tal fato é denunciado pela participante do PA Santa Rita II: *Pedimos*

a abertura da escola no início do ano, mas não resolveu. Tive que mandar minhas netas para a cidade pra estudar. Nas palavras de outro assentado, percebem-se as dificuldades que os pais têm passado para manter os filhos na escola:

Nós temos ido atrás da Secretaria de Educação, o representante daqui do assentamento organizou um grupo de pais e fomos na Secretaria e prefeitura, mas ainda não resolveu nada, aí nossas crianças tem que arriscar a vida no ônibus escolar para poder estudar em outra comunidade rural. (Assentado do PA Santa Rita II, obtido por meio de aplicação de questionário em outubro de 2017)

Por meio do depoimento, comprova-se que o disposto na Lei n.º 12.690/2014 não tem se efetivado, pois avança o processo de fechamento de escolas no campo e isso tem sido feito sem consulta pública e, em outros casos, à revelia da vontade da comunidade que fica sabendo da decisão arbitrária por meio de decretos no Diário Oficial ou por comunicados por porta-voz da secretaria de Educação. Tal fato é denunciado na fala de uma assentada: *Teve uma reunião que foi só pra comunicar, e eu fiquei olhando! Por que é que fizeram essa reunião tão rápida pra tirar os meninos daqui da escola né, pra se ajeitar na outra lá em cima [...].*

O fechamento de escolas nos projetos de assentamentos ou de outras comunidades rurais do município tem gerado desconforto e preocupação dos pais que veem seus filhos arriscando suas vidas nas estradas e transportes escolares mal conservados. Uma assentada do Santa Rita II mostra a relevância da escola na comunidade e denuncia os impactos negativos do fechamento desta instituição:

Ela é importante pra os meninos ficarem aqui, sem precisar sair e porque é um sofrimento para esses meninos que vão lá para cima e a gente tem que ter uma escola. A gente fica imaginando esses meninos quando saem daqui, essa estrada aqui é ruim demais, tem hora que o ônibus atola é ruim demais, se tivesse aqui acabava mais esse sofrimento e Deus abençoa que esse ano ela funcione aí. (Assentado do PA Santa Rita II, obtido por meio de aplicação de questionário em outubro de 2017)

É imperioso reafirmar que o fechamento das escolas do campo é um processo arbitrário que desconsidera a Lei 12.960/2014, a legislação e todas as consequências dessa ação para os estudantes e a população do campo. Infelizmente, essas decisões unilaterais são históricas e recorrentes, não sendo algo unicamente dessa gestão, posto que o fechamento de escolas tem sido realidade por sucessivos e diferentes governos, demonstrando assim a falta de compromisso em garantir o acesso à educação no lugar onde se vive.

Como justificativa para esse processo, a secretaria de Educação adota o discurso ideológico de que o fechamento da escola é necessário para melhorar a qualidade da educação oferecida no campo. No entanto, a memória de uma assentada contraria tais justificativas, quando afirma:

A gente ficou revoltado, eu não tenho filho que estuda aqui e não tenho neto não, mas eu mesmo fiquei revoltada por que é que fez a reunião, chamou nós pra fazer a escola fizemos a escola, e porque agora fizeram essa reunião imediata, depressa, rápido, para tirar os meninos assim tão ligeiro. (Assentada do PA Santa Rita II, obtido por meio de aplicação de questionário em outubro de 2017)

Na fala da participante, identificou-se a relevância de uma escola nas comunidades rurais. E, mesmo não tendo filhos na escola, ela demonstra espírito de solidariedade e senso de coletividade ao dizer que se revoltou com a situação. Nesse sentido, o fechamento de escola traz impactos negativos para os estudantes e a comunidade. Segundo Munarim (2010, p.10), a “[...] origem da Educação do Campo está na luta dos trabalhadores rurais sem terra, que desde a década de 1980 reivindicam escola pública em cada novo acampamento, assentamento de Reforma Agrária”. Passado tanto tempo, os camponeses e movimentos sociais são novamente convocados a lutar, pois, segundo o presidente do STRB:

No início de 2017, a Secretaria de Educação fechou muitas escolas e transferiu os alunos para outras localidades e colocou transporte escolar, mas algumas comunidades não aceitaram, como aconteceu com o pessoal da Tabua de Água Vermelha e Alto da Bela Vista, né. Eles deram “a testa” e fez com que a escola funcionasse lá na comunidade. Mas existem muitas escolas fechadas na zona rural. (Entrevista concedida em novembro de 2017)

O seu discurso demonstra que houve resistência para impedir o fechamento dessa escola, mas, por meio disso, ela permaneceu, ou seja, se outras comunidades resistissem poderiam reverter esse quadro. Se a intenção da secretaria é melhorar a qualidade da educação oferecida no campo, o que consegue é submeter os estudantes a outro tipo de precariedade, ou seja, das estradas e do transporte escolar. Desse modo, os mais prejudicados continuam a ser os educandos, que têm seu processo de aprendizagem comprometido pelo fechamento de escolas.

Ainda sobre os impactos negativos gerados pelo fechamento dessas escolas, o depoimento de uma assentada denuncia as dificuldades enfrentadas pelos estudantes inseridos no contexto analisado:

Minha neta tem 4 anos, ela foi estudar na cidade, agora você veja a dificuldade a criança tem que acordar cinco horas da manhã, ir para beira da estrada para pegar o ônibus para ir estudar na cidade, poderia a escola está fazendo isso aqui. Eu não creio que poderia melhorar mais a estrutura da escola, esses alunos que estudam na cidade deveriam estudar aqui. (Assentada do PA Ilha da Liberdade, obtido por meio de aplicação de questionário em outubro de 2017)

Semelhante narrativa é feita por outro assentado acerca das constantes faltas do transporte escolar e das condições das estradas que dão acesso ao PA:

Moço agora esses dois anos está meio devagar, se tivesse aula nessa escola aqui seria bom. Tem muito menino aqui que está precisando mesmo de escola, porque tem hora que tem o ônibus, mas tem hora que fica oito dias sem ter o ônibus, a estrada ruim e eu não sei o que acontece que eles ficam até mais de oito dias sem vim. (Assentado do PA Santa Rita II, obtido por meio de aplicação de questionário em outubro de 2017)

A narrativa do assentado demonstra que os impactos causados pelo transporte escolar nessas comunidades poderão causar muitos prejuízos aos estudantes, como aprendizagem e reprovação devido à perda dos conteúdos, sem falar na evasão escolar por não conseguir acompanhar o ritmo das aulas, em decorrência do cansaço que enfrentam. Contudo, essa não é apenas uma luta contra o fechamento das escolas do campo.

Quadro 15 - Escolas do Campo fechadas de 2014 a 2018

Nº	Nome da Escola	Decreto/Ano de criação
01	Esc. Municipal Bela Vista	29/1984
02	Esc. Municipal Boa Sorte	2040/1988
03	Esc. Municipal Espaço Rural	02/2009
04	Esc. Municipal Nossa Senhora Aparecida	01/1990
05	Esc. Municipal São Pedro	131/1998
06	Esc. Municipal Joaquim Albernaz	77/1996
07	Esc. Municipal Lar Feliz	29/1984
08	Esc. Municipal São João Batista	29/1984
09	Esc. Municipal Imaculada Conceição	04/1987
10	Escola Municipal São João	29/1984

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras. (Elaboração da autora).

Todas essas comunidades apresentadas no quadro acima tiveram a escola fechada sem consulta pública e nada foi feito para que a instituição escolar permanecesse. Inconcebível aceitar de maneira passiva a retirada de um direito duramente conquistado, porque esse processo traz sérias consequências principalmente para os estudantes que terão de se submeter a longas distâncias para terem acesso à escola, que podem sofrer toda sorte de discriminação e segregação por serem oriundos do campo. Tais aspectos comprometem, sobremaneira, o desempenho desses educandos. Ademais, por ficarem muito tempo longe de casa por causa do traslado, eles perdem o vínculo com a comunidade e em decorrência disso acontece o enfraquecimento da cultura camponesa.

A nucleação tem sido o primeiro passo para o fechamento das escolas do campo. Desse modo, o município de Barreiras tem oferecido o transporte escolar como solução para a garantia da educação dos alunos, em grande parte das comunidades rurais. Portanto, fechar escolas no campo fortaleceu a economia das concessionárias de veículos, visto que o governo das três esferas precisou adquirir sua frota de ônibus escolar e as empresas terceirizadas ganham somas

vultosas para transportar esses estudantes, já que os veículos públicos são insuficientes para dar conta da demanda.

Para suprir essa necessidade, o transporte escolar é garantido pela Lei n.º 10.880/04, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), sendo o gestor municipal ou estadual responsável pela efetivação dessa política, inclusive a terceirização da prestação desse serviço. O artigo 2º da referida lei afirma que:

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (BRASIL, 2009).

Para o atendimento dessa política, a gestão pública municipal gastou, no ano de 2017, a soma de R\$ 3.150.776,76 com transporte escolar, conforme dados expedidos no Ofício 864/2018 (em anexo). Desse modo, os gastos com o transporte escolar nas comunidades estudadas são detalhados no quadro no 16.

Quadro 16 - Gastos de 2017 com transporte escolar nas comunidades estudadas

Comunidades	Nº de estudantes atendidos	Valor gasto
Projeto de Assentamento Ilha da Liberdade	47	R\$ 122.928,00
Projeto de Assentamento Santa Rita I	23	R\$ 144.528,00
Projeto de Assentamento Santa Rita II	14	R\$ 84.360,00
Projeto de Colonização Povoado Tatu	56	R\$ 137.328,00
Projeto de Colonização Povoado Baraúna	37	R\$ 78.360,00
Comunidade Barroão de Baixo	40	R\$ 431.544,00
Total:	217	R\$ 999.048,00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barreiras/Ofício 864, de 19 de julho de 2018. (Elaboração da autora).

Se forem considerados os custos anuais do transporte escolar para os estudantes das comunidades, percebe-se que estes absorvem um percentual significativo do orçamento do município. Outro aspecto relevante observado na política do transporte escolar em Barreiras diz respeito à terceirização desse serviço, pois, nas seis comunidades rurais investigadas, os veículos que fazem o traslado desses alunos pertencem ao setor privado. Como já discutido anteriormente, esses veículos encontram-se em péssimas condições, representando sérios riscos para seus usuários. Isso implica o descumprimento das normas estabelecidas pelo Guia do Transporte Escolar, que determina que os veículos tenham

Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros. Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor. Seguro contra acidentes. Para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso. Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao Detran por ocasião da vistoria especial. Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta (BRASIL, 2004).

Ao analisar as determinações presentes no guia e verificar os transportes usados para o traslado dos estudantes, é evidente o total descumprimento das regras, tendo em vista que nenhum desses critérios tem sido atendido pelos empresários do setor de transportes escolares. Considerando isso, cabe uma crítica e um alerta: parece que os gestores municipais e empresários desconhecem as normas constantes no Guia do Transporte Escolar. Se conhecem, a situação se agrava, pois têm, de forma intencional, visado somente à acumulação financeira, colocando em risco a vida dos estudantes do município, que podem, a qualquer momento, sofrer acidentes durante o percurso de ida e volta para a escola.

Com base nas péssimas condições do transporte escolar e na total falta de segurança apresentada por esse transporte, verifica-se a necessidade de vistorias e um profundo estudo desses gastos, analisando de maneira detalhada o valor financeiro aplicado em todas as comunidades rurais. Sendo assim, é preciso fazer um comparativo dos recursos usados no pagamento de professores, merenda escolar, pessoal de apoio, material de expediente e pedagógico, para constatar se os gastos com transporte escolar são inferiores aos custos de uma escola do campo, como tem sido propagado pelos gestores para justificar o fechamento de escolas do campo.

De todo modo, as consequências do fechamento das escolas são inúmeras e incidem tanto sobre os estudantes, comunidade, quanto nos cofres públicos. Nos dois primeiros porque se retira o elo entre estudantes e a comunidade. Isso porque a escola no meio rural representa muito mais que o local de escolarização. Ela é o espaço do encontro de gerações, do cultivo à cultura camponesa, pois é palco dos festejos onde acontecem também caravanas de saúde e reuniões da comunidade.

O fechamento de escolas tem sido uma estratégia usada pelos gestores municipais para beneficiar o setor privado. Tal ação, ao invés de reduzir gastos, como tem sido amplamente disseminado, onera ainda mais o município. Contudo, a gestão pública não tem divulgado isso, porque não é interessante para ela apontar que o fechamento de escolas não diminui os gastos, mas sim os eleva. Se isso for revelado, ficará evidenciado que o argumento de redução de gastos

é uma falácia e que o real propósito é a apropriação dos recursos públicos pelo setor privado e, quem sabe, até mesmo pelos gestores.

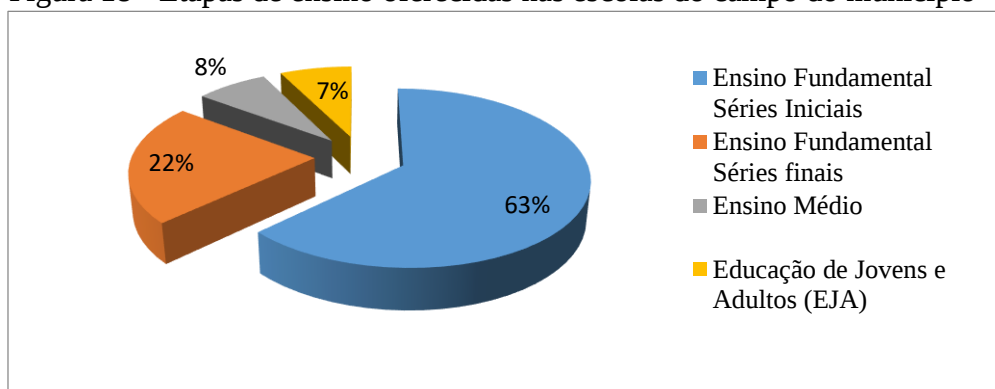
Estes desconsideram que, ao fecharem as escolas, retiram o espaço de convivência, de aprendizagem, de resistência dos camponeses. Considerando o supracitado, é preciso resistir ao fechamento das escolas para que se evite a desarticulação da luta por terra e o enfraquecimento da cultura camponesa.

Assim, é preciso que os camponeses lutem contra o fechamento de escolas, pois o acesso à educação do campo é um direito que precisa ser efetivado e não negado pela gestão pública. Para tal, é urgente e necessário que se supere a ideia de que a Educação do Campo é um fardo ou uma extensão do ensino da cidade para que haja transformação econômica, política e social na zona rural do município.

Reafirma-se que a Educação do Campo precisa ser assegurada em leis e diretrizes nacionais, porque há, segundo Santos (2012, p. 17), “[...] altos índices de analfabetismo, baixo nível de escolaridade de jovens e adultos, níveis insuficientes e desiguais de acesso e conclusão da educação básica [...]”.

O estudo indicou que, nas comunidades investigadas, é ofertada com maior frequência somente a primeira etapa da educação básica. Certamente, uma das questões mais preocupantes encontra-se na oferta da última etapa e EJA, indicando que existe um longo caminho para efetivação desse direito para jovens de 15 anos ou mais, e também para amenizar os índices de analfabetismo dos adultos e idosos no campo. Desse modo, parece impossível erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, como estabelece a meta nove do Plano Nacional de Educação, pois o maior número de pessoas não alfabetizadas no município, segundo os dados da pesquisa, está entre as pessoas idosas. Conforme o sistema de monitoramento do PNE, a taxa de analfabetos funcionais da população do município, incluindo zona urbana e rural, é de 23,1%, o que leva a entender que a maior parte deles está no campo, a partir da análise investigativa.

Figura 18 - Etapas de ensino oferecidas nas escolas do campo do município



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo em outubro de 2017. (Elaboração da autora).

A esse respeito, Caldart (2015, p. 21) mencionou:

Houve avanços significativos nos últimos anos, mas ainda há muitas crianças do campo fora da escola em idade correspondente ao ensino fundamental, justamente a faixa em que se diz que o acesso foi “universalizado”. As escolas não param de fechar e o número de analfabetos adultos não retrocede significativamente.

Ao questionar se as escolas das comunidades estudadas atendiam às demandas de todos, uma assentada do PA Ilha da Liberdade fez a seguinte afirmação: *Não atende, só tem as séries iniciais. As demais crianças e jovens tem que estudar na cidade, inclusive minha filha caçula e meu neto*. Essa narrativa levou a entender que o direito à Educação do Campo continua sendo negligenciado no município, pois a Resolução n.º 2, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de 28 de abril de 2008, estabelece, em seu artigo 1º, que

[...] a Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Mesmo que o direito à Educação do Campo seja garantido na lei, na prática continua sendo em parte negado em muitas comunidades rurais do município. Nesse sentido, quando foi perguntado aos participantes se as escolas desse contexto atendiam a suas demandas, a fala do assentado do PA Ilha da Liberdade evidenciou o descumprimento desta lei:

Não, porque depois do 5º ano as crianças tem que ir estudar no Cerradão ou na cidade. Poderia ter uma escola que atendesse até quando eles fossem para o primeiro ano do

ensino médio. (Assentado do PA Ilha da Liberdade, obtido por meio do questionário de investigação em 04/10/2017)

Semelhante narrativa foi feita pela assentada do PA Santa Rita I:

Não, pois só tem a primeira etapa do ensino fundamental para as crianças. Os jovens, os idosos não podem estudar na escola daqui e para estudar tem que ir para cidade ou outra comunidade do campo que tem escola. (Assentada do PA Santa Rita I, obtido por meio do questionário de investigação em 04/10/2017)

Segundo o relato da participante do Barroço de Baixo, a lei é cumprida em parte [...] *porque nem todos os moradores podem estudar, não tem o ensino médio*. Isso demonstra que muitos trabalhadores rurais são vítimas do descaso governamental, principalmente quanto à oferta dessa etapa educacional, que fica a cargo do Estado e em uma esfera distante para o acesso dessa população. Quanto ao direito à Educação do Campo ser negligenciado pelo governo, Arroyo (2004, p. 92) menciona que “É ainda frequente interpretar esse atraso como uma herança ou como um fardo recebido de um passado ainda não superado”.

Sobre os conteúdos trabalhados nas escolas das comunidades estudadas, foi perguntado aos participantes se estes estão relacionados às suas memórias de luta, resistência e permanência dos camponeses na terra, assim como seus modos de vida, sua cultura, forma de cultivar e conviver com a natureza. Sendo assim, foram selecionadas as respostas que mais se aproximavam do objetivo deste questionamento, conforme distribuídas no quadro abaixo.

Quadro 17- Informações declaradas pela pesquisa de campo sobre conteúdos trabalhados nas escolas do campo

Resposta	Participante que referenciou
<i>Só vejo trabalhando os conteúdos da cidade, não trabalha nada de nossas vivências</i>	Assentamento Ilha da Liberdade
<i>Não, quando meus filhos estudavam aqui, nunca vi nada disso. Agora que estuda na cidade ela pede muda de planta para fazer trabalho na escola, mas não sei como.</i>	Assentamento Ilha da Liberdade
<i>Não, porque o ensino vem da cidade.</i>	Comunidade tradicional Barroço de Baixo
<i>Não, ensina nada disso.</i>	Comunidade tradicional Barroço de Baixo
<i>Sim, ensina a plantar horta, a aguar, tem o dia de cada um dos alunos, muitos pequenos já ajudam seus pais</i>	Assentamento Santa Rita II
<i>Sim, ensina as crianças como plantar a mandioca.</i>	Assentamento Santa Rita II
<i>Sim, lá mesmo na escola tem a horta produzida pela escola. A escola trabalha os festejos locais.</i>	Colono do Projeto Codevasf/Povoado Tatu
<i>Sim, uma vez a diretora mandou um convite para eu contar história da comunidade.</i>	Colono do Projeto Codevasf/Povoado Baraúna

Fonte: Pesquisa de campo/Dados obtidos por meio de questionário. (Elaboração da autora).

As falas dos participantes do PA Ilha da Liberdade e comunidade Barroão de Baixo apontam que os conteúdos trabalhados nas duas escolas são os mesmos das instituições escolares da cidade. Isto contraria o que orienta o artigo 28 da LDBEN n.º 9394/1996 e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, quando dizem que os “conteúdos curriculares e metodologias” precisam atender à realidade dos sujeitos do campo. Acerca disso, Faria et al. (2011, p. 93) mencionam:

Não basta que a escola ali esteja, mas é necessário que ela dialogue plenamente com a realidade do meio onde se encontra. Isso significa dizer que é uma escola inserida verdadeiramente na realidade desses sujeitos, pronta a acolher e procurar atender às demandas específicas desses homens e mulheres e seus filhos, população que trabalha com a terra e detém conhecimentos específicos e realidades profundamente diferentes daquelas dos sujeitos inseridos no meio urbano.

As determinações constantes no artigo 8º da LDBEN n.º 9394/1996 e na citação do autor demonstram que a Educação do Campo deve se pautar em uma proposta curricular específica que ofereça aos seus estudantes o acesso a saberes científicos e conteúdos da realidade. Em outros termos, precisa tratar do trabalho, da vida no campo e de suas matrizes histórico-culturais, valorizando assim a identidade camponesa.

Mesmo trazendo as referidas determinações em lei e diretrizes, a gestão municipal, os professores e demais profissionais que trabalham com a Educação do Campo preferem demonstrar “desconhecimento” dessas normatizações ao invés de negligência e falta de vontade. A falta de conhecimento é uma justificativa mais plausível para nunca terem construído uma proposta curricular específica que articule conteúdos da realidade camponesa, que valorize os modos de vida e trabalho, as condições políticas, econômicas, sociais, culturais e o direito à memória de lutas e resistências da população camponesa. Essas escolas seguem as orientações curriculares adotadas para as escolas urbanas, seguindo uma lista de conteúdos disponibilizada pela secretaria de Educação. A esse respeito, Caldart (2015, p. 7) menciona “[...] a luta contra a padronização. E a educação e a escola precisam ser unitárias para poderem trabalhar com a diversidade [...]”.

Face ao exposto, é realmente inadmissível aceitar que a escola da cidade e do campo tenham uma única proposta curricular, pois são realidades e sujeitos diferenciados. Desse modo, não cabe a justificativa de muitos profissionais da educação que afirmam desconhecer tais especificidades, posto que isso demonstra que eles não buscam formação que os instrumentalize a desenvolver uma práxis pedagógica referenciada. Para que a escola seja, conforme Arroyo (2017, p. 195),

[...] um espaço de formação humana e de identidades positivas se as memórias que trabalha forem positivas. Se a escola se presta, nos currículos, no material didático, a reproduzir memórias racistas, sexistas, segregadoras, estará sendo um tempo de não formação, mas de deformação [...].

Infere-se, pois, que as escolas do campo do município precisam evidenciar “[...] que tipo de sujeitos pretende formar e para que tipo de sociedade” (CALDART, 2010, p.158). E, partindo disso, construir uma proposta curricular que valorize a identidade camponesa, que vise à humanização e à emancipação, para que se tenha uma sociedade menos desigual, onde haja espaço para o campesinato e não somente para o agronegócio.

Desse modo, é necessário construir uma proposta curricular que articule saberes científicos e da realidade. Assim, não basta que a escola ensine às crianças a plantar horta e mandioca, precisa ir além disso, visando construir outro projeto de campo e de formação humana, pensado a partir de um universo maior e mais humanizado. O que acontece nessa escola é apenas um pequeno passo para “[...] a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico [...]” (MOLINA, 2012, p. 329).

Caldart (2015, p. 5) corrobora essa assertiva refletindo que

Na especificidade do campo, este referencial nos permite afirmar hoje, com ainda mais convicção do que no início do percurso, que o destino histórico da EdoC se define fundamentalmente no âmbito da *questão agrária*, entendida no sentido do estudo da natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra, o que envolve o próprio embate entre lógicas de agricultura.

A partir da citação da autora, é possível perceber que a Educação do Campo tem o campo como materialidade, abarcando, em decorrência disso, as contradições entre a agricultura familiar/camponesa e o agronegócio. Mediante o imbricamento entre luta por terra e educação, é fundamental tratar das questões agrárias, dos saberes dos povos do campo, de suas matrizes histórico-culturais.

A escola precisa recuperar as memórias camponesas e isso é feito por meio do “[...] inventário da realidade”, no qual os estudantes e toda a equipe escolar (docentes, gestores, equipe de apoio, entre outros) buscam descobrir a história de formação da comunidade, de modo a reviver suas tradições e culturas (HAMMEL; FARIAS; SAPELLI, 2015, p. 74). Essa é uma forma de fazer com que a escola supere seu espaço físico e se vincule ao contexto no qual está inserida.

A esse respeito, um colono do Projeto Codevasf/Povoado Baraúna mencionou ter sido convidado pela diretora para contar histórias acerca da formação da comunidade para os

estudantes. Porém, essa foi uma ação pontual, que não explora todo o potencial do inventário da realidade, pois este permite o conhecimento da história da comunidade e dos sujeitos que vivem no entorno da escola, levando, dessa maneira, à transformação da proposta curricular da escola e de sua forma capitalista. E isso demanda ainda que os temas emergidos no inventário sejam incorporados ao currículo escolar.

Segundo Freire (1991, p.14), não se deve “[...] chamar o povo à escola para receber instruções, receitas e punições, [...] mas para participar coletivamente da construção de um saber, possibilitando ao sujeito criar sua própria história”.

Mesmo sendo recomendado o vínculo entre a proposta educacional e o contexto, consta-se que esta é uma realidade ainda distante, pois não há interesse por parte do coletivo escolar em incorporar os modos de vida e trabalho no campo. Tal situação não permite aos estudantes camponeses perceberem a importância dos seus traços socioculturais e não lhes possibilita construir e reconstruir suas identidades de forma positiva, valorizando suas lutas e resistências para a transformação do meio onde vivem.

Nesse sentido, Freire (1991, p. 126) aponta que

[...] a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos.

A escola não irá resolver todos os problemas do campo, embora possa servir para mudança na vida desses sujeitos, desde que seja cumprida a sua função de educar um cidadão capaz de tomar suas próprias decisões e escolher seu destino. Ainda se tratando do currículo que está sendo desenvolvido nas escolas do campo de Barreiras, o ex-presidente do STRB fez a seguinte reflexão: *Estes conteúdos não são trabalhados, mas deveriam ser, aqui no município de Barreiras, porque se tivesse não tínhamos hoje um “campo idoso”, chego a essa conclusão pelas reuniões realizadas nas comunidades rurais.*

Quando o participante diz que o campo do município envelheceu, não há um percentual que comprove esta afirmativa, que se mostra como um indicador para futuros estudos, uma vez que se faz necessário saber as razões que levam esses jovens a deixar o campo. Essa migração dos jovens tem levado, como já discutido no capítulo II, ao esvaziamento desse espaço, contribuindo para o enfraquecimento das lutas e resistência de seus familiares, o que ocasionaria a completa hegemonia do agronegócio no meio rural.

É importante ressaltar, ainda, que o avanço das agroestratégias na região oeste, e mais especificamente no município de Barreiras, pode ter contribuído sobremaneira para o esvaziamento do campo, pois, de acordo com Almeida (2010, p. 110), “[...] dissemina uma visão triunfalista do agronegócio articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola”. No que pese a tudo isso, a ideia que o capital deixa transparecer é que as condições econômicas e sociais serão resolvidas por meio da terra e das riquezas que ela produz, inclusive a solução dos problemas relacionados aos alimentos numa escala mundial. Nesse sentido, a escola como principal produtora do conhecimento, e a partir da reflexão e criticidade, precisa trabalhar na tentativa de desconstruir essa visão estrategista criada pelo agronegócio com a colaboração da grande mídia para o aumento e acumulação do capital de grupos nacionais e internacionais.

Assim, para desconstruir essa visão do agronegócio como “a salvação da lavoura”, a escola no/do campo precisa vincular saberes científicos à cultura camponesa, de modo a fortalecer a identidade dos camponeses, demonstrando para a sociedade que há outras alternativas ao modelo agrícola em larga escala, bem mais sustentáveis e mais inclusivas, que possibilitam a humanização e emancipação humana e não somente a exploração e a opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Arrematando os fragmentos da memória camponesa

Este trabalho tematiza a MEMÓRIA CAMPONESA, cujo objeto foram os conflitos pela Terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA). Para fazer esse resgate, formulou-se a seguinte questão norteadora: Os conflitos no campo contribuíram para a democratização do acesso à terra e à educação para os camponeses do município de Barreiras?

Nesse sentido, averiguou-se como se deram os conflitos por terra e educação no município de Barreiras, identificando qual foi o papel desempenhado pelos camponeses e pelos movimentos sociais desse município.

Em primeiro plano, é possível afirmar que o problema de pesquisa foi respondido, embora alguns dos objetivos refutassem a hipótese inicial do protagonismo dos movimentos sociais e dos camponeses na desconcentração fundiária. Isso porque, conforme dados teóricos e empíricos, as terras barreirenses continuam concentradas nas mãos de latifundiários ou empresários do agronegócio, que impedem a todo custo que os camponeses tenham acesso à terra.

Desse modo, as primeiras ações de redistribuição de terras para a agricultura camponesa no município de Barreiras se deram por meio dos projetos de colonização da Codevasf, ou seja, o governo foi quem determinou a distribuição de terra. Contudo, sinaliza-se que, mesmo não havendo um conflito direto por terra entre camponeses e latifundiários, o supracitado projeto foi fruto de mobilizações sociais em âmbito nacional, que pressionaram o governo a desconcentrar as terras.

Esse projeto de colonização contemplou uma pequena parcela de camponeses, deixando a maioria ainda sem acesso e uso da terra nessa região. Ademais, é preciso citar a falta de autonomia dos camponeses que não escolhiam o que iriam plantar e ficavam com o mínimo do montante do que era arrecadado com a venda dos produtos. Constata-se, pois, que o governo era quem mais se beneficiava com os projetos de colonização, restando a esses sujeitos oferecer seu trabalho para viverem e produzirem nas terras. Mesmo não sendo a situação ideal, identifica-se que muitos camponeses só têm hoje a posse da terra e autonomia para plantar por terem aceitado as normas da empresa responsável por esse projeto. Em decorrência disso, demonstram, em suas falas, que esta foi uma política que trouxe benefícios.

Identificou-se que nesse município ainda está acontecendo a reconcentração fundiária decorrente da modernização agrícola e, em virtude disso, a conquista da terra tem sido cada dia mais difícil na região oeste. Isso tem relação direta com as ações dos empresários do

agronegócio, que grilam terras, usam da violência física e psicológica para desterritorializar os camponeses e, quando convém a seus interesses, fazem pactos com os movimentos sociais visando ao lucro e ao consenso.

Os camponeses e movimentos sociais, por sua vez, resistem e lutam contra as investidas do capital, visando à desconcentração fundiária. Nesse intuito, até contrariam seus princípios fazendo alianças com latifundiários. Mas os camponeses no município de Barreiras aceitam esse pacto por saberem que este é um caminho mais fácil para a obtenção da tão almejada terra.

A partir das sinalizações apontadas pelos participantes deste trabalho, constata-se que a desconcentração fundiária aqui no município tem sido resultado de projeto de colonização, alianças entre latifundiários e camponeses e, em menor proporção, fruto de conflitos envolvendo empresários do agronegócio, camponeses e movimentos sociais. Sendo assim, aponta-se que as disputas por terra sempre existiram nesse município, visto que o capital agrário sempre avança na direção do camponês para lhe retirar a terra e seu território. Desse modo, são as ações dos latifundiários que geram os conflitos no campo e ameaçam a continuidade de muitas comunidades tradicionais que vêm sendo expropriadas pela moderna agricultura, principalmente nas áreas do cerrado.

Para evitar alguns desses conflitos, os movimentos sociais optam pelo caminho da pacificação, realizando acordos com empresários do agronegócio, com o intuito de evitar violência e morte de seus militantes.

Essa estratégia pacífica do MST resultou na ocupação de áreas inadequadas, que carece de um projeto de assistência técnica, financeira e de comercialização, fato que dificulta a produção e a permanência dos camponeses nesses locais. Nesse sentido, faz-se necessário garantir as condições adequadas para que esses assentados não desistam da terra.

Nessa direção, percebeu-se ainda a fragilidade das políticas de reforma agrária, visto que estas garantiram apenas o acesso à terra e os camponeses foram submetidos a péssimas condições de vida, pois não receberam ainda os incentivos, como créditos, assistência técnica e comercial, que ajudariam no desenvolvimento de suas produções.

Constatou-se que a ineficiência das políticas públicas para o campo não se aplicam somente em áreas de reforma agrária, mas também em outras comunidades rurais agregadas neste estudo. Nesse sentido, encontraram-se relatos de camponeses dos projetos de colonização e comunidades tradicionais que enfrentam muitas dificuldades para acessar tais recursos devido ao excesso da burocracia para disponibilização de linhas de crédito e outros benefícios.

Ademais, o estudo revelou que os camponeses no município de Barreiras contribuíram, de forma significativa, para a democratização do acesso à educação, uma vez que foram as

reivindicações deles que pressionaram a gestão pública municipal a construir e implementar, na década de 1990, cerca de 62 escolas no meio rural, garantindo assim o direito dos estudantes camponeses aos processos educativos. Entretanto, essa conquista obtida com a implementação de escolas não perdurou, porque muitas delas já foram fechadas pela gestão pública municipal.

Uma das escolas fechadas foi a da comunidade Barroão de Baixo, que sofreu forte ataque do gestor municipal, que, de maneira arbitrária, deixou de pagar os professores, negando aos estudantes o acesso à educação. Contudo, sua investida não obteve êxito, porque os moradores, juntamente com a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, se organizaram e construíram outra escola, assumindo todas as despesas necessárias ao funcionamento da instituição escolar.

Tal ação demonstra o protagonismo dos camponeses na garantia do acesso à educação, posto que não somente reivindicaram da gestão a implantação de escolas, mas, de maneira autogestionada, assumem a tarefa de mantê-las, a fim de que esse direito não fosse mais uma vez negado aos sujeitos por negligência ou perseguição de gestores descomprometidos com a educação no campo.

Infelizmente, identificou-se que a lógica dos gestores municipais tem sido sempre a de oferecer uma escolarização mínima aos moradores do campo. Por isso, ao invés de implementar novas escolas e ampliar os níveis de ensino, eles têm investido fortemente no fechamento de escolas, tanto que de 2003 a 2004 foram fechadas 23 escolas no meio rural. Nega-se novamente aos camponeses o direito de acesso à educação e usando como justificativa a redução de gastos decorrente da crise financeira enfrentada pelos municípios e pelo país.

Desse modo, identificou-se que a situação tem se agravado, visto que, nos anos de 2014 e 2016, foram fechadas dez escolas, usando agora a política de nucleação, que incide diretamente sobre os estudantes que passam a vivenciar os infortúnios do deslocamento em transportes e estradas precárias, longos períodos longe de casa e a perda do vínculo com sua comunidade. Eles vivenciam ainda processos de discriminação e segregação por serem oriundos do campo e não serem bem aceitos nas novas escolas.

Esse processo de discriminação incentiva a evasão escolar e contribui para que se perpetuem os altos índices de analfabetismo e baixa escolarização no campo. Outro efeito do fechamento das escolas é a migração campo-cidade, que gera o esvaziamento do campo e fomenta o avanço do capital no meio rural.

Nessa direção, identificou-se que, ao contrário do que se propagava, o fechamento das escolas não diminui os gastos, pois o montante de recursos do transporte escolar é exorbitante, gerando a suspeita de que seja muito superior ao da manutenção de escolas. Tal fato evidencia

que mais uma vez a gestão pública tem atendido diretamente aos interesses do capital, beneficiando a um só tempo os empresários do setor de transporte e do agronegócio, já citado anteriormente. O fechamento de escolas tem contribuído para o esvaziamento do campo e isso favorece a hegemonia do capital no meio rural. Aponta-se assim a necessária mobilização por parte dos camponeses e movimentos sociais de modo a evitar o fechamento de escolas no município, porque isso representa um retrocesso a um direito duramente conquistado pelos povos do campo.

Por fim, afirma-se que os resultados obtidos neste trabalho são parciais e provisórios e não representam a totalidade de camponeses desse município, mas, sim, a parcela de sujeitos investigados.

Ainda no que diz respeito ao estudo realizado, apontam-se várias questões que surgiram por meio das falas dos sujeitos que não foram contempladas. Portanto, fazem-se necessários estudos acerca dos seguintes temas: o envelhecimento dos camponeses do município de Barreiras decorrente da migração dos jovens para a cidade; o perfil dos sujeitos que vivem e produzem no meio rural; e investigação junto aos jovens que migraram acerca dos verdadeiros motivos que os levaram a deixar o campo. Além do envelhecimento, seria muito importante perceber para onde tem se deslocado os egressos do sistema de educação do campo. Em tese, eles seriam os agentes efetivos da possível “reprodução social dos camponeses”, largamente estudado por pesquisadores agrários.

Outra questão que necessita de estudos urgentes e aprofundados diz respeito aos gastos públicos com o transporte escolar, pois os dados evidenciaram que o montante gasto com essa política do transporte é exorbitante. Sendo assim, faz-se necessário realizar estudo comparativo de gastos aplicados com a manutenção de escolas do campo e com recursos usados no transporte escolar. E, com esses resultados, constatar qual das duas opções é a mais viável financeiramente para o município.

Acredita-se ser necessário realizar estudos acerca dos efeitos da nucleação para estudantes e para as comunidades, tendo em vista que a decisão de fechamento das escolas foi tomada pela gestão pública municipal sem antes fazer um estudo dos impactos dessa ação para os estudantes e para as comunidades onde as escolas representavam um elo de ligação entre os moradores e o poder público.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7 - jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Oeste Baiano 2000**. Barreiras: Livro-Agenda, 1991.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí e leste de Tocantins**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARAÚJO, Sandra Magalhães de. **Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia**. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAHIA. Secretaria de Cultura. **Conferência territorial de cultura da bacia do Rio Grande**. Disponível em: https://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/07/cartilha_bacia_rio_grandeweb.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018

BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/emitec>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BARREIRAS. **Portaria n.º 009**, de 21 de fevereiro de 2017. Barreiras: Diário Oficial – Edição 2440, ano 11, 22 fev. 2017. Disponível em: < <http://barreiras.ba.gov.br/diario-oficial/> >. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. **Portaria n.º 02**. Barreiras: Diário Oficial, 1990. Disponível em: < <http://barreiras.ba.gov.br/> >. Acesso em: 10 fev. 2017.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas/Conflitos no Campo o Brasil 2016. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. Disponível em: < <http://www.geodados.uem.br/> >. Acesso em: 5 jan. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 601**, de 18 de setembro de 1850. Lei de Terras Devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm >. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. **Decreto-Lei n.º 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm >. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB n.º 36/2001. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2003. Disponível em: <

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf >. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Resolução n.º 2**, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de 28 de abril de 2008. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> >. Acesso em: 8 abr. 2017.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Edições Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 3 fev. 2017.

_____. **Resolução CNE/CEB n.º 4**, de 13 de julho de 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. **Guia do Transporte Escolar**. Ministério da Educação: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério Público: COPEDEC - Comissão Permanente da Educação; CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Brasília/DF: MEC/FNDE, 2012. Disponível em: https://www.google.com.br/search?ei=xxiHW6GqHMKEwgStZSgCg&q=Guia+do+Transporte+Escolar.+&oq=Guia+do+Transporte+Escolar.+&gs_l=psy-ab.3..0i22i30k1l2.3109.6162.0.6892.1.1.0.0.0.299.299.2-1.1.0....0...1c.1j2.64.psy-ab..0.1.299....0.qLrRrLLwuN4 >. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília, DF: Presidência da República/Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

_____. **Lei n.º 12.960**, de 27 de março de 2014. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12960.htm>. Acesso em: 4 maio 2018.

_____. **Lei n.º 10.880**, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/acesso-a->

informacao/institucional/legislacao/item/3338-lei-n%E1%E1%BD-10880-de-9-de-junho-de-2004/ >. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/771442.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. Número de matrículas e escolas da Educação Básica Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15261-matriculas-escolas-ceb&Itemid=30192.%20Acesso%20em%2012%20de%20fev./2018%3E. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Censo Escolar**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FGeral%2F_portal%2FDissemina%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Censos>. Acesso em: 4 fev. 2018.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural**: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). **Educação e Escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo**. In: KOLLING, Edgar Jorge; OSFS, Paulo Ricardo Cerioli; CALDART, Roseli Salete (organizadores). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, n.º 4.

_____. **A educação básica e os movimentos sociais no campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n. 2)

_____. Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo**: campo-políticas públicas-educação. Brasília, DF: Incra; MDA, 2008.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**. 2009, v.7, n.1, p. 35-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s198177462009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 out. 2017.

_____. A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, Antônio (Orgs.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**, Brasília, DF: Incra/MDA, 2014. (Coleção por uma Educação do Campo, n. 5).

_____. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Mimeo. 2015.

CAMPOS, Nazareno José de. Populações tradicionais e formas de uso comum: Transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora - FAPESP, 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

CANUTO, Antônio. **Há 40 anos nascia a CPT, Comissão Pastoral da Terra**: Massacres no Campo. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>>. 2015. Acesso em: 19 maio 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 28-33.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTE, Clovis. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral?** Uma abordagem ecológica econômica. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014201200010000>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mokron Books, 2007.

CODEVASF. **Piscicultura é aposta de sucesso de agricultores familiares em projeto da Codevasf**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2016/piscicultura-e-aposta-de-sucesso-de-agricultores-familiares-em-projeto-da-codevasf/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no Campo**. Cedoc Dom Tomás Balduino, 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>>. Acesso em: 20 maio 2018.

CRUZEIRO, Márcio Antônio; VIANA Múria Carrijo. Manifestações, Ocupações e Acampamentos: a dura resistência no campo e a necessidade de articular a luta, para alcançar

a justiça fundiária. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo no Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. Disponível em: < <http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/07/Conflitos-no-Campo-2016-WEB.pdf> >. Acesso em: 5 jan. 2018.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Três, 1984. (Biblioteca do Estudante)

CURADO, João Guilherme da T. Dica que Cura. Sociabilidade Religiosa: Mitos, Ritos e Identidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 11, 2009, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2009.

DOURADO, Maiara. A luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar. **Campos**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2014.

DURHAM, Eunice. Migrantes rurais. In: THOMAZ, O. R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora - FAPESP, 2015.

FARIA, Alessandra Rios et al. O eixo Educação do Campo como ferramenta de diálogo entre saberes e docência. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 1).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, mar., 2001. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura familiar**, 2014. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf >. Acesso em: 2 maio 2017.

FERREIRA, Simone Nunes. Direito de propriedade: nas Constituições brasileiras e do Mercosul. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 8, n. 83, p.180-192, fev./mar., 2007.

FREDERICO, Samuel. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora - FAPESP, 2015.

_____. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/46914046-Expansao-da-fronteira-agricola-moderna-e-consolidacao-da-cafeicultura-cientifica-globalizada-no-oeste-da-bahia.html> >. Acesso em: 7 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GEOGRAFAR. Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 1985-2015. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/tabela-estado-da-bahia-projetos-de-assentamentos-de-reforma-agraria-1985-2015>. Acesso em: 21 maio 2017.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da Pesquisa em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHON, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Sâmara Nunes. **Helmintofauna parasitária de *Dasypus novemcinctus* (*Xenarthra: Dasypodidae*) no sul do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2010. 59 f. Dissertação (Mestrado em Parasitologia) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Icaraí- Niterói, RJ: EDUF- Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAGE, Salomão Mufarrej (Orgs.) **Escola de direito:** reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HAMMEL, Ana Cristina; FARIAS, Maria Isabel; SAPELLI, Marlene Lúcia Sibiart. Complexo de Estudo: do inventário ao Plano de Estudo. In: SAPELLI, Marlene; FREITAS, Luís Carlos; CALDART, Roseli S. **Caminhos para a transformação da Escola III.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

IBGE. **Histórico sobre a Cidade de Barreiras.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. **Estimativas Municipais e Revisão 2004 da projeção da população.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27072004estimativas2004.shtm> >. Acesso em: 12 dez. 2017.

INCRA. **Reforma Agrária.** Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria> >. Acesso em: 10 jun. 2016.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (Orgs.). **Educação do campo:** identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da nossa época)

MACHADO, Vitor. Causas e consequências da Política Agrária do Regime Militar Pós-64: um estudo sobre a violência no campo. **Universitas**, Mogi Mirim, ano 3, n. 4, p. 67-88, jan./jun., 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** São Paulo: SEPT/DEC, 2001. (Estudos Avançados. v. 15 n. 43)

_____. **Travessias:** estudos de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos coordenados por José de Souza Martins et al. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Soc.** v.11 n.2 São Paulo, out./2004. Disponível em:
< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200007 >.
Acesso em: mar. 2018.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **O cativo da terra.** 9. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Cruzada ABC. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S1413-2478201000020001000009&lng=pt >. Acesso em: 26 mar. 2018.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves

(org.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção da Educação do Campo, 1)

MITIDIERO JR, Marco Antônio et al. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. Disponível em: < <http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/07/Conflitos-no-Campo-2016-WEB.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018. p. 324-330.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004.

_____. SÁ, Lais Mourão. **Escola do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 324-330.

_____. **Políticas Públicas**. In: Dicionário de Educação do Campo. Caldart, Roseli. et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST: 30 Anos de História na Bahia. Disponível em: < <http://www.vozdomovimento.org/mst-30-anos/> >. Acesso em: 7 nov. 2017.

MUNARIM, Antônio. Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (Orgs.). **Educação do Campo**: reflexos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, 2001. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20longa%20marcha%20do%20campesinato%20brasileiro%20-%20Umbelino%20de%20Oliveira%202001.pdf> >. Acesso em: nov. 2017

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OXFAM.Org.Br. Informe OXFAM Brasil. **Terrenos da Desigualdade**: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, novembro de 2016. Disponível em: http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/12/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

PETERSEN, Paulo. **Apoios**: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIETRAFESA, José Paulo. Conflitos agrários, protagonismo camponês e ocupações de terra no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

_____. Protagonismo Camponês e a Reforma Agrária no Brasil: processo educativo e desafios aos movimentos sociais. In: ALVES, Wanderson Ferreira; MACHADO, Maria

Margarida (Org.). **Trabalho e Saber:** questões e proposições na interface entre formação e trabalho. Campina, SP: Mercado das Letras, 2016.

_____. **Divisão social do trabalho em espaços rurais:** memória e história da expansão dos movimentos sociais do campo e disputas por hegemonias. Cidade: Editora, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo no Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. p. ??-??. Disponível em: < <http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/07/Conflitos-no-Campo-2016-WEB.pdf> >. Acesso em: 19 jan. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira:** a questão agrária no Brasil / Caio Prado Junior; entrevista Chico de Oliveira; posfácio de Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social:** a guerra sertaneja de Contestado. São Paulo: Ática, 1981.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialidades da Reforma Agrária de Mercado (1998-2006). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (v. 2: A diversidade das formas de lutas no campo)

RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Questão agrária e democracia** em Caio Prado Jr. In: A revolução brasileira: A questão Agrária no Brasil - 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (p. 435)

REIMBERG, Mauricio. **Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Estilhaços da violência: A Guerra do Contestado e a memória oficial. **Revista Contemporânea** – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX, Fluminense-RJ, ano 5, v. 2, n. 8, p. 2015.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mofarrej (Org.). **Escola de Direito:** Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROOS Djoni; FERNANDES Bernardo Mançano. Territorialidades e diferentes vozes das conflitualidades. In: FONTOURA, Jara Lourenço et al. (Org.). **Vozes do campo:** ressignificando saberes e fazeres 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SANTOS, Cleonice Ferreira dos; PIETRAFESA, José Paulo. Reforma Agrária em Barreiras-BA: entre o ideal e o real. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8.; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 9., GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/>>. Acesso em: 3 maio 2018.

SANTOS, Raí Vinícius Santos; AMADOR, Maria Betânia Moreira. Baraúna: diálogo entre natureza e sociedade. In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 9., Tupã-SP. **Anais...** Tupã-SP: Unesp, 2013. p. 139-148.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB.** Brasília, DF: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; SLC AGRÍCOLA. **Fazenda Palmares: Conheça mais sobre esta Fazenda.** Disponível em: <<https://www.slcagricola.com.br/nossas-fazendas/fazenda-palmares/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, Maria A. Moraes et al. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias: estudos de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2. ed. Coedição Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUSA SOBRINHO, José de. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do Vale do Rio Arrojado no oeste baiano. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora - FAPESP, 2015.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo.** Goiânia: UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos)

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: dez. 2017.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevista (dirigente do MST, STRB, 10envolvimento e historiadora do município de Barreiras)	151
ANEXO B – Questionário aplicado aos camponeses dos PAs de assentamentos de reforma agrária, colonização da Codevasf e comunidade tradicional	154
ANEXO C - Termo de conhecimento para o entrevistado	160
ANEXO B – Termo de conhecimento para os participantes do questionário	161
ANEXO D – Ofício expedido a Secretaria Municipal de Educação	162
ANEXO E – Ofício recebido da Secretaria Municipal de Educação	163



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIRIGENTE DO MST, STRB, 10 ENVOLVIMENTO E HISTORIADORA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS

Entrevistador _____
 Entrevistado _____ Data ____ / ____ / ____
 Local _____
 Recursos _____

Dimensão	Objetivos	Questões norteadoras
1. Informação/Legitimação da entrevista e construção do perfil do entrevistado	• Informar ao entrevistado o procedimento da entrevista; • Coletar dados pessoais;	1. Apresentar os objetivos do estudo. 2. Explicar como ocorrerá a entrevista 3. Garantir o anonimato e confidencialidade do conteúdo da entrevista. 7. Qual a sua profissão? 8. Como conheceu o Movimento Sem Terra? 9. Tempo de militância social? 10. Que atividade desenvolve no assentamento? 11. há quanto tempo está dirigindo o movimento social dos trabalhadores sem terra no município?
2. Democratização do acesso à terra e a Educação do Campo no município de Barreiras.	• Coletar dados acerca das memórias de conflitos pela terra no período de ocupação e formação de acampamento no município de Barreiras.	1. Tem conhecimento sobre a ocupação de terra que deu origem aos acampamentos, assentamento e outras comunidades rurais do município? 2. Que sujeitos participaram da ocupação? Eles permanecem na comunidade até hoje? 4. Quais as principais dificuldades enfrentadas no período da ocupação da terra? 5. Quanto tempo permanecem e permaneceram em acampamento? 6. Houve conflito com o fazendeiro/proprietário da terras ou os fazendeiros vizinhos? 7. Ocorreu confronto com a polícia ou outro tipo de segurança armado durante as ocupações e formação dos acampamentos? 8. Como se organizaram para garantir escola na comunidade rural? 9. Houve conflitos pela implantação de escolas nos acampamentos, assentamentos e outras comunidades rurais?

		10. De que forma os conflitos contribuíram para a democratização do acesso à terra e a Educação do Campo no município?
2.	• Verificar quais atividades e como os acampados e assentados se organizaram e se organizam para resistir e permanecer nas terras conquistadas no município de Barreiras.	1. Como está organizado o assentamento/Comunidade? 2- Quais atividades econômicas são desenvolvidas pelos moradores do assentamento? 3- Qual a fonte de renda dos habitantes do assentamento? 4- Os moradores recebem alguma ajuda financeira do município, governo, ou ONGs? 5- Já receberam algum tipo de crédito das agências financiadoras e do governo? Quando e em qual dos assentamentos em questão? 6. Em que área da propriedade esse financiamento foi aplicado?
3. Estratégias de luta e resistência pela terra utilizadas pelo movimento dos trabalhadores sem terra e os assentados	• Compreender quais as estratégias de resistência na terra são desenvolvidas pelo movimento e os assentados; • Identificar os problemas e ameaças vivenciadas pelos acampados e assentados das áreas de reforma agrária do município de Barreiras	1. Quais estratégias já foram mobilizadas pelos trabalhadores rurais acampados e assentados para conquista da terra nas áreas de reforma agrária do município? 2. Atualmente quais mecanismos tem sido usados pelo movimento e os camponeses para permanecerem nas terras ocupadas? 3. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores para permanecer na terra? 4. As famílias que já estão assentadas nas áreas de reforma agrária do município já possui o documento de posse da terra? Em caso de resposta negativa, qual o fator tem impedido a expedição de documento pelo órgão competente? 5. Como tem sido a atuação do INCRA, na viabilização dos processos de reforma agrária no município? 6. Existe interesse dos grandes latifundiários nas terras de área de assentamentos? 7. Os acampados e assentados já sofreram algum tipo de ameaça por parte de grandes latifundiários ou grileiros de terras? 8. Já receberam alguma proposta de compra ou de arrendamento dessas terras vinda de grandes latifundiários?

5. A Educação do Campo como luta, resistência e permanência na terra conquistada	- Identificar se escola contribui com o processo de luta e resistência empreendido pelos camponeses? - Identificar se educação oferecida no campo tem trabalhado às memórias de luta, resistência e permanência dos camponeses.	1. Existe escola dentro do assentamento ou comunidade rural? 2. O movimento participou da construção da escola do assentamento? De que forma? 3. Qual o papel desempenhado pelo movimento na luta pela efetivação da Educação do Campo no município? 4. A escola do assentamento trabalha e valoriza o processo de luta e resistência empreendido pelos camponeses? 5. O MST tem contribuído para que a Escola do Campo trabalhe os conteúdos relacionados às memórias de luta, resistência e permanência dos trabalhadores rurais na terra, assim como seus modos de vida, sua cultura, a forma de cultivar e conviver com a natureza?
---	--	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

CAMPONESES DOS PAs DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, COLONIZAÇÃO DA CODEVASF E COMUNIDADE TRADICIONAL

1. Informações sobre o projeto de assentamento/colonização/comunidade tradicional

- a) Nome do Assentamento/Comunidade: _____
- b) É uma área de ocupação liderada por qual movimento social? _____
- c) É um projeto de Reforma Agrária?
☐ Sim ☐ Não
- d) Esta área foi ocupada?
☐ Sim ☐ Não
- Se sim, em que ano: _____
- e) Em que ano as famílias foram assentadas: _____
- f) Existe Rio ou Córrego que passa no assentamento?
☐ Sim ☐ Não Se sim qual o nome? _____

2. Identificação e composição da família.

3.

- a) Nome do Assentado/Morador: _____
- b) Você se reconhece como camponês (a)?
☐ Sim ☐ Não Se sim, explique porque? _____
- a) Estado civil
☐ casado ☐ solteiro ☐ viúvo ☐ outro _____
- b) Tem filhos?
☐ Sim ☐ Não Se sim, quantos? _____
- f) Quando chegou ao assentamento/Comunidade? _____
- g) Onde morava antes de vim para o assentamento/Comunidade? _____

4. Organização coletiva para conquista da terra no campo.

- a) Como soube da ocupação da terra?
☐ Amigos ☐ Movimento social que participa ☐ Mídia escrita ou visual
- b) Quando participou da ocupação da terra você fazia parte de algum movimento social do campo?
 Qual? _____
- c) Houve conflito com o proprietário da terra ou os fazendeiros vizinhos?
☐ Sim ☐ Não
- d) Se sim como aconteceu? _____

e) Como se organizaram para ocupar as terras? _____

f) Tiveram ajuda de algum movimento social, associação ou outro órgão para a conquista da terra? Qual? _____

5. Situação atual da família no assentamento.

a) Atualmente onde você mora

() No projeto de assentamento

() Em povoados próximos

() Na cidade

Se mora na cidade ou povoados próximos, quais os motivos levaram você e sua família a se mudarem? (múltipla escolha)

() Inexistência de escola no assentamento ou não oferecimento de ano/série de seus filhos pela instituição escolar mais próxima?

() Problemas de saúde com membros da família;

() Faculdade ou acesso a serviços públicos como educação e saúde?

() Trabalho na sede ou em empresas/fazendas próximas ao município?

() Outros motivos. Quais? _____

c) Enfrenta alguma dificuldade para permanecer na terra?

() Sim

() Não

Se sim quais os problemas? _____

d) Recebe apoio/ajuda de algum movimento social do campo ou órgão público? Qual e que tipo? _____

e) Você possui o documento legal de posse da terra?

() Sim

() Não

f) Se a resposta for negativa há quantos anos está aguardando a emissão deste documento? _____

g) Qual o órgão responsável pela liberação deste documento?

() INCRA

() Prefeitura

() Codevasf

() Outro/qual? _____

6. Como acontece o trabalho e produção no assentamento?

a) Você e sua família cultivam a terra?

() Sim

() Não

() Às vezes

b) Utiliza Ferramentas e utensílios em que atividades rurais? _____

c) Faz uso de Máquinas no preparo da terra? Que tipo? _____

e) Quais atividades são desenvolvidas no assentamento? (Múltipla escolha)

() Fabricação de artesanato;

() Criação de gado de corte ou leiteiro;

- () Criação de animais para venda;
 () Criação de animais para o consumo da família;
 () Plantio de horta;
 () Plantio de lavouras de frutas
 () Produção de mudas e sementes;
 () Fabricação de farinha e outros produtos;
 () Produção artesanal de conservas, geleia, doces, petas.

f) Que tipo de lavoura você planta no roçado? _____

g) Você arrenda área de terra de terceiro?

- () sim () não

Se sim, qual uso faz dela?

- () amplia o pasto () amplia roça () Só no período de seca

h) Presta algum tipo de serviço fora do assentamento?

- () Sim () Não Se sim que tipo de serviço? _____

i) Por quanto tempo no decorrer do ano? _____

j) Porque faz esta atividade? _____

l) Você usa algum tipo de adubo na plantação? Se sim, qual?

- () Orgânicos, produzidos por meio de compostagem;
 () sintéticos adquiridos em lojas de produtos agrícola;

m) Nos últimos anos perceberam aumento ou diminuição da produção agrícola? A que se deve este fenômeno?

- () Seca () Enchente () Excesso de chuvas

n) Houve aumento da produtividade depois da incorporação de máquinas e equipamentos agrícolas?

- () Sim () Não

o) Qual a periodicidade da limpeza do roçado ou pasto? _____

p) Como é feito o combate de pragas que contaminam a produção? _____

q) A produção do assentamento é vendida de que maneira?

- () Feiras livres;
 () Negociadas com intermediários;
 () Venda para grandes produtores agrícolas;
 () Outra forma;

r) Enfrenta algum tipo de dificuldade para o escoamento da produção? Quais? _____

7. Situação da habitação e propriedade.

a) Receberam algum financiamento de projetos do governo para construção ou ampliação da casa? _____

b) Qual o material de construção das casas do assentamento?

- () Alvenaria () Taipa () Outro/qual _____

c) Quando foi construída ou ampliada a casa que você mora? _____

d) Qual é o tamanho da área construída? _____ m²

e) Você fez melhorias na casa nos últimos anos?

- () Sim () Não Se sim quais? _____

d) De onde vem a água para uso doméstico e manutenção dos animais e plantas? _____

s) Existe energia elétrica no assentamento?

() Sim () Não Se sim há quanto tempo? _____

8. Quanto à assistência técnica utilizada no assentamento.

a) Você já recebeu ou recebe algum tipo de assistência técnica?

() Sim () Não Se sim de quem? _____

b) Quantas vezes por ano recebe assistência técnica? _____

c) Você ou membros de sua família já participaram de treinamentos ou cursos para melhorar o seu sistema de produção e a renda familiar?

() Sim () Não Se sim qual o nome do treinamento ou curso _____

d) Estes treinamentos ou cursos ajudaram a melhorar a produtividade? Como? _____

9. Políticas públicas de financiamento para o desenvolvimento no assentamento.

a) Você recebeu algum tipo de crédito financeiro nos últimos anos?

() Sim () Não Se sim qual? _____

b) O crédito foi investido em que área da propriedade?

c) Consegui pagá-lo dentro do prazo?

() Sim () Não () Está pagando

d) Obteve algum resultado ou problema com o uso do crédito? Explique:

10. Acesso a serviços no meio rural

a) Como são as estradas que dão acesso a cidade ou o município mais próximo?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim

b) A manutenção das estradas é feita por quem?

() Os proprietários () A comunidade () A prefeitura

b) Existe transporte do assentamento para cidade?

() Sim () Não Se não qual o tipo de transporte alternativo para se locomover?

e) Existe posto de saúde próximo de sua propriedade?

() sim () não Se não qual a distância _____ Km

c) Como você avalia a atuação da prefeitura da sua cidade, para o atendimento às demandas dos trabalhadores rurais do município?

11. Perfil educacional dos povos do campo no município de Barreiras

a) Grau de escolaridade da família?

• **Pai:**

- | | |
|---|---|
| ☐ Ensino Fundamental completo; | ☐ Ensino Fundamental incompleto; |
| ☐ Ensino Médio completo; | ☐ Ensino Médio incompleto; |
| ☐ Não Alfabetizado; | ☐ Outros _____. |

• **Mãe:**

- | | |
|---|---|
| ☐ Ensino Fundamental completo; | ☐ Ensino Fundamental incompleto; |
| ☐ Ensino Médio completo; | ☐ Ensino Médio incompleto; |
| ☐ Não Alfabetizado; | ☐ Outros _____. |

• **Você:**

- | | |
|---|---|
| ☐ Ensino Fundamental completo; | ☐ Ensino Fundamental incompleto; |
| ☐ Ensino Médio completo; | ☐ Ensino Médio incompleto; |
| ☐ Não Alfabetizado; | ☐ Outros _____. |

• **Filhos (as):**

- | | |
|---|---|
| ☐ Ensino Fundamental completo; | ☐ Ensino Fundamental incompleto; |
| ☐ Ensino Médio completo; | ☐ Ensino Médio incompleto; |
| ☐ Não Alfabetizado; | ☐ Outros _____. |

b) Existe escola dentro do projeto de assentamento?

- ☐ sim ☐ não Se não qual a distância da propriedade para a escola mais próxima?
_____ Km.

c) Quem construiu a escola do assentamento?

- ☐ Só prefeitura ☐ A prefeitura e comunidade ☐ Outros parceiros? Quem? _____

Existem reivindicações dos assentados junto ao poder público para melhoria ou construção da escola na comunidade?

- ☐ Sim ☐ Não

d) Vocês tiveram alguma participação na implementação da escola do assentamento? Se sim como ocorreu? _____

e) Algum movimento social do campo participou da construção da escola do assentamento?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes Se sim, como participa? _____

f) Quais as modalidades de ensino a escola oferece?

- | | |
|--|---|
| ☐ Fundamental séries iniciais | ☐ Fundamental séries finais |
| ☐ Ensino Médio | ☐ Educação de jovens e Adultos |

g) A escola atende as demandas educacionais dos assentados?

- ☐ Sim ☐ Não Se não porquê? _____

h) Vocês tem reivindicado melhorias na educação oferecida na escola da comunidade?

t) A Escola do campo tem trabalhado conteúdos relacionados às memórias de luta, resistência e permanência dos trabalhadores rurais na terra, assim como seus modos de vida, sua cultura, a forma de cultivar e conviver com a natureza?

- ☐ Sim ☐ Não Explique: _____

12. Futuro da família assentada no assentamento.

a) Quais as possibilidades de permanência de sua família na propriedade (múltipla escolha)?

- () São boas, pois tenho ajuda dos filhos, noras, genros, outros parentes para desenvolver as atividades produtivas;
- () Meus filhos moram na cidade, mas ainda tenho forças para continuar nas atividades da propriedade;
- () Tenho recebido crédito e assistência técnica que ajudam minha permanência na terra;
- () Não vai dar para continuar por muito tempo, pois os filhos saíram e não tenho condições de manter as atividades;
- () São ruins as possibilidades de permanecer na propriedade, mas ainda assim é melhor que viver na cidade como assalariado;
- () Outras? Quais _____

b) Há possibilidade de seus parentes continuarem o trabalho na propriedade?

- () Sim () não () Não sabe, os filhos são pequenos.

c) Se sim (múltipla escolha):

- () Porque vêm futuro nas atividades;
- () Estão inseridos no sistema de produção e dele tiram a manutenção de suas despesas;
- () A infraestrutura é boa, com moradia para todos;
- () Temos perto da propriedade boa Escola e atendimento à saúde.

d) Se não (múltipla escolha):

- () A terra é pequena, não dá para todos;
- () Não tenho máquinas e equipamentos suficientes para ampliar a produção;
- () O que se produz não dá para suprir as necessidades básicas da família;
- () Os filhos querem estudar e mudar de atividade;
- () Quero que meus filhos estudem e mudem de atividade;
- () Outros: _____,

e) O que você acha que deveria ser feito para melhorar a sua vida e a dos trabalhadores rurais (múltipla escolha)?

- () Ampliar a linha de crédito;
- () Aumentar a assistência técnica pública e gratuita ;
- () Melhorar as estradas até o comércio mais próximo;
- () Melhorar ou construir escolas no meio rural;
- () Ter assistência médica no meio rural;
- () Outros _____

6. Quais os principais PROBLEMAS você vê para o desenvolvimento da agricultura familiar (múltipla escolha)?

- () Falta estrutura de comercialização;
- () Falta equipamentos e máquinas adequadas à pequenas áreas;
- () O governo municipal e estadual está sempre ausente;
- () Terra insuficiente para desenvolver minhas atividades;
- () Má qualidade de minha terra;
- () As cidades oferecem melhores condições de vida e por isso minha família migrou;
- () Outros _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ao entrevistado (a)

Cleonice Ferreira dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, no nível de Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Goiás (UFG), orientada pelo Professor Doutor José Paulo Pietrafesa, está realizando no ano de 2017, uma pesquisa intitulada “Memória camponesa: os conflitos pela terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA)”.

Com o estudo de campo, pretende-se recolher informação da máxima importância para a elaboração do trabalho, venho solicitar autorização para a realização de entrevista, entendendo essa como um importante instrumento para a pesquisa em curso. Comprometo-me que os dados recolhidos serão somente utilizados no âmbito dessa pesquisa. É necessário também, autorização para utilizar todos os dados recolhidos na entrevista para futuras publicações.

Agradeço desde já toda a disponibilidade e colaboração.

Goiania, ____ de novembro de 2017

A Pesquisadora

CLEONICE FERREIRA DOS SANTOS

Tomei conhecimento e concordo
O (A) ENTREVISTADO (A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ao participante (a)

Cleonice Ferreira dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, no nível de Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Goiás (UFG), orientada pelo Professor Dr. José Paulo Pietrafesa, está realizando no ano de 2017, uma pesquisa intitulada “Memória camponesa: os conflitos pela terra e Educação do Campo no município de Barreiras (BA)”.

Com o estudo de campo, pretende-se recolher informação da máxima importância para a elaboração do trabalho, venho solicitar autorização para responder ao questionário de investigação, entendendo esse como um importante instrumento para o estudo em curso. Comprometo-me que os dados recolhidos serão somente utilizados no âmbito dessa pesquisa. É necessário também, autorização para utilizar todos os dados recolhidos no questionário para futuras publicações.

Agradeço desde já toda a disponibilidade e colaboração.

Goiania, _____ de outubro de 2017.

A Pesquisadora

CLEONICE FERREIRA DOS SANTOS

Tomei conhecimento e concordo
O (A) PARTICIPANTE (A)

Barreiras - BA, 10 de julho de 2018

À Senhora Secretária:
 Profª Cátia Pereira Aires de Alencar
 Secretaria Municipal de Educação de Barreiras –BA.

Prezada Senhora,

Em virtude da realização de pesquisas de campo e bibliográfica para escrita da dissertação do Curso Stricto Sensu - Mestrado em Educação, da linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), sob orientação do Prof.º Dr.º José Paulo Pietrafesa, solicito dessa secretaria: **Os gastos com transporte escolar para os estudantes da zona rural desse município no ano de 2017, no geral e das comunidades especificadas na tabela abaixo.**

Detalhamento dos gastos com transporte escolar em 2017		
Comunidades	Nº de estudantes atendidos	Valor gasto
Assentamento Ilha da Liberdade		
Assentamento Santa Rita I		
Assentamento Santa Rita II		
Projeto de Colonização do povoado Tatu		
Projeto de Colonização do povoado Baraúna		
Comunidade Barroco de Baixo		

Na certeza de contar com a compreensão de Vossa Senhoria para deferimento desse pedido, desde já agradeço.

Respeitosamente,

Cleonice F. dos Santos
 Cleonice Ferreira dos Santos

RECEBIMOS
 EM 10/07/2018
Cly. Santos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Ofício 864/2018

A Sra. Cleonice Ferreira dos Santos

Barreiras – BA, 19 de Julho de 2018.

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta a solicitação feita sobre gastos com o Transporte Escolar para os estudantes da zona rural desse município no ano de 2017 no geral, e das comunidades especificadas no pedido segue planilha abaixo:

DETALHAMENTO DE GASTOS COM TRANSPORTE ESCOLAR EM 2017
--

Valor total do Transporte Escolar Municipal	R\$ 3.150.776,76
--	-------------------------

Comunidades	Nº de Estudantes Atendidos	Valor Gasto
Assentamento Ilha da Liberdade	47	R\$ 122.928,00
Assentamento Santa Rita I	23	R\$ 144.528,00
Assentamento Santa Rita II	14	R\$ 84.360,00
Projeto de Colonização do Povoado Tatu	56	R\$ 137.328,00
Projeto de Colonização do Povoado Baraúna	37	R\$ 78.360,00
Comunidade Barroão de Baixo	40	R\$ 431.544,00
VALOR TOTAL		R\$ 999.048,00

OBS: Rotas Diferenciadas: Turnos / Percursos / Veículos
--

Atenciosamente,


IVO CÉZAR DE MORAIS
 Gestor de Fundo da SMECEL
 Portaria Nº 231/2018 de 22.05.2018